

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

*GIOVANNI GENTILE E A REFORMA DA ESCOLA ITALIANA NOS
PRIMÓRDIOS DO FASCISMO*

Autor: Jefferson Carriello do Carmo

Orientadora: Prof^a Dr^a Patrizia Piozzi

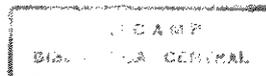
COMISSÃO JULGADORA:

Este exemplar corresponde à redação
final da *Dissertação* defendida por
Jefferson C. do Carmo
e aprovada pela Comissão Julgadora.
Data *06, 08, 1999*
Assinatura: *Patrizia Piozzi*
(Orientadora)

Patrizia Piozzi
Edifling
Roberto Roman

1999

99M748



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
Ex.	
TÍTULO	BC/3776
EXC.	229/99
<input type="checkbox"/> C	<input checked="" type="checkbox"/> D
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	08/06/99
N.º CPD	

CM-00123900-5

CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

C213g Carmo, Jefferson Carriello do.
Giovanni Gentile e a reforma da escola italiana nos primórdios
do fascismo. -- Campinas, SP : [s.n.], 1999.

Orientador : Patrizia Piozzi.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Gentile, Giovanni, 1875-1944. 2. Nazismo. 3.
Fascismo. 4. Filosofia e política. 5. Partidos políticos. 6.*Reforma
Educativa. I. Piozzi, Patrizia. II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

À Leonira, Laís e Larissa, com amor

RESUMO

Esta dissertação trata da Reforma Educacional promovida pelo filósofo Giovanni Gentile em 1923, procurando compreendê-la em suas raízes históricas e filosóficas.

Para tanto, dividimos o trabalho em três momentos. No primeiro, buscamos localizar as origens históricas do fascismo, na conjuntura de grave crise econômica e social que assolou a Europa do pós-guerra. Focalizamos, em particular, a crise do modelo liberal de Estado e a emergência de alternativas políticas na Itália e na Alemanha.

No segundo momento, analisamos os textos que compõem a Reforma Gentiliana, buscando relacioná-la com os rumos da sociedade e da política nos primórdios do regime fascista.

Enfim, procuramos o lastro filosófico da Reforma, reconstruindo a noção de Estado ético de Gentile, em sua relação com as concepções de Estado derivados do idealismo alemão, em particular de Hegel e de Fichte.

ABSTRACT

The present dissertation deals with the Educational Reform promoted by the philosopher Giovanni Gentile in 1923, and aims to understand it in its historical and philosophical roots.

To do so we have divided this work into three moments. In the first moment, we try to localize the historical origin of fascism within the scenery of the deep economical and social crisis which ravaged the Europe of the post-war. We particularly focus here the crisis of the State liberal model and the arisen of political alternatives in Italy and Germany.

In the second moment, we analyze texts about the Gentilian Reform, trying to relate it to the course of society and politics in the beginning of the fascist regime.

Finally, we study the philosophical support of Reform, reconstructing Gentile's notion of an ethical State in its relation to State conceptions derived from the German idealism, particularly Hegel's and Fichte's.

AGRADECIMENTOS

Reconheço que muitos amigos participaram das alegrias e tristezas que vivi no período de elaboração deste trabalho. Se fosse elencar seus nomes poderia correr o risco de esquecer alguns. Porém, não posso deixar de apontar alguns que diretamente estiveram comigo em quase todo o tempo, na pesquisa e na redação final dessa dissertação.

À minha esposa e minhas filhas que abriram mão de muitos momentos do convívio familiar, e comigo passaram as alegrias e tristezas nas diversas fases do trabalho,

A Prof^ª. Dr.^ª. Patrícia Piozzi que me aceitou como seu orientando e com carinho de “mãe” e com respeito à minha pesquisa incentivou-me e conduziu-me, fraternalmente, até a redação final do trabalho,

Aos Professores Doutores Pedro Laudinor Goergen e Roberto Romano pelas sugestões no exame de qualificação que ajudaram-me a prosseguir a pesquisa com entusiasmo;

À CNPq que, por dois anos, me proveu uma bolsa de estudos,

Ao Programa de Pós – Graduação em Ciências Sociais Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP;

À universidade de Sorocaba (UNISO), pelo apoio financeiro, nos últimos meses de minha pesquisa através do programa PACAD;

Ao Centro de Ciências Humanas (CEHUM), da UNISO, que através de seu diretor Prof^º Ms João José Corrêa Sampaio, pelas palavras de incentivo, no final do trabalho;

Ao colegiado de Pedagogia e de História da Universidade de Sorocaba pelo incentivo e amizade,

À biblioteca “Aluísio de Almeida” cujos funcionários demonstraram carinho e atenção em todas as vezes que la estive.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	p.6
1. GUERRA, CRISE DO ESTADO E O SURGIMENTO DO NAZIFASCISMOS	p.8
1.1. Alemanha e Itália: Crise e Ascensão do Nazismo e Fascismo.	P.13
1.2. Os Partidos Políticos e o Problema do Pós-Guerra.	p.34
2. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO DE GIOVANNI GENTILE	p.48
3.FILOSOFIA E ESTADO NO PENSAMENTO DE GIOVANNI GENTILE	p.64
3.1. Atualismo de Giovanni Gentile e Estado	p 66
3.2. Notas sobre o Pensamento político de Hegel e de Fichte	p.80
4. Considerações Finais	p.96
5. Bibliografia	p.99
6. Anexos	p.107

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação trata da reforma educacional realizada em 1923 pelo filósofo Giovanni Gentile, então Ministro da Educação no recém formado governo fascista.

O interesse por este tema surgiu a partir do nosso projeto inicial, que pretendia estudar a noção de Escola Única em Antonio Gramsci, no contexto das transformações ocorridas no sistema escolar italiano durante o período fascista. Ao analisar os textos do filósofo sardo sobre o problema escolar, descobrimos que o seu projeto pedagógico se fez no confronto com as idéias de Gentile e na crítica à sua reforma.

A partir daí, a necessidade de compreender melhor os termos deste debate, nos motivou a mudar os rumos da pesquisa, optando por um estudo mais aprofundado das raízes históricas e filosóficas da reforma gentiliana.

Para cumprir esta meta, dividimos o texto em três capítulos.

No primeiro capítulo, expomos alguns aspectos da grave crise econômica, política e social em curso na Europa do pós-guerra, focalizando a crise das instituições democráticas e a ascensão dos movimentos fascista e nazista na Itália e na Alemanha. Damos particular atenção ao caso italiano, dedicando uma parte do texto à análise das propostas políticas elaboradas pelos principais partidos no imediato pós-guerra especificamente no que diz respeito à reforma do Estado e do sistema educacional

No segundo capítulo analisamos as leis, decretos e circulares que compõem a reforma educacional de Giovanni Gentile, enfocando as mudanças por ela introduzidas na escola italiana. Nesta análise, tivemos como preocupação central discutir a concepção de sociedade e de Estado que subjaz à reforma e suas conexões com o ideário fascista.

Enfim, no último capítulo, procuramos, ainda que de forma extremamente sumária e inicial, delimitar as raízes filosóficas da noção de “Estado ético” em Gentile, buscando relacioná-la à sua particular apropriação da dialética hegeliana, no interior da corrente neo-idealista italiana. Para melhor compreendermos os pontos de contato entre sua noção de Estado, que se identifica à fascista, e o suporte teórico em que busca fundamentação, relacionamos alguns

de seus textos políticos com os de Hegel e Fichte.

Com esta dissertação pretendemos introduzir uma discussão em torno da obra de Giovanni Gentile pela relevância que suas concepções políticas e pedagógicas tiveram na Itália¹ e em outros países, inclusive no Brasil com o advento do Estado novo.

¹ Ver: GIANNARELLI, Roberto. *La scuola media*. Nel suo ordinamento amministrativo e didattico. 2ªed. Firenze: Felice le Monnier, 1939.

1. GUERRA, CRISE DO ESTADO E O SURGIMENTO DOS NAZIFASCISMOS

Em termos globais, um balanço da Primeira Guerra Mundial assinala uma crise da supremacia econômica, política e militar da Europa no panorama mundial.² Nas palavras de Beaud, no plano econômico a guerra destruiu o potencial industrial europeu, favorecendo o crescimento dos Estados Unidos.

Sobre base 100 em 1913, o índice da produção industrial é, em 1920:

-141 nos Estados Unidos;

-100 na Grã-Bretanha;

-62 na França e 61 na Alemanha.

As reservas de ouro dos Estados Unidos mais que quadruplicaram, durante a guerra e ultrapassaram, em 1921, 2,5 bilhões de dólares (perto de dois quintos do conjunto das reservas mundiais)³

Tal crescimento contribuiu para que a Europa se transformasse em devedora dos Estados Unidos.

Cada Estado comprometido na guerra contraiu uma enorme dívida pública para com seus habitantes: globalmente, a dívida pública do elenco dos países beligerantes passou de 26 bilhões de dólares às vésperas da guerra a 222 bilhões em 1920. Acrescenta-se a isso a dívida externa: a Grã-Bretanha emprestou cerca de 4 bilhões de dólares dos Estados Unidos, e a França 3

² BEAUD, Michel, *História do Capitalismo—de 1500 aos nossos dias*, p.241 – 242.

³ Idem., p. 245–246.

*bilhões. Em 1921, a comissão aliada de reparações impõe à Alemanha um pagamento de 33 bilhões de dólares.*⁴

Do ponto de vista das perdas humanas, a guerra deixou um saldo de “nove milhões de mortos”⁵ e 20 milhões de mutilados, o que representou para a Europa a perda de um décimo de sua mão-de-obra. A “classe operária foi dizimada: 10% dos trabalhadores industriais foram mortos no decorrer da guerra de 1914 – 1918.”⁶

Outro fato de grande importância, ocorrido durante a Primeira Grande Guerra, foi a derrubada do regime czarista na Rússia, substituído pelo primeiro Estado socialista da história. Até o momento da revolução⁷, os Estados industriais avançados⁸ haviam visto na Rússia não só uma potência aliada na tarefa de oprimir os povos asiáticos⁹, mas, também, um rentável campo para suas inversões financeiras: 42% do capital acionário dos bancos russos pertenciam a entidades estrangeiras, cerca de 75% da indústria metalúrgica e de 90% da indústria elétrica estavam controlados por capitais estrangeiros.¹⁰ Mas com a vitória dos bolcheviques não só o capital europeu perdia uma rica área de investimentos, mas, sobretudo, ficava demonstrado que o sistema capitalista não era a única forma possível de organização social. Exemplo para partidos dos trabalhadores, e estímulo para grandes greves revolucionárias em países tais como Itália, Alemanha, Áustria Hungria, e França, a revolução russa passou a constituir um fator político importante para os movimentos socialistas e uma ameaça latente contínua para o sistema

⁴ Cf. Idem., 245

⁵ RÉMOND, René. *O século XX: de 1914 aos nossos dias*, p.35

⁶ BEAUD, Michel. Op. cit. P. 244.

⁷ RÉMOND, René. Op. cit. pp.48 – 51.

⁸ Sobre Estado Industrial, ciência e tecnologia consultar os seguintes autores: BAIARDI, Amílcar. *Sociedade e Estado no apoio à ciência e à tecnologia: Uma análise histórica* & ELLUL, Jaques. *A técnica e o desafio dos séculos*.

⁹ Cf. PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia*, 1977. & CHESNEAUX, Jean. *A Ásia oriental nos séculos XIX e XX*, 1976.

¹⁰ KÜHNEL, Reinhard. *Liberalismo y fascismo dos formas de dominio burgues*, pp.135–136.

capitalista.

Neste contexto de grave crise econômica e de profundas mudanças políticas no panorama europeu, a crise social, caracterizada pelo desemprego, inflação, miséria generalizada, favorece o alastrar – se de agitações sociais e a emergência de oposições políticas aos governos liberais.

Na Alemanha e na Itália a crise econômica e social, particularmente grave pelo enorme crescimento do desemprego e da inflação, resultou na descrença da população em relação ao sistema parlamentar, gerando o aumento da oposição popular, que, posteriormente, contribuiu para “a queda do liberalismo”.¹¹

Nestes países, movimentos de cunho nacionalista e popular, que propugnavam o restabelecimento de um Estado forte, capaz de reconstituir a ordem e a prosperidade, crescem no imediato pós-guerra, encontrando apoio de uma grande parte da população: a alta burguesia, preocupada em manter suas propriedades a salvo, devido ao crescente número de greves operárias; as classes médias, empobrecidas com a crise e temerosas de uma equiparação com as camadas de menor poder aquisitivo; os estratos mais pobres da população-subempregados, trabalhadores não especializados e jovens que não conseguiam ingressar no mercado de trabalho.

A união desses movimentos proporcionava uma amálgama de preceitos composto de teorias diversas, tendo como resultado um conjunto de idéias e práticas ao mesmo tempo “anti-liberais” e anticomunistas, que vieram possibilitar a criação de correntes, que na Alemanha gestaram o fenômeno “nazismo” e na Itália “fascismo”.¹²

Na Itália, a anexação da Tunísia pela França e a derrota sofrida na Abissínia geraram um sentimento de humilhação e vergonha, provocando, principalmente na população jovem, a descrença no Estado liberal, agravada pelos magros resultados da vitória. Com efeito,

¹¹ Cf. HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX – 1914 – 1991*, pp.113–132.

¹² Para um estudo mais teórico mais detalhado sobre as origens sociais do fascismo consultar os seguintes autores: MANDEL, Ernest. *Sobre o fascismo*. pp. 28-38 e LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na Teoria Marxista: Capitalismo, Fascismo e populismo*, pp. 87–148.

durante a guerra, a Itália mobilizou mais de cinco milhões de homens e gastou cerca de 15 bilhões de dólares e ao final não recebeu as compensações territoriais prometidas pelos aliados. Em troca do esforço de guerra, os italianos receberam o desemprego, o caos econômico e a inflação.

Essa situação de descontentamento acompanha a crise do parlamentarismo: nas eleições de 1921 quatro partidos obtiveram forte representação na Câmara dos Deputados, mas nenhum tinha a maioria. Os dois maiores, o Socialista e o Popular, eram rivais e nenhum queria apoiar um gabinete chefiado por um membro do outro. Em vista disso era praticamente impossível o funcionamento do governo. Era raro um ministério permanecer no poder o tempo suficiente para realizar metas de governo. Com isso, a crítica ao Parlamento era uma constante.

Neste contexto os fascistas se beneficiaram pois, como afirma Henri Michel, um estudioso do fenômeno, constróem seu discurso e eficácia política pelo ataque à democracia:

*(...) 'considerada podre', porque, sendo um regime de fraqueza dominado por grupos de pressão, é incapaz de salvaguardar o interesse nacional; o sistema parlamentar não passa de um jogo estéril; o pluralismo dos partidos apenas gera divisões e discussões inúteis; a escolha dos dirigentes políticos pelo povo é nociva.*¹³

As origens da Alemanha nazista, também, podem ser encontradas, entre outros fatores, no sentimento de humilhação nacional em consequência do Tratado de Versalhes, imposto aos alemães em Paris em um clima de grande revanchismo.¹⁴

Neste período, a Alemanha, de acordo com a Constituição de Weimar (1919), era uma República Parlamentar, federalista e democrática, com o presidente eleito pelo voto universal e direto. O Parlamento era dividido em duas Câmaras: o Reichstag, formado pelos

¹³ MICHEL, Henri. *Os Fascismos*, p. 14

¹⁴ Em 18 de janeiro de 1919, reuniu-se no Palácio de Versalhes a Conferência de Paris, para definir as condições de paz com a Alemanha, quando participaram somente os países, que saíram vencedores do Grande Conflito. Para uma análise de alguns artigos, selecionados, do Tratado de Versalhes, que impuseram condições à Alemanha.

deputados eleitos, e o Reichsrat, formado pelos representantes dos Estados federados. O Primeiro Ministro, ou Chanceler, era nomeado pelo presidente, e exercia as funções do poder executivo. Em 1919, funda-se o Partido dos Trabalhadores, cujo nome foi alterado em 1920 para Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, mais conhecido como Partido Nazista. Em 1923, aproveitando-se da crise política e econômica que se seguiu, Hitler e seu partido tentam um golpe para assumir o poder, tentativa que acaba em fracasso. Posteriormente Hitler, já nacionalmente conhecido, escreve o livro “Minha Luta”, onde apresenta o programa político que será a base da ideologia nazista e que alcança grande repercussão.

Resumindo, a Primeira Guerra Mundial teve uma consequência significativa para a vida econômica, política e social da Europa. A inflação, desemprego em massa, caos econômico, crise no comércio e na produção passaram a fazer parte do dia-a-dia dos europeus. Muitos foram os que associaram o fracasso do capitalismo liberal ao fracasso das instituições democráticas. Assim pode-se compreender o quadro geral em que foram abertos os caminhos para as propostas de regime autoritário aí emersas.

Sendo assim, dividimos este primeiro capítulo em dois momentos. No primeiro, faremos uma sumaria referência a ascensão do nazismo na Alemanha e à do fascismo na Itália.

Num segundo momento, faremos algumas considerações sobre a crise do Estado liberal na Itália e as procedências do fascismo. E para finalizar algumas considerações sobre os Partidos políticos e o problema Escolar na Itália do Pós – Guerra.

1. 1. ALEMANHA E ITÁLIA: CRISE E ASCENSÃO DO NAZISMO E FASCISMO.

Como anunciamos acima, a derrota da Alemanha na Primeira Guerra mundial, em 1918, seguida da queda da monarquia com a ascensão do novo governo republicano, impõe ao país o humilhante Tratado de Versalhes¹⁵, com cláusulas que reduziam sua área territorial, e arrasavam sua economia.¹⁶ Após a eleição, em fevereiro de 1919, da Assembléia Constituinte, formada pela maioria socialista que se reuniu na cidade de Weimar,¹⁷ foi elaborada uma constituição, que entrou em vigor em setembro desse ano, tendo por finalidade estancar a crise financeira oriunda do pós – guerra, intento frustrado pelo aumento enorme da dívida pública ao longo do conflito:

Essa crise não se abateu subitamente sobre a Alemanha. Ela resulta de uma situação financeira que se degradou a partir de 1914. Antes da guerra, os depósitos de dinheiro nos bancos e nas caixas econômicas eram consideráveis. Atingiam 4 bilhões de marcos em 1913. Junto aos pequenos poupadores, as caixas econômicas de crédito, com as suas 17000 filiais e os seus 2,5 milhões de membros espalhados por todo o território alemão, favoreciam a poupança e estimulavam o investimento. O Estado imperial foi obrigado a endividar-se durante a guerra. Embora os depósitos tivessem quadruplicado, a circulação da moeda foi ainda superior. Ela se multiplicou quase por seis. Além disso, uma enorme quantidade de títulos do Tesouro foi

¹⁵ Em 18 de janeiro de 1919, reuniu-se no Palácio de Versalhes a Conferência de Paris, para definir as condições de paz com a Alemanha. Participaram somente os países vencedores. Apenas alguns dos 14 pontos de Wilson prevaleceram. Isso porque a conferência foi dominada pelo representante francês Georges Clemenceau, que ainda possuía um forte sentimento revanchista contra os alemães. Os Estados Unidos, representados por Wilson, e a Grã-Bretanha, por Lloyd George, formaram com a França o grupo dos Três Grandes que decidiram o que seria imposto aos perdedores.

¹⁶ RICHARD, Lionel. *A república de Weimar*, pp. 13–17.

¹⁷ *Idem.*, pp. 33–60.

*emitida. Essas medidas provocaram uma inflação de crédito. No final de 1918, o marco perdera 40% de seu valor.*¹⁸

Tal situação de crise é acompanhada pela instauração do caos político e social, favorecendo o aumento da sindicalização, a radicalização das lutas sociais e o fortalecimento da ala mais radical do Partido Social Democrata, a liga Spartakista.

Em 1918 as greves, que tinham aumentado em final de 1917, alastram-se pelo país, assumindo uma dimensão insurrecional. No meio da violenta repressão, ocorre o assassinato dos líderes Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo.¹⁹

*Na Alemanha, o número de operários sindicalizados passara de 4 para 11 milhões, de 1913 a 1919: socialistas de esquerda, comunistas e anarquistas haviam subido ao poder na Baviera, no sul do país, e foram reprimidos; em Berlim, o proletariado se insurgira sob a liderança dos espartaquistas e, na repressão, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht haviam sido assassinados.*²⁰

Após a intensificação da repressão à esquerda, a direita, sempre assustada com os movimentos populares e operários, passou a apoiar o Partido Nacional – Socialista dos trabalhadores, mais conhecido como Partido Nazista. Recém fundado (1919) em meio à crise, opunha – se ao regime parlamentar e democrático e assumia posições de um nacionalismo exacerbado, lutando por um Estado forte, que fosse capaz de reerguer o país e promover a expansão territorial, com um programa que, por um lado, apresentava aspectos fortemente racistas e anticomunistas e, por outro, assumia um discurso populista com fortes tintas anti-capitalistas. Ao mesmo tempo que o programa exigia terras (colônias) para a expansão do povo alemão, exigia também a participação dos trabalhadores nos lucros das grandes empresas, a supressão de todos os ganhos obtidos sem esforço nem trabalho, o confisco dos bens daqueles

¹⁸ Idem., p. 86.

¹⁹ Idem., pp. 24–26.

²⁰ KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*, p. 43.

que enriqueceram através da guerra" e uma reforma agrária adequada às exigências nacionais e visando o bem comum". Aos poucos, os pontos avançados do programa foram sendo esvaziados e as palavras de ordem mais claramente conservadoras prevaleceram no discurso do partido.²¹

Em meio a esta conturbada situação, o governo alemão não consegue pagar as reparações da guerra, sendo obrigado a assistir à ocupação do vale industrial do Ruhr pelos franceses e belgas e a emitir incessantemente papel-moeda, ocasionando uma enorme desvalorização do dinheiro. Como esclarece Mendes: "em 1919 o marco em papel – moeda valia ¼ do marco – ouro; em 1920, 1/13; em 1921, 1/50; em outubro de 1922, 1/1000; em janeiro de 1923, 1/140000".²²

As conseqüências dessa situação inflacionária foram várias: o aumento dos preços em proporção elevadíssima, causando um alto custo de vida para a maioria da população, enquanto para os industriais a situação era boa, já que as mercadorias, produzidas a preços muito mais baixos do que os do mercado mundial, eram facilmente exportadas. A perda dos bens acumulados pela pequena burguesia chegou ao máximo, proletarizando essa camada social. Jamais um país tão industrializado havia conhecido tamanha miséria, de forma que a situação política e social ficou inteiramente subvertida. Os sindicatos, até pouco tempo antes poderosas máquinas bem lubrificadas, de cujo peso os sociais democratas retiravam a sua força, perderam sua função. Os próprios valores ligados à atividade sindical e parlamentar se dissiparam.²³

O desemprego cresce, em um primeiro momento, em um curto espaço de tempo, entre 1918 e 1924, após os quais há uma leve melhora, devido ao incremento do mercado de trabalho e às novas condições para se desfrutar do abono – desemprego, como indica Richard:

No final de 1918, como conseqüência do retorno dos soldados da frente, o número dos desempregados aumentara, para estabilizar-se nos primeiros meses de 1919 e, depois, diminuir progressivamente. Em 1920, oscilava entre

²¹ Idem., p.44.

²² ALMEIDA, Ângela Mendes. *A república de Weimar e a ascensão do nazismo*, p. 36.

²³ Idem., pp. 36 e 40

2 e 6% da população ativa; em 1921, entre 1,2 e 4,7%. Em fevereiro de 1922, era somente de 3%, contra 16% na mesma data na Inglaterra. Mas em 1923 subiu vertiginosamente. No fim do ano, estava avaliado em 25%. Em janeiro de 1924, atingia 27% da população ativa, enquanto 52% dos alemães empregados não dispunham de um trabalho em tempo integral. (...) Em toda a Alemanha, o total dos desempregados atendidos se elevava a 400 000 em 1º de outubro de 1923, e a 1,5 milhão no dia 1º de janeiro de 1924.

Depois, seu número diminuiu pouco a pouco, passando para 700000 aproximadamente a 1º de abril de 1924, e caindo para 200 000 a 1º de junho do mesmo ano. Duas razões explicam esse resultado. A primeira era a ligeira melhoria do mercado de trabalho. A segunda, condições novas e rigorosas para gozar do abono-desemprego.²⁴

O permanecer da crise apesar dos períodos de melhora, ao aprofundar a descrença nos organismos que canalizavam tradicionalmente as reivindicações sociais e políticas, vistas como incapazes de dar respostas aos anseios das massas, favoreceu o enraizamento do discurso nacionalista e populista do novo partido entre as massas populares. Este incorporava "bandeiras" e propostas políticas que outrora haviam sido monopólio do Partido Social-Democrata e do Partido Comunista e que acabaram ganhando parcelas do operariado, sensibilizadas pelas pregações contra o Estado burguês e a necessidade de fazer uma nova Alemanha, pois o partido entendia que era sobre os trabalhadores que repousava o destino do povo alemão. O partido denunciava a falta de estabilidade do parlamento, através de um paciente trabalho doutrinário. Neste, a retórica agressivamente nacionalista e populista procurava, pela extrema simplificação e incessante repetição do discurso e por um forte apelo emocional aos ressentimentos e frustrações emersos no bojo da guerra e dos conflitos sociais subsequentes, criar uma visão maniqueísta do mundo. Esta técnica de propaganda anunciava a sofisticada máquina de manipulação ideológica dos nazistas no poder, que terá no cinema, no rádio e na ritualização da política um poderoso instrumento de controle dos "corações e mentes". Nas palavras de

²⁴ RICHARD, Lionel. Op. cit., pp.92 – 93.

Lenharo:

Hitler considerava que a propaganda sempre deveria ser popular, dirigida às massas, desenvolvida de modo a levar em conta um nível de compreensão dos mais baixos. (...) Por isso mesmo, a propaganda deveria restringir – se a pouquíssimos pontos, repetidos incessantemente. (...)

*O essencial da propaganda era atingir o coração das grandes massas, compreender seu mundo maniqueísta, representar seus sentimentos. (...)*²⁵

O resultado deste trabalho ficou visível, a tal ponto que, já no poder, em 1933 o movimento nazista contava com 849 mil filiados, sendo que 31,5% pertenciam às camadas mais pobres da população.

Resumindo, podemos dizer que a crise econômica que atravessou o país, o ressentimento gerado pelos tratados do pós-guerra, a radicalização dos movimentos sociais, a desunião dos partidos de esquerda, e a eficácia da propaganda foram aspectos que contribuíram para possibilitar a ascensão do regime nazista, inerentemente associada às alterações políticas e econômicas em nível mundial: em 1930, os “Nazi” colocaram 107 deputados no Reichstag (Parlamento), obtendo 6,5 milhões de votos. Conquistaram 280 cadeiras e 13,5 milhões de votos, seguidos pelo Partido Social-Democrata, com 8 milhões. O partido, possuía, então, um milhão de membros.²⁶

O surgimento e a ascensão do fascismo na Itália, a semelhança do nazismo, estão inerentemente associados à Primeira Guerra Mundial.

Quando a Itália entrou no conflito, era um Estado jovem, se comparado a outros países da Europa Ocidental, como a França e a Inglaterra, que tinham séculos de tradição militar

²⁵ LENHARO, Alcir. *Nazismo – “O Triunfo da vontade”*, pp. 39-41

²⁶ com as SA (tropas de choque) e as SS (tropas de assalto)

e nacional e já haviam tido experiências de grandes guerras.²⁷ Já a Itália constituiu – se com uma população de 36 milhões de habitantes, se viu envolvida em uma guerra extremamente sangrenta, que durou quatro anos e trouxe para o país sérios problemas do ponto de vista financeiro, social e político, apesar da vitória.

Em 1918, os altos custos econômicos e sociais da vitória bélica pareciam confirmar o prognóstico dos pacifistas:²⁸ além da perda de 700.000 homens, o gasto financeiro ultrapassou os 15 bilhões de dólares e não trouxe os benefícios almejados pela população, tendo como consequência um despertar da consciência política dos trabalhadores, dos camponeses e da pequena burguesia, proporcionando o caminho para a oposição ao regime liberal, visível tanto no crescente alastramento de agitações políticas, greves e motins nos pátios industriais como na ampliação do espectro partidário, em nível institucional.²⁹

Socialmente, quando comparada com as grandes potências, mesmo depois da sua unificação, era um país pobre.

A alimentação média de um italiano em 1914 correspondia a cerca de 3.200 calorias diárias, cifra inferior de mais de um quinto à alimentação de um inglês. A renda média por habitantes, era no ano de 1911 à 1913, de 549

²⁷ RAGIONIERI, Ernsto. Itália Giudicata: *Dall' età giolittiana al delitto Matteotti*. 1901 – 1925, pp. 418 – pp. 424-32

²⁸ “Os liberais, por razões de avaliação prática da consistência do sistema político europeu e da duração da guerra, acreditavam que: primeiro, com a dissolução do império austriaco, haveria uma profunda redefinição da geografia política do continente, da qual o Estado italiano poderia beneficiar-se; segundo a guerra seria longa e dispendiosa, e o Estado italiano não estava preparado para arcar com os gastos, nem sequer de um conflito de curta duração. Para o posicionamento dos socialistas sobressaíam-se as motivações ideológicas, a guerra seria um subproduto da competição econômica capitalista e uma “festa” para os empresários da indústria bélica; e mais realisticamente defendiam a tese de que seria mais útil à população investir recursos na infra-estruturas básicas ao invés de entregar a nação ao massacre e às privações da guerra. O neutralismo dos católicos alimentava-se de outras razões, sobretudo duas: uma, digamos geopolítica, pois a Áustria forte seria um dique e baluarte defendendo a Europa do ameaçador Oriente (leia ortodoxos turcos!); e a outra, mais cultural, pretendia-se a ligação do catolicismo com o mundo camponês tradicionalmente avesso às guerras e às subversões da ordem estabelecidas”. STACCONE, G. *Gramsci-100 anos: Revolução e Política*, pp. 17-18.

²⁹ BURNS, Edward Mcnall. *História da civilização ocidental*, pp. 873 – 874.

*para os Estados Unidos, 481 para a Grã – Bretanha, 351 para a França, 301 para a Alemanha e 158 para a Itália.*³⁰

A Itália consumia mais de um quarto da sua produção, registrando-se em média entre 1909 e 1913 a excedência da importação sobre a exportação de 1 bilhão e 250 milhões, sobre um volume total de comercio internacional de cerca de 5 bilhões e meio, proporcionando um déficit de 1 bilhão e um quarto. Esta situação provoca um aumento considerável de despesas públicas. Como esclarece Chabod:

*O balanço do Estado segue passando dos 2 bilhões e 501 milhões de 1913 – 14, o ultimo ano normal, aos 315 milhões de 1916 – 17, aos 10 bilhões e 550 milhões de 1915 – 16, aos 17 bilhões e 315 milhões de 1916 – 17, aos 25 bilhões e 334 milhões de 1917 – 18, aos 30 bilhões e 857 milhões de 1918 – 19. O déficit passa 214 bilhões a 7536, 13261, 19552, 23345 para cada um daqueles anos. A circulação monetária que era de 2 bilhões e 7 milhões em 30 de junho de 1914, passa para os 20 bilhões ao fim de dezembro de 1920, proporcionando um déficit público de 14.089 milhões de lira de 1910, e de 95.017 milhões em 1920.*³¹

As conseqüências desse déficit fiscal são graves e suas primeiras vítimas foram os grupos sociais que haviam construído a verdadeira base do Estado italiano, no senso político do termo, ou seja, a pequena e média burguesia (profissionais liberais, comerciantes e industriais...) e os pequenos proprietários. A carga fiscal que golpeou o país cresce e se agrava cada dia mais, proporcionando um enorme débito público, quando comparado com os anos anteriores. Entre os anos 1916 e 1918, cerca de 30% da renda nacional tem uma rápida queda, significando, para certos grupos sociais, o empobrecimento, e para outros, exatamente a ruína.

Na industria, verificam – se duas situações, no que se refere à economia e à política italiana.

³⁰ CHABOD, F.. *L'Italia contemporanea* (1918 – 1919), p. 27

³¹. Idem., pp 28 – 29.

No setor industrial, em um primeiro momento, há uma situação de melhora, já que, com a guerra, este recebe encomendas de enormes serviços,³² forçando o ritmo de trabalho e uma maior contratação de trabalhadores para as grandes fábricas.

*A Primeira Guerra Mundial abria novas possibilidades econômicas e políticas à grande indústria. (...)A guerra brindava oportunidades que todos os industriais se sentiam prontos à aproveitar. Indústrias e finanças se aproximaram mais do que estavam antes da guerra para formar gigantescas sociedades, necessárias para custear os gastos da guerra.*³³

Na cidade de Turim, houve homogeneização entre a indústria metalúrgica e a automobilística, proporcionando o aumento considerável da mão de obra fabril.

A produção de Turim está, vista de fora, perfeitamente centralizada e homogeneizada. A indústria metalúrgica com cerca de cinquenta mil operários e dez mil empregados e técnicos ocupa o primeiro lugar. Só nas oficinas da Fiat trabalham trinta e cinco mil operários, empregados e técnicos, e, nas oficinas principais desta fábrica, estão empregados dezesseis mil operários, que constróem automóveis de qualquer tipo com os sistemas mais modernos e aperfeiçoados. (...)

*A produção automobilística, que ocupa o primeiro lugar na indústria metalúrgica, subordinou a si outros ramos da produção, como a indústria da madeira e a da borracha.*³⁴

Com essas mudanças, a centralização da grande indústria aprofundou, acentuadamente, os conflitos de classe, possibilitando um dos caminhos à organização dos trabalhadores em sindicatos e comitês de fábricas.

³² Ver, BEZZA, B.. Gli aspetti normativi nelle relazioni industriali del periodo belico (1915 – 18). In: PROCACCI & ANGELI. (cura) *In Italia durante la Prima Guerra Mondiale*. Pp. 103 – 118.

³³ SARTI, Roland. *Facismo y Burguesia Industrial*, p. 27.

O crescimento do setor industrial aprofundou o desnível e as contradições entre a indústria e a agricultura, devido à ausência de acumulação de capital no campo, que deixou os grandes proprietários agrícolas inteiramente à margem da modernização, enquanto a composição do capital concentrava-se na indústria nos anos entre 1915–1917, intensificando a desigualdade social e política entre o Norte e o Sul.³⁵ Essa oposição veio agravar o déficit orçamentário do país, de um lado, e, de outro, veio dificultar a aliança dos novos proprietários do norte com os grandes proprietários agrícolas do Sul, descontentes com a supremacia econômica do grande capital moderno sobre a propriedade agrária tradicional.

Além disso, a concentração industrial, no Norte, eliminou um grande número de médias e pequenas empresas, contribuindo assim para o empobrecimento de alguns setores da população, condenados ao desemprego e a uma situação inflacionária, que, como observamos anteriormente, ocorreu na Itália desde a sua entrada e participação no Grande Conflito.

O processo inflacionário acirra a concorrência entre as associações, representantes, respectivamente, dos interesses do capital industrial e fundiário, criadas em 1920; a Confederação Geral da Indústria e a Confederação Geral da Agricultura. Esta última opõe-se à política fiscal do Estado, entendendo que havia uma reversão de benefícios exclusivos para a indústria.

No bojo dessas contradições, verificam-se mudanças significativas na estrutura social e cultural da sociedade italiana

A transformação da economia alterou profundamente a estrutura cultural dos valores tradicionais e os vínculos comunitários da sociedade camponesa. Nas regiões do norte e do centro, ligadas à revolução industrial”, ocorre um processo de desruralização e de urbanização que fez surgir novas camadas

³⁴ GRAMSCI, A.. *L'Ordine nuovo: 1919–1920*, pp. 176–177.

³⁵ Para a verificar a questão do Mezzogiorno, consultar os seguintes autores: VILLARI, Rosario. *Il sud nella storia D'Italia. Antologia della questione meridionale*. 1984. e SALVEMINI, Gaetano. *Scritti sulla Questione Meridionale*. (1896 – 1955). Turim, Einaudi, 1955.

operárias e produziu substanciais mudanças na composição social e na mentalidade do mundo camponês. ³⁶

São essas transformações que irão favorecer o nascimento e o desenvolvimento de novos movimentos de massa, no bojo dos quais uma nova elite política assumiu a tarefa de socializar, ou seja, “integrar” e “adaptar” os setores sociais emergentes na sociedade recém industrializada, criando propostas de reorganização política. Os socialistas introduziram novas formas de organização e de luta, como o partido e os sindicatos. Já os movimentos católicos optaram por redes de organizações de cunho assistencial e cultural, que, inicialmente, não assumiram forma política,³⁷ fato que ocorreu mais tarde, em 1919, quando Luigi Sturzo, fundou o Partido Popular Italiano.³⁸ Embora socialistas e católicos divergissem profundamente em suas finalidades, partilhavam da aversão pelo Estado de origem “risorgimental”.³⁹

Com a ascensão dos movimentos católico e socialista cresce a oposição ao regime liberal, que busca desestabilizar a mobilização social, intensificando a repressão. À medida que os métodos “tradicionais” se mostravam ineficazes para conter a crise social, o regime procurou caminhos alternativos, numa tentativa inaugurada no governo de Francesco Saverio Nitti⁴⁰ (1919-1920): este procurava restaurar a economia, estimulando e incentivando a produção, tendo como base uma política de alianças com as forças adversas emergentes, através

³⁶ GENTILE, Emílio & FELICE, Renzo. *A Itália de Mussolini e a Origem do Fascismo*, p. 13.

³⁷ “ Mas esta aproximação, que colocava os católicos em posição de subordinação em relação ao liberalismo, não era aceita por setores do movimento católico que queriam uma participação ativa e autônoma dos católicos na vida política, como alternativa ao liberalismo. Gentile E., op. cit., p. 14

³⁸ Cf. VINCIGUERRA, Mario. *I partiti italiano dal 1848 al 1955*, pp. 123 – 130.

³⁹ Para compreender as origens do Estado Italiano no Risorgimento e sua relevância para a constituição emergencial do Estado burguês, na Itália, o qual culminou com a unidade nacional, consultar os seguintes autores: ALBERTONI, Ettore. *Storia delle Politiche In Italia*, pp. 222-267; SALVATORELLI, Luigi. *Sommario della storia d'Italia*, pp. 412-466

⁴⁰ Francesco Saverio Nitti (1868 –1953): relevante político do sul da Itália. Foi presidente do Conselho de Ministros em 1919 – 1920, quando opôs – se ao fascismo e foi forçado ao exílio. Para maiores detalhes sobre a sua presidência no Conselho de Ministros e sua atuação anti-fascista ver: SALVEMINI, Gaetano. *Le origini del fascismo in Italia*, pp. 204-214.

de uma postura democrática, progressista e avançada.⁴¹ Seu programa não excluía a Assembléia Constituinte nem a colaboração com Partido popular e com os socialistas, pretendendo alargar as bases sociais do governo liberal, integrando as novas forças políticas. Nas palavras de Togliatti:

*Nitti dava continuidade à política de fazer concessões a determinados grupos com a intenção de corrompê-los, mas procurava ampliar esta política, procurava nela incluir forças mais avançadas.*⁴²

Essa estratégia, todavia, não alcançou, sucesso por duas razões, pelo menos. Em Primeiro lugar, pela oposição acentuada dos nacionalistas, que não concordavam com o apoio de Nitti aos Arditi del Popolo⁴³, dos futuristas,⁴⁴ que estavam empenhados em restaurar um regime monárquico absolutista, e dos fascistas, que, planejavam suprimir o Estado Liberal.⁴⁵ Em segundo lugar, pelas lutas dos trabalhadores da região da Emília, onde sindicatos mais preparados e organizados politicamente radicalizam o combate, controlando os movimentos de ocupação de terras, aluindo as bases em que se apoiava a sociedade capitalista e inviabilizando o programa de colaboração de classe.⁴⁶

O fracasso do programa de Nitti foi seguido de uma nova tentativa, iniciada em 1920, pelo governo Giovanni Giolitti (1921–1922), que teve como eixo a democratização da vida

⁴¹ TASCA, Angelo. *Nascita e avvento del Fascismo*, pp. 98–102.

⁴² TOGLIATTI, P.. *Lições sobre o fascismo*, p. 16.

⁴³ “os Arditi del Papolo começaram a se organizar como movimento político-militar em 1919 e realizaram sua primeira manifestação pública em junho de 1921. Reagrupavam antigos *arditi* (audazes), membros das tropas de choque do exercito italiano na Primeira Guerra , que conservaram suas armas e seus uniformes. Algumas vezes, com o apoio popular, os *Arditi del Papolo* chegaram a entrar em combate armado com as *squadre* fascistas, opondo-lhes séria resistência (Parma, agosto de 1922)”. TOGLIATTI, P.. *Lições sobre o fascismo*, p. 18.

⁴⁴ O partido futurista, na Itália, tem suas origens na escola literária fundada por Filippo Tommaso Marinetti e amigos, que publicaram vários manifestos, dentre os quais destacamos Figaro de 20 de fevereiro de 1909. Em 20 de setembro de 1918, começaram a publicar, de dez em dez dias a Roma futurista, que trazia como subtítulo “Jornal do Partido futurista”, que tinha por conteúdo o Programa do Partido Futurista. PARIS, Robert. *As origens do fascismo*, pp. 42–51.

⁴⁵ Cf. SALVEMINI, Gaetano. *Op.cit.* pp. 206-214

⁴⁶ TOGLIATTI, P., *op. cit.*, p. 16.

pública e o reconhecimento da liberdade de organização sindical. Para adequar o Estado às mudanças em curso, Giolitti, convencido de que a solidez do sistema político liberal baseava-se na capacidade de conquistar as massas e de fazer fluir para si os moderados de esquerda e de direita, viabilizou “o sufrágio universal, introduzido em 1912, e ampliou o corpo eleitoral ativo de cerca de 3 para 8 milhões”.⁴⁷

Ao mesmo tempo, porém, ao perceber a impossibilidade de sair da crise sem esmagar as ocupações de terra e fábricas, estimulou acordos com movimentos armados fascistas, buscando com isso golpear os radicais e unir os reformistas ao seu governo. Na compreensão de Togliatti,

*O programa de Giolitti, tal como ele tentou aplicá-lo em 1921 e até o início de 1922, era um programa político de colaboração parlamentar das velhas forças das classes dirigentes reacionárias com os dois partidos surgidos após a guerra: o Partido Socialista e o Partido Popular. (...)apoia-se também, sobre o movimento fascista, considerado como movimento armado voltado para o esmagamento das fortalezas proletárias.*⁴⁸

Nesse período (1922), o fascismo entra no Congresso como partido político, tendo Mussolini, em seu discurso inaugural, previsto um governo de colaboração com os socialistas. A palavra de ordem central é a “pacificação” com os socialistas, que, “sob a pressão da ala direita e com a saída dos comunistas do partido,⁴⁹ aceitam o pacto.”⁵⁰ Apesar desse pacto entre socialistas e fascistas, o programa de Giolitti, pressionado pela intervenção das massas,

⁴⁷ GENTILE, E.. op. cit., p. 15.

⁴⁸ TOGLIATTI, P., op. cit., p. 17.

⁴⁹ “Em janeiro de 1921, no congresso do PSI em Livorno, a fração comunista de Gramsci, Bordiga, Togliatti, Bombacci, é excluída do partido, em função de cisões internas. No mesmo local, alguns dias depois, os comunistas reúnem-se e celebram o congresso de fundação do Partido Comunista Italiano (PCD). TOGLIATTI, P., op. cit., p. 18

⁵⁰ TOGLIATTI, P., op. cit., p. 18

faliu como já acontecera com o de Nitti.⁵¹

Desse modo fracassaram os dois programas políticos, o de Nitti e o de Giolitti, para tirar a Itália da crise do pós-guerra, fato que, na compreensão de Bellamy, impulsiona o surgimento do fascismo.

O fracasso final do liberalismo italiano e a ascensão do fascismo originaram-se da incapacidade e da falta de vontade da classe dominante de se adaptar à arte do acordo nas circunstâncias da política democrática. Na medida em que a extensão do voto e o advento dos partidos de massa começaram a destruir a importância do clientelismo, eles passaram cada vez mais a se apoiar na força “(...)” A ascensão do fascismo não pode ser dissociada do fracasso do Estado liberal. Sem a conivência ativa das autoridades, a violência fascista poderia ter sido facilmente contida—como na verdade o foi, sempre que os oficiais mostraram firmeza, como em Sarzana, em 1921, quando a polícia a enfrentou e destruiu uma tropa fascista. Entretanto, em geral, o exército, a polícia e a burocracia local ajudavam ativamente os empregadores a utilizar os pelotões fascistas para retomar o terreno perdido em concessões impostas pelo governo às organizações trabalhistas após a guerra. A maior Parte dos squadristi de 1921 estavam envolvidos na organização de uma ofensiva sistemática contra os socialistas e suas instituições locais, particularmente no campo. (...) Para os liberais, o fascismo era simplesmente uma adaptação, para a era do trabalho organizado, de sua antiquíssima política de imposição da ordem. Sua própria confiança nos poderes de emergência e na força arbitrária do passado toldaram tanto a questão da legalidade, que os liberais conservadores, como Salandra, puderam defender abertamente a violência fascista, como sendo a

⁵¹ “Os Arditi del Popolo começaram a se organizar como movimento político-militar em 1919 e realizaram sua primeira manifestação pública em junho de 1921. Reagrupavam antigos Arditi (audases), membros das tropas de choque do exército italiano na Primeira Guerra, que conservaram suas armas e seus uniformes. Algumas vezes, com o apoio popular, os Artiti del Popolo chegaram a entrar em combate armado com as squadre fascistas, opondo-lhes séria resistência. (Parma agosto de 1922). Muitos comunistas, apesar do veto do PCI, chegaram a colaborar com a organização”. Idem, p. 18

*única maneira de restaurar a autoridade da lei contra a “subversão” e o “anarquismo” da esquerda.*⁵²

À medida que os caminhos percorridos pelo liberalismo italiano para superar a crise do Estado por meio de novas políticas sociais e econômicas não traziam nenhum resultado duradouro e concreto, capaz de sanar os estragos deixados pela guerra, a Itália se tornava um barril de pólvora. Segundo a previsão dos neutralistas, a guerra tinha trazido a ruína da economia, agravando enormemente o desemprego e a pobreza das massas urbanas e rurais, e, portanto, o seu sofrimento material e espiritual. Porém, torna-se, também, visível, com a guerra, o aumento considerável do nível de conscientização e organização sindical e política, tanto dos trabalhadores do campo, como dos operários urbanos, o que redundou num quadro complexo e conflitivo da política italiana,⁵³ a medida que novas forças políticas de massa começam a disputar a hegemonia sem, no entanto, apontar soluções capazes de vencer a descrença generalizada diante da grave crise social em curso.

Resumindo, podemos dizer que o liberalismo, na Itália, tentou manter-se em pé, dentro da situação de crise do pós – guerra, criando novas formas de exercício do poder e de política econômica, sem obter resultados concretos e efetivos.

Neste contexto, o movimento fascista, emerge com suas propostas acentuadamente populistas e revanchistas e com seu braço armado munido, nas palavras do comentador, “de uma elite revolucionária especializada na política de massa e em métodos de guerra aplicados à luta política”.⁵⁴

Esta política encontrou repercussão sobretudo entre os jovens, que em média tinham a idade de 25 anos e representavam 25% de inscritos no movimento no final de 1921. Uma grande parte destes estudantes eram secundaristas e universitários.

⁵² BELLAMY, R. *Liberalismo e Sociedade moderna*, pp. 193 e 210

⁵³ Cf. VILLARI, R. (cura) *Il sud nella storia D'Italia*, pp. 431 – 489.

⁵⁴ *Idem.*, p.27

Com as adesões dos jovens aos movimentos “Squadri” e “Fasci”, a corrente começa a assumir características de partido de massa, embora sua oficialização tenha sido efetivada apenas em 1921. Esses são os primeiros sinais de sua organização com duplo objetivo: militar e político. Ao fazer essa integração, assumem uma direção unitária as várias componentes do movimento, surgidas dos movimentos de combate, juntamente com o grupo parlamentar eleito em maio de 1921, estabelecendo ligações hierárquicas entre uma direção central e as várias formações regionais e provinciais.

No que se refere aos objetivos políticos, o Partido Fascista preocupa-se em gerar uma nova forma de “mentalidade nacionalista”, propondo a criação de um “Estado Novo”, que educasse as massas nos valores nacionais e organizasse solidariamente os “produtores” proletários e burgueses para o maior bem-estar da nação⁵⁵. Este Estado teria um caráter nacional e popular, valorizaria a hierarquia das capacidades e das competências, uniria a burguesia e o proletariado na mesma missão de reconstrução do país.

A militarização da política efetiva-se com os “Squadri” e os “Fasci di Combattimento”⁵⁶ (respectivamente grupos de combate e Esquadrões), somando-se à tentativa de mobilizar a massa pela criação de ritos, mitos e símbolos coletivos, tendo por finalidade: combater pelo terror, espancamento e, se necessário, eliminação física, os adversários políticos, em especial os comunistas, e ao mesmo tempo promover a devoção aos valores propagados por uma atividade de mobilização permanente, procurando canalizar para suas propostas as insatisfações e ressentimentos da grande massa.⁵⁷ Como explica Emílio Gentile:

⁵⁵ Idem, . p. 24

⁵⁶ Na compreensão de Tannenbaum “ A fundação dos fasci di combattimento em 23 de maio de 1919 em Milão significou um esforço para combinar a retórica de “esperanças de uma guerra” com uma perversão nacionalista do sindicalismo revolucionário. Dirigidos por Mussolini, que todavia só era o diretor de um periódico, com duzentas pessoas presentes no ato formação em um conjunto heterogêneo. Seu núcleo principal consistia em um grupo de artiti as ousadas tropas de choque da guerra) e de futuristas, que pensavam que a política deveria realizar-se “em forma de assaltos, riscos, perigosos, aventuras, de algo calculado, sendo como algo audaz, combativo, como uma insatisfação de uma realidade, como uma celebração do rito de uma ação ” TANNENBAUM, Edward R. *La experiencia fascista: sociedade y cultura en Italia (1922- 1945)*, p. 40. Ver anexo n° 1 sobre o programa dos Fasci di combattimento.

⁵⁷ GENTILE, E.. Op. Cit., p.24

A massa era, para o fascismo, um material humano que podia ser plasmado através da sugestão do mito e da força coesiva da organização: estes foram, para o fascismo, os instrumentos fundamentais para nacionalizar as classes – sem aboli-las e para integrá-las em uma ordem nova. Desde o início, o fascismo concebe a política como a manifestação da vontade de potência de uma elite que sabe plasmar a mentalidade da massa e criar, como um artista, novas realidades históricas. Por isso, a política de massa fascista teve uma intrínseca atitude pedagógica voltada à socialização das idéias e dos comportamentos da massa segundo os próprios “valores”. Os ritos, os mitos e os símbolos agiram sobre a mentalidade do indivíduo e da massa imprimindo-lhes o caráter fascista e transformando-os em uma força coesa para a grandeza e a potência da nação. Este posicionamento em relação à política a às massas torna-se explícito e consciente, à medida que o fascismo desenvolvia a sua ideologia e a sua organização, e esteve na origem de grande parte das manifestações do fascismo no poder, seja como “partido” seja como “regime”.⁵⁸

O partido fascista reclamava para si o monopólio de encarnar a genuína vontade da nação e das massas, e declarava querer restaurar o primado dos valores morais e espirituais. A tentativa de mobilizar ativamente e totalmente as massas em torno de determinados valores e fins, constitui, segundo alguns comentadores, o aspecto totalitário do fascismo, que emerge em sua origem. Esclarece Emilio Gentile que:

O totalitarismo (...) não estende a ter súditos passivos não – participantes, mas soldados fanáticos e ‘convictos’. Trata – se de fato da tentativa de mobilizar a inteira população, transformando segundo um modelo bem preciso o conjunto dos papéis e das formas de participação.(...) para o fascismo totalitário o problema das massas não era uma questão apenas de

⁵⁸ Idem., p.31

*disciplina e de submissão mas uma questão de consenso, e disto implicava uma avaliação diversa das finalidades próprias à política do “regime.”*⁵⁹

Considerando-se a vanguarda de uma nova Itália, a nova classe dirigente, nascida do fogo e do sangue da guerra, é investida da missão de regenerar o país, combatendo os “inimigos internos da nação”, isto é, o Partido Socialista e o Partido Popular, e a classe dirigente liberal, incapaz de resolver a crise.⁶⁰

Com estas características de “salvador” da pátria, o fascismo, absorve em seu crescimento ideologias e mitos, tanto da esquerda como da direita, desprezando os sistemas doutrinários ostentados pelo pensamento político liberal. A ideologia do movimento comunicava, dentre outras coisas, postura rebelde em relação ao Estado e à sociedade burguesa liberal. Esta rebelião estava fundada no pressuposto comum: a democracia liberal era um sistema político antiquado para a sociedade de massa e agravava a desagregação da comunidade nacional, expondo-a ao perigo do bolchevismo; portanto, o problema das massas e do Estado poderia ser resolvido somente em um “regime fechado”, com a restauração da plena soberania do Estado sobre a sociedade e a organização disciplinada das massas, organizadas nas estruturas do Estado.

Esta postura leva os comentadores a identificar um outro aspecto do fascismo o autoritário que “(...) fora construído de 1925 a 1929 e considerado o satisfatório para garantir a estabilidade do Estado e a submissão disciplinada das massas: o compromisso entre o fascismo e as forças tradicionais era uma situação definitiva que deveria se manter em condições de equilíbrio, sem outra finalidade política que a de preservar-se no tempo. (...) Para o fascismo autoritário, o mito do Estado totalitário era um ouropel ideológico que não deveria ser levado a sério, ou uma preocupante manifestação de um “morbífico espírito revolucionário e futurista”, que o fascismo não havia ainda superado. Quanto à política de massa, esta deveria se limitar a garantir a disciplina e a dócil aquiescência das massas em relação à ordem constituída”.⁶¹

⁵⁹ GENTILE & FELICE. Op. Cit., pp. 44–45.

⁶⁰ GENTIL, E.. Op. Cit., p.24

⁶¹ GENTILE & FELICE. Op. Cit., pp. 42 – 44.

O ápice da sua formação e desenvolvimento enquanto movimento de massa se deu com dois acontecimentos: a Marcha sobre Roma e as eleições de 1924. No decurso da Marcha, Mussolini organiza-se politicamente através de contatos com uma ala dos liberais favoráveis à participação fascista no governo⁶², que deram o apoio decisivo ao Duce. Entre eles, estavam os principais magnatas da imprensa, uma parte do estado-maior do Exército, líderes da maçonaria, grandes industriais (organizados na Confindustria, sua confederação nacional) e familiares do rei.

Em outubro de 1922, os principais chefes fascistas organizaram numerosos comícios em toda a Itália. No dia 24, durante a grande manifestação fascista em Nápoles, Mussolini anunciou a iminência de uma "ação decisiva", mas não deixou escapar nenhuma informação a respeito dos preparativos. No dia 28, data combinada para o início da operação, os fascistas se reuniram em inúmeras cidades, ocupando os correios, telégrafos e ligações ferroviárias e desfilando diante dos quartéis e prefeituras. De modo geral, essas movimentações (que seguiam um plano preestabelecido) ocorreram sob o olhar passivo das autoridades militares e se desenrolaram pacificamente. O quartel-general fascista era o Hotel Brusani, em Perugia, onde estava reunido o "quadrurvivato" responsável pela condução tática da Marcha para Roma: Italo Balbo, Michele Bianchi, Emilio De Bono e Cesare Maria De Vecchi.

Prudentemente, Mussolini procurou ficar um pouco distante; era de sua base em Milão que ele seguia a marcha fascista e as negociações políticas em Roma. Sob as ordens de Dino Perrone Compagni, uma coluna de 4 mil fascistas marchou de Civitavecchia, a oeste de Roma; outra, com 2 mil homens comandados por Ulisse Igliori, partiu de Monterotondo, ao norte; por fim, uma coluna de 8 mil fascistas liderados por Giuseppe Bottai saiu de Tivoli, a leste da capital. Durante toda a operação, nem o Exército nem a polícia intervieram. A manobra demonstrou o sucesso do meio-termo entre

⁶² PARIS, Robert. Op. cit.,85.

*violência e busca de compromisso com a velha classe governante. A partir daí, o regime fascista transformaria 28 de outubro em feriado nacional. Foram distribuídos certificados aos participantes da Marcha, que passaram a receber diversas honrarias e benefícios em dinheiro.*⁶³

No início de outubro, quando mais de 50.000 camisas negras foram integrados ao Partido Fascista, numa concentração em Nápoles, Mussolini faz nova exigência: queria a chefia do governo. Embora continuasse a tranquilizar o rei Vítor Emanuel, dava os últimos retoques no plano de insurreição fascista. Todavia, na prática, a Marcha para Roma não teve o caráter insurrecional que lhe atribuem (parte das colunas fascistas "marchou" de trem, o que demonstra a natureza pouco arriscada do empreendimento). Mais do que qualquer outra coisa, ela foi um golpe de guerra psicológica: ao contribuir para agravar o clima de crise política, fez crescer a sensação de que o Estado estava se desintegrando. Em 28 de outubro, o Exército, a Justiça, a Confindustria e o aparelho burocrático ficaram todos aliviados ao saber que o rei havia encarregado Mussolini de formar o novo governo.⁶⁴

Nas eleições Parlamentares realizadas em 1924, os fascistas obtém 65% dos votos, permitindo que Mussolini exercesse o poder no parlamento, agora livre de opositores reais, e com plenos poderes. Os sindicatos são enquadrados, a greve é proibida, estabelece-se o corporativismo baseado na "Unione italiana del Lavoro" de 1926, a pena de morte é restaurada e milhares de pessoas são condenadas à prisão, exiladas e mesmo executadas.

O movimento fascista usou todos os meios legais e ilegais para apoderar-se do Estado e de toda a vida nacional, visando estabelecer a sua ditadura absoluta e única. Esses meios, já presentes na sua organização e desenvolvimento, realizaram-se ao estar no poder, na supressão das liberdades constitucionais, na destruição do Estatuto albertiniano⁶⁵ e de toda a

⁶³ PALLA, Marco. *A Itália Fascista*. P. 25.

⁶⁴ GENTILE, E.. Op. Cit., pp. 26 – 27.

⁶⁵ Quando o fascismo subiu ao poder, o Estado italiano era uma monarquia parlamentar, que estava sendo reinado sob o estatuto de Carlo Alberto. O estatuto Albertiniano era uma constituição moderadamente liberal; mas no setenta anos da sua existência teve uma evolução no sentido mais liberal e democrático. Essa evolução e verificada na forma

obra liberal do Risorgimento italiano, principalmente as leis eleitorais, que tinham alargado o direito de voto.⁶⁶

Em resumo podemos dizer que estes aspectos inerentes à formação e desenvolvimento do fascismo italiano permitem-lhe ser considerado um dos primeiros movimentos “totalitários” no âmbito da política moderna, o primeiro movimento–regime, de caráter nacionalista, preocupado em uma politização de todos os aspectos da vida individual e coletiva, com objetivos de integrar a sociedade no Estado e criar uma cooperação nacional orgânica.⁶⁷

*No curso do seu desenvolvimento, partindo da experiência vivida do squadrismo e das características originais do “partido armado”, com comum desabusado sincretismo ideológico, o fascismo definiu ideologicamente o seu “mito político” na concepção do Estado totalitário, como meta ideal, e por isso jamais alcançável e completamente realizável, para a qual deveria tender a ação do fascismo.*⁶⁸

As observações acima sobre a procedência do fascismo, associada à crise do Estado liberal, apontam para outra preocupação de nosso trabalho, ou seja, a que diz respeito às

de governo em que os ministros são responsáveis não de estar à frente do parlamento, mas a coroa. Por exemplo o art. 2 do estatuto dizia que: “o Estado é de direito de um governo monárquico representativo”, e o art. 3 que “o poder legislativo é coletivamente exercitado pelo Rei e ou dois parlamento”; mas, o art. 65 dizia bem claro que “o rei nomeava e convocava os seus ministros”. BOBBIO, Norberto. *Dal fascismo alla democrazia. I regimi, le ideologie, le figure e le culture politiche*, p. 37.

⁶⁶ Sendo que, o maior progresso e o mais significativo das leis políticas foi o da reforma da lei eleitoral de 1882, 1912 e de 1919. Algumas cifras: nas primeiras eleições de 27 de abril de 1848 de direito ao voto estava entre 1,7% da população. Nas últimas eleições, antes da reforma de 1882 que aconteceram em 1880 (legislatura de XIV), os eleitores eram de 2,2%. Com a reforma de 1882 eles cresceram em media 7%; com a de 1912 entre 23,2%; com o de 1919 entre 27,3% (eles são ao redor agora 60%). Para medir o progresso alcançado recorda – se as primeiras eleições depois da conclusão do Risorgimento. para a legislatura de XI, os eleitores eram 530.018, igual a 2% da população; nas últimas eleições antes do advento do fascismo, no 1921 de maio para a legislatura de XXVI, era 11.477.210, igual a 28,7% da população. BOBBIO, Norberto. *Dal fascismo alla democrazia. I regimi, le ideologie, le figure e le culture politiche*, pp.38–39.

⁶⁷ CHÂTELET & KOUCHNER. *As concepções políticas do século XX*, pp. 319 – 322 & MACRIDIS, Roy, *Ideologias e políticas contemporâneas*, pp. 234 – 236.

⁶⁸ GENTILE, E.. Op. Cit., p.32

condições em que os outros partidos políticos enfrentaram a crise.

Essa é uma preocupação que iremos enfrentar, a seguir, especificamente atentos em verificar como os partidos já instituídos (Liberal e Socialista) e outros, que surgiram no bojo da crise (Popular e Fascista), se comportam com relação a essa situação, no que se refere, principalmente, à questão escolar, tendo em vista a compreensão mais detalhada da reforma educacional comandada pelos fascistas, via Giovanni Gentile.

1.2. Os Partidos Políticos e o Problema Escolar do Pós – Guerra

A política partidária italiana teve seus primeiros passos após a unificação nacional da península⁶⁹ sob a hegemonia do norte, articulada pelos liberais, e pelas formações políticas numericamente minoritárias mas significativas nesse processo de unidade.⁷⁰ Após a unificação, a construção dos partidos políticos italianos passa por dois momentos, antes e depois do Grande Conflito.

No primeiro momento, os partidos políticos que tiveram um papel relevante na consolidação da unidade nacional fundaram uma linha nacionalista e liberal,⁷¹ proporcionando, também, o avanço das leis civis, um dos instrumentos fundamentais para a conquista posterior do sufrágio universal.⁷²

No entanto, apesar do alargamento da vida política, a influência dos partidos nas decisões políticas era irrelevante,⁷³ já que o país estava sob uma monarquia constitucional, onde era fundamental a autoridade do rei que, por direito constitucional, nomeava ministros e demitia – os, e ao mesmo tempo promulgava decretos com força legal.⁷⁴

No segundo momento, nos anos posteriores à Grande Guerra, deparamos com o

⁶⁹ Desde o Congresso de Viena em 1815 a estava dividida em três blocos: Norte – constituído por três blocos distintos: Bloco Oriental, formado pelos reinos de Milão e Veneza, sob o domínio direto do Império Austríaco. Bloco Central, formado pelos ducados de Parma (ligado aos Bourbon, da Sicília), Módena e Toscana (ligados aos austríacos). Bloco Ocidental, formado pelo Reino do Piemonte – Sardenha, governado pela casa de Savóia. Centro: Estados Pontifícios, sob o domínio do Papa.

Sul: Reino das duas Sicílias (capital Nápoles), governo pela casa espanhola dos Bourbon.

⁷⁰ Cf. SALVATORELLI, Op. cit. pp. 172–177.

⁷¹ Cf. VINCIGUERA, Mario. *I partiti italiani*, pp. 37–45.

⁷² SALVATORELLI, Op. cit. P. 178.

⁷³ Ver sobre isso GALLI, Giorgio. *I partiti politici in italia*, p. 18–19.

⁷⁴ GALLI, Giorgio. Op. cit., pp. 77 – 99.

surgimento de novos partidos⁷⁵ (Popular e o Nacional fascista), e com novas tendências, emersas para responder à crise do sistema político liberal, marcando o esgotamento do experimento iniciado com a unidade do Estado italiano.⁷⁶ Nas palavras de Bobbio, este foi um momento de grande avanço dos direitos políticos e do progresso de leis que alargaram o corpo eleitoral, que teve seu início em 1882.

O maior progresso foi a extensão dos direitos políticos, que atravessou a reforma do corpo eleitoral de 1882, de 1912 e de 1919. Algumas cifras: na primeira eleição de 27 de abril 1882 o direito ao voto representava somente 1,7% da população. Na última eleição, primeira após a reforma de 1882, os eleitores eram de 2,2%. Com a reforma de 1882 subiram cerca de 7%; com a de 1912-23,2%; e com a 1919-27,33%.⁷⁷

Neste aumento do corpo eleitoral, encontramos uma das razões da profunda transformação da vida política da Itália do pós-guerra quando comparada ao período imediatamente posterior à unificação, quando “os eleitores eram 530.018, número correspondente a 2% da população; na última eleição antes o advento do fascismo, em maio de 1921 foram os eleitores 11.477.210, correspondentes a 28,7% da população”.⁷⁸

Este alargamento do sufrágio veio a contribuir não só para a formação de novos partidos, como o Popular e o Nacional Fascista, mas, também, para as mudanças programáticas dos já existentes: o Liberal e o Socialista. Semelhantemente, todos visavam articular as forças sociais emergentes no pós-guerra sob suas direções, em torno de programas políticos que procuravam dar respostas à crise provocada na sociedade italiana pela guerra.

A elaboração desses programas possibilitou uma nova fase da política italiana,

⁷⁵ Para um estudo mais detalhado sobre os partidos políticos italianos, nos anos de 1961 até 1945, consultar GALLI, Giorgio. *I partiti politici in italia*, vol. I e II.

⁷⁶ SALVATORELLI, Op. cit. pp. 182 – 85.

⁷⁷ BOBBIO, N.. *Dal fascismo alla democrazia*, p. 38.

⁷⁸ Idem., p. 39.

que têm conseqüências marcantes no confronto entre os partidos citados, que disputavam a hegemonia sobre uma população mais sensível às questões políticas, mas carente de uma liderança, pois andava como “*um rebanho sem pastor*”. Esse confronto centrou-se em torno de dois objetivos: reformulação do Estado e liberdade da escola.

A disputa começa em 1919, com a eleição por 1200.000 votos de 100 deputados do recém nascido Partito Popolare Italiano, de inspiração cristã,⁷⁹ o segundo maior partido após os socialistas, que, com 1.8000.000 votos, elegeram 156 deputados para a câmara.⁸⁰ Esteve na direção do partido, em sua gênese, Luigi Sturzo, sacerdote católico. Homem de grande acuidade política, constatou que a experiência e o sofrimento durante a Guerra tinham mudado o cotidiano do país, possibilitando que o povo participasse mais efetiva e sistematicamente na política institucional. Neste contexto, Sturzo via a oportunidade de criar um partido de base popular, capaz de se tornar a expressão nacional do movimento católico, e queria dar a ele uma vitalidade nova que, sozinha, fosse suficiente para superar o que restava do velho parlamento liberal em crise, e conseqüentemente, das restrições à participação do povo na vida política italiana.

Com essa finalidade, Sturzo elaborou uma política constituída por várias propostas, entre as quais destacam-se a) liberdade da escola, b) regulamentação e funcionamento das leis eleitorais, de emigração e da reforma agrária, “visando os interesses públicos.”⁸¹ Pretendendo, colaborar para a solução dos problemas sociais, em torno dos quais fazia apelos⁸² não só aos católicos, mas “a todos os homens livres e fortes”,⁸³ para que superassem o difícil momento que o país estava passando, o programa indicava que era dever dos cidadãos a cooperação para os fins supremos da Pátria. Em sua compreensão, estes fins deveriam ser

⁷⁹ ROSA, DE GAGRIELE. *IL partito popolare italiano*, Vol. I, pp. 1 – 12.

⁸⁰ CEREJA, Federico. Op. cit., 80.

⁸¹ Ver anexo Nº2, sobre o conteúdo do programa político do PPI.

⁸² Ver anexos nº3, que contém os seguintes apelos, 1, 2, 3, 4, 5, 6,.

⁸³ STRUZO, L.. *Riforma statale e indirizzi politici*, p. 317

norteados pela justiça social e pela liberdade da nação, que seria garantida pela liberdade religiosa não só dos indivíduos, mas, também, da Igreja, para que essa pudesse cumprir sua missão espiritual no mundo.

*Liberdade e independência da Igreja na plena explicação da sua missão espiritual. Liberdade e respeito da consciência cristã considerada como fundamento e proteção da vida nacional, da liberdade popular e da ascendente conquista da cidade e do mundo. Art. VIII.*⁸⁴

O objetivo da missão espiritual no mundo visava, também, realizar-se na família, combatendo tudo o que pudesse decompô-la e desuni-la.

*Integridade da família. Defesa contra todas as formas de dissolução e de seu corrompimento. Guarda da moralidade pública, assistência e proteção da infância e procura da paternidade. Art. I*⁸⁵

O Partido entendia que a realização dos fins elencados acima deveria ser levada adiante por um Estado que fosse a mais sincera expressão dos valores populares, que visasse a reforma Parlamentar sobre a base da representação proporcional, incluindo o voto feminino, com um Senado eleito como representação direta dos organismos nacionais, acadêmicos, administrativos e sindicais. O partido queria a reforma das instituições, e dos órgãos jurídicos e a simplificação das legislações, que estavam sendo manipuladas pelo Estado Liberal.⁸⁶ Todas essas reivindicações visavam restabelecer a ordem social do pós-guerra, que estava sendo ameaçada pela desintegração da família e da religião, acarretada a seu ver, pelo crescimento do Partido Socialista.

Juntamente com essas reivindicações referentes ao restabelecimento da ordem

⁸⁴ PROGRAMA DO PARTIDO POPULAR. In: STRUZO, L. *Riforma statale e indirizzi politici.*, p. 314. STRUZO, L. *Riforma statale e indirizzi politici.*, p.316.

⁸⁵ *Idem.*, p. 315.

⁸⁶ *Idem.*, pp. 317–319.

social, o partido objetivava as seguintes reformas: do ensino, tendo como objetivo central a liberdade da escola.⁸⁷ Partindo do pressuposto de que a educação ideal é a democrática e cristã, propunha que a obrigatoriedade do ensino religioso fosse garantida em todas as grades curriculares da escola pública e as aulas fossem ministradas pela Igreja.⁸⁸ Além disso, considerava fundamental lutar contra o analfabetismo, por uma educação popular e por uma instrução profissional.

Liberdade de ensinar em cada grau. Reforma escolar. Luta contra o analfabetismo. Educação e cultura popular, difusão da instrução profissional.
Art. II⁸⁹

Sua preocupação no que se refere particularmente à “*instrução profissional*”, estava diretamente relacionada com as transformações sócio-econômicas ocorridas no país, tendo em vista uma nova geração que se orientasse para o mundo do trabalho industrial:

*O operário italiano é preferido, não só pela sua assiduidade ao trabalho ou pela sua sobriedade (ao menos em confronto aos outros), mas pela sua facilidade de apreender e de adequar – não só porque gosta, mas pelo seu rendimento no trabalho. É desse operário que nossa indústria precisa para poder enfrentar e superar a concorrência. Mas se este genial trabalhador fosse tecnicamente mais preparado, haveria uma potencialidade maior, e poderia servir ao enquadramento e à condução das forças, que nos tínhamos, e que não sabíamos utilizar.*⁹⁰

Em resumo, podemos dizer que a resposta que o partido estava dando à crise do

⁸⁷ Idem., p. 199.

⁸⁸ Esta era uma preocupação que estava presente, em Sturzo já anos anteriores a efetivação do Partido. Em seu discurso, no Círculo de Cultura, em Milão, em 17 de novembro de 1918, já iniciando o movimento do Partido Popular, Sturzo apontava para o ideal de uma educação democrática cristã, onde a liberdade do ensino religioso fosse garantida em todas as grades curriculares da escola.

⁸⁹ PROGRAMA DO PARTIDO POPULAR. In: STRUZO, L.. *Riforma statale e indirizzi politici.*, p. 315.

⁹⁰ Idem., p.299.

Estado Liberal se desdobra em três aspectos: renovação político-institucional, que nos seus vários aspectos deveria promover a descentralização do poder; a reforma escolar, que deveria proporcionar a liberdade da Igreja para realizar sua missão espiritual no mundo, tornando o ensino religioso obrigatório em todos os graus da escola; e a criação de um ensino técnico profissional que correspondesse às novas exigências do mundo do trabalho na indústria e no campo.

Após as eleições de 1919, os liberais perderam o controle do Parlamento para os partidos Popular e Socialista, fato que gerou inquietações no âmbito político e social, inclusive em torno do problema da educação. Um dos caminhos encontrados pelos liberais para estancar a crise do pós – guerra foi a formação do gabinete de Giolitti⁹¹, em julho de 1920: saudado como um salvador da classe dirigente italiana, chamou o neo-idealista Benedetto Croce para ocupar o cargo de Ministro da Educação Pública. O projeto dos liberais, no que se refere ao sistema educativo, principalmente para os professores e para a escola media, é norteador pela concepção “idealista”, referência obrigatória para a sua política no pós –guerra. Os idealistas avaliavam que a situação de crise do pós–guerra tinha aprofundado o afloramento de fortes sentimentos de egoísmo e uma tendência dissociativa na sociedade, tornando urgente a necessidade de regeneração moral dos italianos. Diante disso, a escola deveria ser um dos instrumentos indispensáveis para a união nacional, no âmbito de um projeto de recomposição do Estado, sendo, também, uma auxiliadora no quadro das transformações políticas do pós–guerra.⁹² Para isso, a escola deveria ser administrada pelo Estado,⁹³ em oposição frontal à posição dos católicos.

⁹¹ Passados os períodos de dificuldades e de extrema reação dos últimos anos do século, o advento da era giolittiana as melhores condições econômicas e políticas, marcam decididamente mais liberdade em relação as épocas anteriores, permitindo uma relativa normalização da caótica situação escolar e um mais fecundo debate sobre problemas da natureza educacional. Não podemos esquecer, porém, que antes mesmo do começo da Primeira Guerra houve animados debates entre católicos e socialistas sobre escola pública e escola privada tanto que estimulou o governo liberal a promulgar leis escolares, como por exemplo, a lei de Orlando de 18 de junho de 1904. Para uma compreensão mais detalhada sobre esta lei e outras que tiveram por objetivos nortear um plano educativo liberal, consultar: GENOVESI, Giovanni. Cenni di storia della scuola nell'Italia del XX secolo. In: *Storia dell' educazione*, pp. 329-332.

⁹² FORT, Ester. Gli Insegnanti. In: CIVES, G. (cura) *La Scuola italiana dall'Unità ai nostri giorni*, Op. cit. 220.

⁹³ RAGAZZANI, Dario. L'Amministrazione della Scuola. In: *La Scuola italiana dall'Unità ai nostri giorni*, Op. cit. 289 – 293.

Essa oposição assume um caráter mais acentuado quando Croce introduz o exame de Estado, sendo que este teria dois objetivos, pelo menos: “controlar” a escola privada, e ser o fator divisório e limitador do acréscimo de estudantes nas fases posteriores da escola,⁹⁴ ou seja, “instituir exames de Estado era o único meio sério para haver um eficaz controle sobre o aproveitamento dos alunos (...)ao ensino”.⁹⁵

No bojo dessa oposição, estava o ponto crítico e a diferença entre católicos e liberais. Conforme entendia o Partido Popular, introduzir o exame de Estado significava tirar a “*liberdade da escola*”, pois na proposta de Croce o conteúdo curricular deveria estar subordinado às orientações do Estado.

O fato do Estado ser o guardião da escola significava, para Sturzo, a diminuição de influencia da Igreja na explicação do magistério espiritual, inibindo a sua liberdade

Esta oposição explicita-se na contra-reação de Croce ao programa político dos católicos, principalmente no que se refere ao aspecto da “liberdade da escola”, pois para ele este está contra o ideal básico do liberalismo, isto é, a livre concorrência em todos os campos, inclusive da escola.

Embora reconhecesse que a Igreja deveria ter a liberdade de desenvolver o seu conteúdo educativo moral, considerava que a descentralização do controle estatal e a introdução do ensino religioso obrigatório tornariam a escola terreno do clero e da Igreja católica para formar o indivíduo desde a juventude até a fase adulta em conformidade com os seus dogmas.⁹⁶

Assim sendo, ao introduzir o exame de Estado como projeto de lei apresentado ao parlamento, Croce não visava apenas uma seleção mais rigorosa para o acesso à escola média para impedir “o continuo acréscimo” da população escolar mediante uma “*limitação de*

⁹⁴ CROCE, B.. II Problema scolastico. In: *Discorso*, p. 5 Seg.

⁹⁵ CROCE, B.. Le riforme degli esami e la sistematizzazione delle scuola medie. In: *La Voce*, 206

⁹⁶ In Croce, *Pagine sparse*, pp.32 seg

inscrizioni,⁹⁷ mas estava, também, preocupado em submeter ao Estado a grade curricular de todo sistema escolar italiano.

Esse projeto teve forte oposição dos comissionados da câmara, dentre os quais os socialistas, e até membros do grupo de Giolitti, que se pronunciaram contra o documento, os primeiros enxergando nele um esforço dirigido contra o povo, especialmente contra as classes trabalhadoras. Em contra partida a este projeto, a proposta dos socialistas, preconiza uma escola centrada não no Estado, mas na sociedade, tendo por principal objetivo a instrução popular.⁹⁸ Entendiam por instrução popular tanto o alargamento do acesso à educação quanto a adoção de uma pedagogia transformadora.⁹⁹

A proposta socialista, também, emerge no interior da disputa sobre a liberdade da escola, representando uma avançada expressão do pensamento educativo italiano da época, pois não estava centrada na concepção de uma sociedade excludente e competitiva, mas defesa da plena participação de todos os seus membros, embora o PSI priorizasse a classe operária, que entendia como a “*vanguardia consciente*”, que deveria assumir a “*função diretiva*”, da sociedade em crise.¹⁰⁰

Essa compreensão, acima, é que irá percorrer toda a proposta de educação socialista, em dois momentos. Primeiro, na substituição do “consolidado” Estado liberal da era Giolittiana. Segundo, na criação de um programa educacional que visasse a democratização política e social, e que em linhas gerais, estivesse em sintonia com o processo de modernização

⁹⁷ Apud. CROCE, B.. Le riforme degli esami e la sistematizzazione delle scuola medie. In: *La Voce*, 206

⁹⁸ O tema do direito à educação e à instrução popular foi sempre presente na linha política do Partido Socialista, porém é no período giolittiano que esta preocupação se aflora. Para um estudo mais amplo sobre este tema consultar os seguintes artigos: MARGNANI, G.. L’ “Avanti!” e l’istruzione popolare nell, età giolittiana; LUPPI, A.. Istruzione e stampa socialista a Bergamo (1892- 1915); GELATI, M.. I socialisti e “Il lavoro educativo”. In: CATARSI & GENOVESI. *Educazione e socialismo*, pp. 155- 161

⁹⁹ BORGHI, L.. Op. Cit., p. 210

¹⁰⁰ BORGHI, L.. Op. Cit., p.210.

que estava passando o país.¹⁰¹

O representante de maior expressão desses ideais políticos e educacionais no PSI era o filósofo Antonio Gramsci,¹⁰² que defendeu uma educação centrada no direito de todos à instrução integral, que, ao mesmo tempo, possibilitasse criar uma liderança revolucionária, capaz de desarticular o Estado liberal.¹⁰³ Essa proposta educativa foi adotada pelo PSI em abril de 1919, quando foi fundado o semanário L'Ordine Nuovo, por quatro personagens relevantes do partido no cenário político italiano do pós-guerra. São eles: Gramsci, Terracini, Togliatti e Tasca. L'Ordine Nuovo, um jornal semanal de resenha da cultura socialista, tinha como primeira finalidade difundir o ideário do partido, a fim de preparar ideologicamente¹⁰⁴ o trabalhador para transformar e dirigir a sociedade.

Uma das primeiras orientações, para o cumprimento de suas finalidades, está no texto “Democracia Operária” de 21/05/1919, escrito por Gramsci, onde apontava para a relevância da direção política e para a necessidade de dominar as forças sociais que a guerra tinha desencadeado:

Hoje em dia um problema aflitivo impõe-se a todo socialista que tenha vivo o sentimento da responsabilidade histórica que pesa sobre a classe trabalhadora e sobre o Partido, que, pela missão desta classe, representa sua consciência crítica e operante.

¹⁰¹ É necessário esclarecer que esse programa tem suas origens desde 1900, quando visava garantir ao proletariado “a liberdade e a eficaz expressão política de seus interesses”, levando em conta a condição econômica e moral dos proletários e, iniciando-os na administração do governo das coisas públicas. LACAITA, Carlo Giorgio. *Educazione e scuola nel movimento socialista*. In CATARSI & GENOVESI. (Organizado) *Educazione e socialismo*, p.13.

¹⁰² Cf. GRAMSCI, A. *L'alternativa pedagogica*, pp. 89 – 118.

¹⁰³ BORGHI, L.. *Op. Cit.*, p. 211 – 215.

¹⁰⁴ Para a compreensão do termo ideologia em Gramsci, consultar texto de Miriam Limoeiro Cardoso: “A ideologia como problema teórico”: in *Ideologia do Desenvolvimento-Brasil : JK-JQ*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. Para introduzir seu estudo da ideologia do desenvolvimento no cenário do Estado brasileiro, a autora discute o conceito de ideologia a partir de Althusser e Gramsci.

*Como dominar as imensas forças sociais que a guerra desencadeou? Como discipliná-las e dar a elas uma forma política que contenha em si a virtude de se desenvolver normalmente, de se integrar continuamente até se tornar a estrutura do Estado socialista no qual se encarnará a ditadura do proletariado? Como unir o presente ao futuro, satisfazendo as necessidades urgentes do presente e trabalhando utilmente para criar e "antecipar" o futuro?*¹⁰⁵

Gramsci indicava, também, que essa direção deveria suprir a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, que no seu entender, estava presente no mundo do trabalho industrial moderno. Nas palavras de Nosella:

*Do ponto de vista teórico-cultural, a primeira grande questão, obviamente, era como integrar teórica e praticamente o mundo do trabalho com um mundo da cultura; a ciência produtiva com uma ciência humanista; a escola profissionalizante com a escola desinteressada. Essa questão devia ser resolvida radicalmente e, para que isso ocorresse, o ponto de partida devia ser único. Gramsci havia aprendido, no estudo dos filósofos da imanência (idealismo), que se o ponto de partida da epistemologia não fosse único, jamais aquela filosofia se livraria do bipolarismo ou da dicotomia. Este único ponto de partida, obviamente, era, na concepção gramsciana, o trabalho industrial moderno, a fábrica.*¹⁰⁶

Na ótica de Gramsci, o caminho que o PSI deveria percorrer, era o de estudar a organização da fábrica, pois nela estava a produção e a organização do trabalho. A fábrica é entendida, nesse período, como o germe do futuro Estado operário, na medida em que é a célula dos Conselhos de Fábrica.¹⁰⁷ Esse jeito de ver e entender a fábrica permite ao partido colocar o problema educativo, não só no prisma da crítica, mas como um problema técnico e político,

¹⁰⁵ GRAMSCI, A. *Antologia*, pp. 58-59.

¹⁰⁶ NOSELLA, Paolo. *A Escola de Gramsci*, pp. 31-32.

¹⁰⁷ GRAMSCI, A. & BORDIGA, Amadeo. *Conselhos de fábrica*, 1981.

entendendo, que a relação trabalho–escola deveria abranger todos os aspectos do saber humano. Porém esta relação não nasce de uma simples experiência de fazer uma horta nos fundos da escola e nem tão pouco adaptá-la. Para que se concretize a autêntica escola do trabalho, segundo a idéia de Nosella:

(...) a escola se inspira no trabalho industrial moderno com o seu princípio pedagógico, não certamente deixando de ser escola (nem parcialmente) e sim concretizando-se como uma escola historicamente moderna, isto é, tendencialmente socialista, centrando-se na idéia de atuar a liberdade concreta e universal do homem. E os operários, quando vão à escola, não vão para continuar a produzir os mesmos produtos que na fábrica produziam e sim para entender mais profundamente sua fábrica, seu instrumento de trabalho e sua organização produtiva, numa perspectiva histórica, universal e política. Assim, a escola fica a escola e a fábrica fica fábrica, só que a primeira torna-se “escola-do-trabalho”, enquanto pertence espiritualmente ao mundo do trabalho e pelo trabalho é inspirada; e a oficina torna-se oficina de trabalhadores “intelectuais”, porque passou a ser oficina iluminada, humanizada e potenciada pela escola.¹⁰⁸

Essa compreensão do papel da escola, segundo Lombardi, aponta para dois fatores importantes: o primeiro está ligado à crítica do programa liberal de escola, que fazia a dicotomia entre trabalho material e trabalho intelectual; o segundo, à preservação da concepção de “cultura humanista” da escola. Este humanismo não é literário, erudito ou tradicional, mas um humanismo de “*tipo novo, isto é, de tipo histórico, que tem suas raízes no contexto e nas atividades do homem, que o converte de sujeito passivo para protagonista da história*”.¹⁰⁹ Tal humanismo deveria ser um veículo de ligação entre o mundo do trabalho e a construção de um novo homem.

Essa proposta é inovadora, para a conjuntura italiana da época, pois não tem

¹⁰⁸ NOSELLA, P. .Op. cit., p. 37.

¹⁰⁹ LOMBARDI, Franco. *Las ideas pedagógicas de Gramsci*, pp. 69–70.

como finalidade descartar o conhecimento acumulado, mas conformá-lo com os novos valores e exigências da sociedade industrial; romper com o caráter unilateral próprio da sociedade dirigida pelos liberais, onde o patrimônio cultural (enciclopédico) é propriedade de poucos privilegiados.

Nesse novo humanismo proposto pelo *L'Ordine Nuovo* a função da escola é assumir a tarefa educativa que a escola liberal idealista havia perdido, ao desvincular os valores transmitidos por um trabalho milenar do pensamento (humanismo enciclopédico) da sociedade real, convertendo-os em objetos alheios à vida cotidiana dos homens. Superando a dualidade entre cultura humanista e cultura técnica, o PSI sintoniza-se com a emergência da nova sociedade de base industrial

Resumindo, no que se refere às propostas do Partido Popular e do Partido Socialista após a Grande Guerra, ambas criticavam os limites da política liberal, tendo em vista as novas condições sociais que estavam sendo introduzidas pelo industrialismo na Itália. Já os liberais lutavam para a manutenção de sua política através de caminhos alternativos, que, juntamente com as propostas do Partido Popular e do Partido Socialista, não conseguiram estancar a crise e não deram conta dos anseios sociais, políticos, econômicos da população italiana do pós-guerra, vindo a culminar com a ascensão do fascismo.

Visando a semelhança dos Partidos Socialista e a desarticulação do Estado Liberal e a reorganização da sociedade em crise, o Partido Fascista propunha novas formas institucionais que deveriam ser capazes de realizar estes objetivos. Dentre elas estavam as corporações e a escola, que foram instrumentos relevantes após a ascensão do fascismo. As corporações, por exemplo, apontavam para a solidariedade e o desenvolvimento produtivo da nação:

As corporações devem ser encorajadas conforme duas direções fundamentais: como expressão da solidariedade nacional e como meio de desenvolvimento da produção.

*As corporações não devem tender à anulação do indivíduo no interior da coletividade, nivelando arbitrariamente as capacidades e as forças dos indivíduos, mas, ao contrário, a exaltá-los e desenvolvê-los (...)*¹¹⁰

A escola, foi também, para os fascistas, uma das instituições de maior relevância, pois, na gênese do partido, foi objeto de profunda reformulação, aos cuidados de Giovanni Gentile, com o objetivo de garantir o progresso econômico do país, pela elevação do “nível moral e cultural” das massas e pela criação e pela criação de uma elite dirigente forte e em contínua renovação.

*A escola deve ter como objetivo geral a formação de pessoas capazes de assegurar o progresso econômico e histórico da Nação; elevar o nível moral e cultural da massa e promover os melhores elementos de todas as classes para garantir a renovação constante das classes dirigentes.*¹¹¹

Foi, também, através da reforma que o fascismo viabilizou na sociedade italiana sua proposta política,¹¹² surgida no debate sobre a função da escola, ocorrido no pós – guerra entre os partidos. À medida que os partidos excluídos do debate não apontaram de forma “definitiva” soluções para a questão escolar, nem tampouco para as questões políticas e econômicas, abriam-se novos caminhos, constituindo-se, aí, a reforma de Gentile, no âmbito educacional, como uma das possibilidades para a “solução” do problema escolar. Sendo assim, o que vamos priorizar em nosso exame é a Reforma Educacional de Giovanni Gentile, no que se refere à sua proposta pedagógica e à sua concepção política, afim de compreender qual foi a sua

¹¹⁰ BRESSO, Paola. *Il fascismo*. In: *Politica e istituzioni in Italia dall'unità al fascismo*, p. 222.

¹¹¹ *Idem.*, p. 226.

¹¹² Gentile, ao ser nomeado primeiro Ministro da Educação no governo fascista, e sendo o titular da Pública Instrução, obteve amplos poderes na ordem escolar, contando com outros colaboradores, que por ele foram escolhidos. Guisepe Lombardo -Radice foi indicado para o cargo de Diretor Geral da Escola Elementar. A sua contribuição foi definir os programas para a escola elementar e conduzir do ambiente para esta escola. Ernesto Codignola, também, foi um colaborador de Gentile. Sua contribuição ocupou-se em transformar a Escola Normal em Instituto Principal, quando deu ao último uma orientação de cunho humanístico. Sua outra contribuição foi como diretor da revista “Levana”, coordenada por Gentile. Ver sobre o assunto: NERO DEL, Vittorio. *La Scuola elementare nell' Italia fascista. Dalle circolari Ministeriali 1922-1943*, p. 9; TOMASI, Tina. *L' idea laica nell' Italia (1870- 1970) Contemporanea*, Pp. 125-138 & BELLUCCI & CILIBERTO. op. cit., pp. 150-168; 195-200

relevância na consolidação do Estado fascista, e as suas conseqüências para a sociedade italiana.

2. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO DE GIOVANNI GENTILE

Por “*Reforma de Gentile*” entendo o complexo de decretos–leis e de normas promulgadas por Giovanni Gentile, primeiro ministro da pública instrução, no período fascista, de 30 de outubro de 1922 a 26 de junho de 1924.

De forma geral essa reforma foi fixada a um plano legislativo, mediante uma série de leis separadas, mas que idealmente estavam unidas em uma visão integral dos problemas da escola e da cultura.¹¹³ Essas leis foram acompanhadas por uma abundância de circulares, contendo instruções para dirigir a conduta dos órgãos dependentes do Ministério da Educação, no que se refere à interpretação e à aplicação da reforma.

Dentre essas circulares estava a de 25 de Novembro de 1922, cujo conteúdo refere–se à “autoridade na escola”, que tinha por objetivo a ordem, a disciplina, e a obediência da escola para com o Estado, garantidas por um conjunto de instruções que seriam o fundamento da convivência civil.¹¹⁴ Nas palavras de Bellucci & Ciliberto, a escola era, para o fascismo “(...) o centro da luta política, visando o fortalecimento do Estado totalitário, tendo como base a reforma de Gentile, que a fez convergir aos seus ideais ”.¹¹⁵

Esses objetivos foram detalhados quando, em entrevista dada a “L’ Idea Nazionale”, em 29 de março de 1923, Gentile apontava o que pretendia com a reforma educacional, nas várias etapas do ensino. Sua pretensão era criar uma escola digna de um grande povo, que tinha tido o mérito de sair vitorioso de uma duríssima guerra, mas que, no momento, não tinha nem universidade, nem escola elementar e popular, e nem escola média, que

¹¹³ A exemplo citamos três, por entendermos serem as que estão mais em conformidade com a nossa pesquisa. “R.D. maio de 1923, n.1054, Regulamentação da Instrução Média e dos Colégios Nacionais, R.D. 30 setembro de 1923, n. 2102, Regulamentação da Instrução superior, D. 1º outubro de 1923, n. 2185, Regulamento das grades escolares e dos programas didáticos de instrução elementar”.

¹¹⁴ BELLUCCI & CILIBERTO. *La scuola e a Pedagogia del Fascismo*, p. 206.

¹¹⁵ *Idem.*, p. 204.

respondessem às necessidades do país.¹¹⁶

Esta constatação, acima, é acompanhada pela crítica ao Estado liberal, identificando nele o entrave à possibilidade de construir uma política educacional adequada à nova situação do país. Sua proposta era de um novo Estado, que respondesse aos anseios políticos e sociais emergentes pós-guerra, juntamente com uma nova escola que correspondesse às novas exigências educacionais do país. A semelhança do programa político dos fascistas, na reforma, o Estado deveria configurar-se como a personificação da vontade coletiva do povo.¹¹⁷

Apoiado nesta concepção, Gentile preconizava a reforma da escola média, entendendo ser essa uma das instituições propulsoras mais “vitais” para a nova situação conjuntural do país. Nas palavras de Giuseppe Ricuperati, ao comentar Gentile, a escola média era o centro de toda a cultura italiana. Em seus aspectos administrativos e didáticos, a reforma visava ser o ponto de partida para a seleção e preparação de uma classe dirigente, criando uma estrutura escolar que fosse a produtora objetiva da separação entre dirigentes e dirigidos.¹¹⁸

Esta reforma¹¹⁹ foi construída basicamente sobre as leis educacionais do passado, principalmente a lei de Gabrio Casati, (Lei Casati), criada em 13 de novembro de 1859, que objetivava ser uma espécie de Carta Magna da escola italiana. Essa lei criou um sistema nacional de escola pública, com base no Estado como único gerenciador do ensino, desde o elementar até o superior. A lei, com seus 380 artigos, constituía um verdadeiro e próprio código de instrução escolar, principalmente no que se refere aos aspectos da organização administrativa, fortemente centrada no Ministro da Educação, que tinha amplos poderes de decisão, ao nomear e controlar os principais funcionários centrais e periféricos do Conselho Superior da “instrução pública”. Este centralismo burocrático seguia a seguinte hierarquia: o Ministro, o Conselho Superior da “pública instrução” e três inspetores gerais, um para cada grau de ensino, criando um

¹¹⁶ GENTILE, G.. *Intervista a "L'Idée Nzionale"*, 29 de março de 1923.

¹¹⁷ RAVAGLIOLI, Fabrizio. *Educazione Occidentale*. Storia, problemi e documenti, p. 225.

¹¹⁸ RICUPERATI, Giuseppe. La scuola nell'Italia unita. In: *Storia d'Italia*. V.5, 1º documento, p. 1712.

¹¹⁹ Ver anexo n. 4

elo de transmissão, através do qual o Ministro da Educação geria o ensino público e privado, colocando-o sob o controle do Estado.¹²⁰

No que se refere ao aspecto da estrutura curricular, a lei Casati criava uma separação nítida entre a escola humanista e a escola técnica, delegando a responsabilidade da segunda para o Ministério da Agricultura e Comércio.¹²¹

Utilizando-se do perfil da Lei de Casati, Gentile irá reformar a Escola Média¹²², visando adaptá-la à nova realidade social do pós-guerra, de um lado, e de outro, dar maior consistência ao regime fascista, fortalecendo a autoridade do Estado.

Os caminhos que Gentile percorreu para efetivar estes objetivos deitam raízes em sua concepção do papel do professor. Sob a ótica de seu idealismo, o filósofo compreendia que o professor não era apenas alguém que só *"instrui"* seu aluno, dando-lhe informações, formulas, normas ou argumentos, mas alguém que se relacionava "intimamente" com o discípulo, no que se refere à esfera do pensamento e da vida cotidiana. *"Para entender a verdadeira índole, ou necessidade, da vida do seu escolar, o professor não deveria limitar-se ao âmbito escolar e nem da classe, em que se supõe a atitude de seguir um certo programa escolar (...)."*¹²³ Gentile entendia que *"um ato educativo não é compreensível se não a um pacto, que atravessasse e se realizasse na unidade dos espíritos (...) que se dissolvesse na individualidade dos educandos"*.¹²⁴

Tendo como princípio norteador o idealismo, o seu programa pedagógico tem

¹²⁰ BORGHI, L.. op. cit., pp. 9-17.

¹²¹ Ver RAVAGAZZINI, Dario. *Storia della scuola italiana*, pp. 13 - 14.

¹²² A exposição que se segue está baseada em alguns dos aspectos do Decreto de 6 de maio de 1923, nº 1054, relativo ao ordenamento da instrução de dos Colégios regionais (A Reforma da Escola Média) Publicado na Gazeta Oficial, nº 129, de 2 de Junho de 1923.

¹²³ GENTILE, G.. *Sommario di pedagogia como scienza filosofica*, p. 135.

¹²⁴ *Idem.*, p. 136.

como objetivo formar o homem enquanto realidade espiritual¹²⁵, entendendo que o espírito se diferencia da natureza através do princípio da exclusão, e por ser liberto, é infinito¹²⁶, sendo que tal superação é operada pelo processo educativo, que tem por fim o desenvolvimento do homem para a liberdade.¹²⁷

Essa compreensão está presente em seus textos desde 1889, quando definiu “*O Conceito científico da pedagogia*”. Apontando para o estreito relacionamento entre filosofia e pedagogia, define a filosofia como a ciência do espírito e a educação como o desenvolvimento do espírito.

*A educação por, isso, é a formação do espírito segundo a lei do espírito, ou seja, o desenvolvimento do espírito segundo a sua natureza, iuxta propria principia. (...) Mas se a educação e o desenvolvimento do espírito são o objeto próprio da filosofia do espírito, a pedagogia enquanto ciência não é sendo a filosofia do Espírito*¹²⁸

Gentile, ao afirmar que os indivíduos constituem a concreta realidade do espírito, à medida que a mente universal vive e se desenvolve através da sua aparente variedade, define a educação como um processo de unificação espiritual no qual o mestre e o aluno

¹²⁵ Ver sobre essa questão: GENTILE, G. Il concetto científico della pedagogia. In: *Educazione e Scuola Laica*, pp. 31- 43

¹²⁶ Gentile visa esclarecer que a pedagogia é a ciência da formação do espírito, e esta coincide inerentemente com a ciência ou filosofia do espírito. Identificando a educação como formadora do espírito, indaga se esta pode intervir nas fases autônomas próprias do espírito. Para fundamentar esta sua compreensão, hegeliana, da superioridade do homem como espírito pensante faz uma distinção entre a natureza e o homem, pois reconhece que este é o único que tem a capacidade de educar-se. Para fundamentar esta compreensão cita Hegel.. “O espírito tem para nós a natureza por sua pressuposição, da qual ele é a verdade e, por isso seu [princípio] absolutamente primeiro. Nessa verdade, a natureza desvaneceu, e o espírito se produziu como idéia que chegou ao seu ser-para si, cujo objeto, assim como o sujeito, é o conceito. Essa identidade é a negatividade absoluta, porque o conceito tem na natureza sua objetividade externa consumada, porém essa sua extrusão é suprassumida, e o conceito tornou-se nela idêntico a si mesmo. Por isso o conceito só é essa idealidade enquanto é retornar da natureza”. Apud. HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências filosóficas*, p. 15-24-# 381-382.

¹²⁷ GENTILE, G. Il Concetto científico della pedagogia. In: *Educazione e scuola laica*, P. 42

¹²⁸ GENTILE, G.. Op. cit., p. 43

desaparecem como seres particulares.¹²⁹

Nesta ótica Gentile indica que a unidade e a intimidade espiritual entre o professor e o aluno se constróem na escola, efetuando-se quando o mestre entra no processo espiritual do aluno, realizando a unidade que subjaz à aparente variedade. Assim a escola para Gentile “é este processo aglutinador e unificador dos indivíduos empíricos”.¹³⁰

O que Gentile, na realidade, está definindo é a relação entre liberdade e autoridade na educação, uma discussão que ele iniciou já no ano de 1899, quando sustentou que a autoridade do mestre deve dominar na escola e que os alunos são libertos porque seu espírito segue a liberdade do mestre.

(...) a autoridade do mestre domina na escola, e entretanto os alunos são libertos; porque o seu espírito segue o espírito do mestre; mas, seguindo esse espírito segundo a própria natureza espiritual. E não são menos felizes que os mestres com a autoridade que os domina; porque nesta autoridade eles otimizam aquela atualidade do espírito, que é a essência mesma da liberdade.

131

O conceito de liberdade no processo educativo de Gentile deriva de seu princípio filosófico de que a liberdade é infinita e universal apenas no espírito: conseqüentemente, em sua visão, o “domínio” do mestre no processo educativo não significa invalidação da particularidade dos indivíduos, mas é a forma de superação do singular na unidade do espírito. Assim sendo, o papel da escola, nesse processo, é atuar sobre os limites da expansão espiritual, proporcionando a unificação entre os alunos e os professores, superando as possíveis particularidades dos indivíduos, sendo que no conjunto constituído por aluno e professor realiza-

¹²⁹ GENTILE, G.. Op. cit., p. 41

¹³⁰ GENTILE, G.. *Sommario de pedagogia como ciência filosófica*, p. 135

¹³¹ GENTILE, G.. Il Concetto scientifico della pedagogia. In: *Educazione e scuola laica*, P. 42

se a liberdade no espírito.¹³² Porém, não podemos esquecer que o cerne da escola de Gentile está no professor e não no aluno. Em suas próprias palavras: "*Da autoridade do educador é que advém a liberdade do aluno*".¹³³ É essa autoridade do professor que se incorpora no aluno, proporcionando a "liberdade" do educando, que será o fundamento da autoridade estatal. Na análise de Gentile, o mestre é, na verdade, a encarnação e o elo de transmissão da autoridade universal do Estado, que se instala no interior dos indivíduos, constituindo-se como eterna e imanente encarnação da consciência da nação, exigindo disciplina e submissão completa do indivíduo aos seus fins.¹³⁴ Sendo assim, a escola seria o suporte ideológico do Estado fascista:

A escola era exatamente a consciência nacional do Estado, ou seja, um dos órgãos mais delicados, que deveria prontamente inculcar a prática do respeito da lei, da ordem, da disciplina, e da obediência sem limites à autoridade estatal. A escola deveria ser a forma de adestramento e de canalização moral dos jovens que seriam os futuros cimentos da vida futura do povo italiano."¹³⁵

Nesta concepção da relação entre o Estado e o sistema escolar, o primeiro é árbitro absoluto da organização educacional: é ele que vai direcionar os programas da escola, detendo¹³⁶ o seu poder de decisão nos "currículos", afastando as entidades civis do processo educativo. Se o Estado ensina, deve saber o que ensina e não deve admitir que um rapaz ou pai de família ou uma entidade privada qualquer oponha-se ao seu saber e àquilo que ensina.¹³⁷

Essa forma de obediência hierárquica foi um dos aspectos mais importantes da reforma de Gentile, que reforça o autoritarismo do Estado em todos os níveis educativos,

¹³² GENTILE, G.. *La riforma dell'educazione, discorsi ai maestri di Trieste*, pp.36- 54

¹³³ GENTILE, G.. *Sommario di pedagogia come scienza filosofica*, p. 198

¹³⁴ GENTILE, G.. *La nova scuola media*, p. 363.

¹³⁵ NERO DEL, Vittorio. *La Scuola elementare nell' Italia fascista*, p.

¹³⁶ GENTILE, G.. *Scuola e filosofia*, p. 93

¹³⁷ *Idem.*, p. 108

baseando-se na concepção filosófica de que o Estado é a mais alta manifestação do "espírito", incorporando todas as experiências, vontades dos seus governados e encarnando a consciência e os fins supremos da vida nacional.¹³⁸

A lei pressupõe o espírito; e se a lei é do Estado, ele o Estado é espírito. Assim se a lei pressupõe aquele grau de espírito que é a filosofia, o Estado organizador das escolas, ou quem quer que seja por ele, deve ser filósofo. A ele compete a função de fixar o programa das escolas, nos quais se refletem os interesses gerais da nação; porque nisso há realidade e concretude a vontade e todo espírito enquanto vontade da nação mesma (...) O Estado ensina porque é, e enquanto é, espírito; mas não pode ensinar outra coisa senão o espírito; aquele espírito que é absoluta universalidade, negação de todo arbítrio e valor natural (individual).¹³⁹

Gentile justifica o suposto caráter democrático e integrador de sua reforma educacional argumentando que todos, independentemente da classe social, irão participar desse processo educativo, não só porque a escola é acessível a todos, mas, sobretudo, porque o processo pedagógico leva a constituir a vontade coletiva. Tal integração constitui a “essência” da educação, em oposição à promovida pelo Estado liberal, voltado a propiciar a independência individual e a competição entre alunos.

Na verdade, a análise dos textos da Reforma mostra uma estrutura escolar seletiva, revelada sobretudo nas determinações referentes aos estudos secundários. No texto “*La Nuova scuola media*” Gentile afirma que “*Queremos na escola o espírito humano em toda a sua plenitude, em toda a sua realidade, (...) esse espírito que forma, por assim dizer, a verdadeira humanidade do homem*”,¹⁴⁰ acrescentando que o espírito começa a ser criado, e a ter sua direção nos estudos humanistas, “*desinteressados*”, destinados aos “*melhores*”. E, mais adiante, irá

¹³⁸ Sobre a concepção de Estado em Gentile ver: GENTILE, G.. *La dottrina dello stato*, in *Origini e dottrina del fascismo*, pp.44-47.

¹³⁹ GENTILE, G.. *Scuola e filosofia*, p. 93

¹⁴⁰ GENTILE, G.. *La nuova scuola media*, pp. 7 e 35. Tradução livre do autor.

apontar quem são os melhores.

Os estudos, dizem alguns, devem ser democráticos, como se disséssemos lançar milho aos porcos. Os estudos secundários são, por sua própria natureza aristocráticos, no sentido ótimo da palavra; estudos para poucos, para os melhores, porque preparam para uma formação desinteressada, à qual não podem ter acesso se não aqueles poucos que estão destinados de fato, pela sua capacidade ou pela sua situação social e familiar, ao culto dos altos ideais humanos.

Mais adiante irá informar quem é o homem que é necessário formar em toda a sua extensão.

*O Homem não é o animal bípede e implume que sempre vemos. Nem chega a converter-se quando se transforma no autômato que, introduzido em determinada engrenagem hierárquica e social, cumpre mais ou menos mecanicamente a sua missão, como que para assegurar a ele e aos seus filhos uma vida opaca. A este animal não importará jamais o destino de Prometeu, ou o destino do homem. Para ele, nem o grego, nem a filosofia servirão para algo; para ele, não é a humanidade, ou, pelo menos, não é desta humanidade que eu quero falar. O nosso homem é o que possui aquilo que se chama Consciência, trata-se do homem, digamos claramente, das classes dirigentes, sem o qual nem ao menos poderia existir o outro homem, o da boa digestão, porque até as digestões necessitam do apoio da sociedade, e não podemos concebê-la sem classe dirigente, sem homens que pensem por si e pelos outros. Penso que todos os que reclamam que a escola deve ser para a vida estão pensando nesse homem. Sim, para a vida do homem, da consciência humana”.*¹⁴¹

Gentile, ao fazer essa divisão, tendo como paradigma a concepção idealista de educação, propõe o conteúdo clássico e humanista para formar a elite dirigente, legitimando a

¹⁴¹ Idem., p. 91.

divisão entre os estudos superiores, “desinteressados”, e os inferiores, técnicos.

Não é por acaso que, nos anos do pós-guerra, quando Gentile vai dedicar-se de forma mais intensiva ao problema da escola e da cultura, a sua limitação à classe dirigente torna-se a mais relevante e pertinente nas suas preocupações em torno da educação:

*A cultura superior, (...) precisamente porque superior, não é, e não deve ser de todos, mas somente de um número relativamente exíguo (...). O Estado (...) deve abrir uma porta em direção à alta cultura, porém mais estreita do que larga, a fim de que a multidão não se precipite para dentro.*¹⁴²

Este elitismo, exposto por Gentile ao atribuir a cultura escolar aos “melhores”, têm o seu ápice quando se reporta ao ensino religioso como o “fundamento e o coroamento dos estudos elementares”.¹⁴³

Essa concepção do ensino religioso está inerentemente relacionada à sua discussão sobre a relação entre educação laica e educação religiosa. O seu conceito de educação laica, baseado na suposição do desenvolvimento autônomo da mente sem alguma interferência externa, está em oposição à educação religiosa e confessional, como o próprio Gentile esclarece: *“A escola, dominada pelo espírito religioso é escola heteronoma; é escola que tende a privar o espírito do senso da própria posse, e da própria responsabilidade, não só moral, mas também intelectual”*.¹⁴⁴

Todas as religiões, em quanto “educam os espíritos para esperar de fora e do alto aquilo que o homem apenas por si só, com sua força, pode adquirir, (...) por essa razão, sem querer, são todas inimigas de toda espécie de liberdade, interna e externa; dão as mãos aos

¹⁴² GENTILE, G.. *Il problema scolastico del dopoguerra*, 78 – 79.

¹⁴³ Ver anexo nº5. Chiarimenti relativi all’orario. In: BELLUCCI & CILIBERTO. *La scuola e a Pedagogia del Fascismo*, p 222.

¹⁴⁴ GENTILE, G.. *Educazione e scuola laica*, p. 93

regimes absolutos, a toda autoridade racionalmente injustificável”.¹⁴⁵

Mais adiante, afirma que o fundamento da educação leiga deve ser introduzido pela filosofia:

*Vocês têm que concordar comigo que aquela filosofia que eu gostaria que governasse a escola, a partir da escola forjada da cultura nacional, alimento do espírito das classes dirigentes aquela filosofia verdadeiramente livre e libertadora; se deve criticar e libertar o espírito religioso, isto não poderá ocorrer se o espírito religioso não for despertado.*¹⁴⁶

A filosofia possibilita ao “estudante” assimilar o conceito de unidade, sem o qual a educação é absolutamente ineficaz. No entanto, tal educação racional para a “autonomia” não é para todos: sua reforma introduz a filosofia no nível médio dos estudos clássicos, excluindo-a escola técnica. Para os pequenos, a transmissão desse conteúdo filosófico da realidade deve se fazer pela forma mítica e poética, isto é, pela religião¹⁴⁷. Embora considere a religião forma inferior à filosofia, entende que ela deva ser a base do programa educativo das crianças, assim assegurando que a relação entre as duas proporcione uma visão “geral” do mundo. Assim explica:

*Onde não entra não pode entrar a filosofia, deve entrar a religião com as suas soluções fáceis e arbitrarias; de outra forma perde-se toda profunda convicção (crença) moral, e todo autêntico senso de humanidade.*¹⁴⁸

O autor explica que, mais tarde, a religião será superada pela filosofia, ou melhor, seus elementos imperfeitos serão eliminados do conhecimento por elementos mais adequados.

¹⁴⁵ Idem., p. 93

¹⁴⁶ Idem., p. 85

¹⁴⁷ Idem., p. 125

(...) Eu que quero a filosofia como elaboração racional do próprio conteúdo religioso, não posso não querer a religião onde a filosofia não pode entrar, como na escola primária. Até aí se deve ter uma visão de mundo.¹⁴⁹

Assim, após ter declarado que a religião produz no homem a impossibilidade de tornar-se moralmente e intelectualmente responsável e que todas as religiões são o sustento dos regimes absolutos e de ilegítima autoridade, pede ao governo fascista que introduza em todos os sistemas de escola elementar o ensino obrigatório da religião¹⁵⁰. Sustenta, ainda, que, sem o ensino religioso, os alunos são privados da condição fundamental de desenvolvimento espiritual¹⁵¹. Ao tornar obrigatório o ensino religioso para todas as crianças, e ao negar o estudo da filosofia aos que cursam a escola técnica, Gentile está dividindo a sociedade em duas partes. “Declarando” os jovens e os pobres incapazes de usar a razão autonomamente,¹⁵² impede o acesso das massas à cultura e aponta a religião como uma espécie de limbo para o controle da plebe.

Estou convencido de que, para formar um povo verdadeiramente grande e uma nação verdadeiramente forte, é necessário que os cidadãos tenham uma concepção religiosa da vida. Para conseguir isso é necessário ensinar religião para as crianças. E, uma vez que estamos na Itália, onde a católica é a dominante, as crianças devem ser instruídas nela. Mais tarde, quando já

¹⁴⁸ Idem., p. 111

¹⁴⁹ Idem., p. 125

¹⁵⁰ Para um estudo mais específico e detalhado sobre o ensino religioso, na reforma educacional de Gentile consultar, ainda: TOMASI, Tina. Op. cit., pp. 128- 130

¹⁵¹ “La religión en cuanto momento necesario del desarrollo espiritual (o sia, momento del objetivismo ingenuo), representa para ala masa una especie de *philosophia inferior* por la que se barruntan las verdade que sólo se captan plenamente en la síntesis filosófica. En cambio, para quienes habrán de llegar a esta síntesis representa un grado de tránsito. Por tal motivo, la religión debe ocupar el lugar que le corresponde en la enseñanza inferior. Así pues, solo unos pocos pueden aspirar a la visión histórico-filosófica de la realidad como realidad espiritual; por consiguiente, Gentile considera que la educación histórico-crítica de las escuelas clásicas debe estar restringida a “los pocos a quienes el ingenio destina de hecho, o bien el censo y las familias pretenden destinar, al culto de los más altos ideales humanos””. ABBAGNANO & VISALBERGHI. Op. Cit., p. 600- 601

¹⁵² BORGHI, G.. Op. cit., p. 194

*forem homens, eles tratarão por si mesmos, por meio da crítica e do pensamento, de superar essa fase pueril do ensino religioso.*¹⁵³

À medida que, para Gentile, a religião católica é caracterizada por um pensamento subalterno, o que na realidade em sua reforma pretende formar, por lado, é um povo manso, resignado e respeitoso e, por outro lado, uma classe de dirigentes capaz de resolver a crise deflagrada pela Grande Guerra. Para alicerçar essa idéia de reforma educativa, Gentile encontra respaldo em um de seu colaboradores, Giuseppe Lombardo-Radice¹⁵⁴, que justifica a finalidade da escolas religiosas, dizendo:

Eu desejo um povo gentil, meditativo, capaz de escutar o canto dos seus poetas e o concerto dos seus músicos, de encantar-se diante de um quadro, de um museu ou de uma igreja. Não quero o povo torpe da taberna, mas um povo que saiba ornar-se com o respeito a si mesmo e aos outros (ainda que seja pobremente), que não cuspa em qualquer lugar, que não destrua as plantas, que não persiga os pássaros, que não discuta demasiado, que não bata em sua mulher e em seus filhos.

Nas palavras de Borghi, Gentile está objetivando, ao assumir a concepção idealista de educação, legitimar a doutrina dos dois povos, revelada não apenas nessa concepção da religião como uma espécie de limbo para o controle do povo, mas, também, na divisão entre estudos humanistas e técnicos.¹⁵⁵ Ao frisar que a fé era necessária para a educação dos povos rústicos, acrescentava que a experiência religiosa deveria começar por uma infância piedosa no seio da religião positiva, que é a do meio nacional. Isto é, se se pretende que o povo italiano seja

¹⁵³ Apud. Educação e Luta de Classes, p. 170- 171

¹⁵⁴ Giuseppe Lombardo-Radice, liberal-socialista, de orientação filosófica nitidamente idealista, que ao mesmo tempo militou por um largo tempo nas fileiras socialistas. Colaborou com a reforma educacional de Gentile, mas com o assassinato de Matteotti (líder da oposição socialista morte pelo regime fascista em 1924) rompeu com o fascismo. Sua proposta pedagógica foi caracterizada como *elitista* pela rigorosa separação entre escolas para as classes privilegiadas, com os estudos humanísticos, e escolas para as classes subalternas, limitadas a aprendizados profissionais especializados. Idem., p. 188- 189

¹⁵⁵ BORGHI, G.. Op. cit., p. 194

religioso, cumpre aceitar, como necessidade histórica, se não por convicção, que seja católico, que comece por ser católico. A religião católica, supostamente destinada a ser ultrapassada, absorvida pela filosofia, ciência do Espírito, em seu ato e em seu devir,¹⁵⁶ acaba sendo a base do programa educativo¹⁵⁷ do ensino elementar e dos estudos secundários técnicos.¹⁵⁸

Enfim, no que se refere à estrutura curricular, o ensino médio foi dividido nos seguintes institutos:

Art.1. institutos médios de instrução são de Primeiro e de Segundo grau.

*São de primeiro grau: a escola complementar, o ginásio, o curso inferior do instituto técnico, o curso inferior do instituto de magistério; são de segundo grau: o liceu, o curso superior do instituto técnico, o curso superior do instituto de magistério, o liceu científico, e o liceu feminino.*¹⁵⁹

Como vemos, o ensino médio compreende quatro institutos, representados respectivamente pela escola complementar e instituto técnico, o Instituto Magistral, os ginásios e os liceus, as escolas profissionais.

O tempo de duração letiva do instituto técnico era de oito anos de estudos, divididos em dois ciclos de quatro. “Os primeiros quatro anos constituíam o curso inferior, os últimos quatro o curso superior”.

Cabe lembrar que os numerosos institutos de formação de mão-de-obra, até então organizados pelos diferentes ministérios (agricultura, marinha, economia nacional, etc.), conservando estatuto e hierarquia própria, foram objeto de reorganização e integração na

¹⁵⁶ GENTILE, G.. II modernismo e i rapporti fra religione e filosofia, pp. 43 – 45.

¹⁵⁷ TOMASI, Tina, p. , 131.

¹⁵⁸ Para um estudo mais específico e detalhado sobre o ensino religioso, na reforma educacional de Gentile consultar, ainda: TOMASI, Tina. Op. cit., pp. 128- 130

¹⁵⁹ Consultar anexo nº 4 Dell’istruzione tecnica,. In: *Reforma Educacional de Gentile, Art. 45.*

educação nacional desde a reforma de Gentile.

Essa reorganização teve por objetivo "renovar a educação italiana", afim de atender às modificações oriundas da Grande Guerra, no que se refere, principalmente, ao ensino técnico profissional, com vistas às transformações trazidas pela industrialização e urbanização do país. Nos centros de grande concentração industrial foram notáveis as mudanças técnicas no âmbito da fábrica, gerando a necessidade de adequar os ensinamentos profissionais a essas mudanças, através da formação profissional dos jovens. Esse ensino profissional deveria ser coordenado por um único órgão competente, o Ministério da Educação Pública, fazendo as modificações oportunas do sistema tradicional de ensino.¹⁶⁰

A proposta de escola profissional visava formar habilidades meramente utilitárias nos seus destinatários, ou seja, trabalhadores especializados para uma determinada tarefa. Sendo assim, o programa educacional proposto por Gentile não só limita o acesso à educação completa de todos, mas divorcia a atividade manual da intelectual, reforçando a divisão social do trabalho, , acentuando, com isso, a diferença entre as classes sociais.

O Instituto Magistral, cujo fim é a formação dos professores primários, tinha sete graus, em dois ciclos. Além disso, três institutos superiores de magistério preparam professores de filosofia para os institutos magistrais, professores de letras para as diversas escolas médias, diretores de escolas e inspetores do ensino primário.

Por fim, os ginásios e os liceus, que representam o verdadeiro ensino secundário; os primeiros tinham cinco anos de curso, com latim, grego, língua e literatura nacionais, matemática, história e geografia e uma língua estrangeira. Muitas crianças deveriam terminam os estudos nos ginásio. As que os prosseguem, passam três anos no liceu, escolhendo entre clássico e o liceu científico. As moças têm liceus femininos.

O liceu clássico dá lugar destacado à história da arte, considerada como disciplina independente e de primeira ordem. Em compensação, não têm línguas estrangeiras

¹⁶⁰ Para um estudo mais detalhado sobre a estrutura da Reforma Educacional de Gentile consultar os seguintes autores: ROMANO, Ruggiero & VIVANTI, Corrado. *Storia d'Italia*, pp. 1711-1718.

modernas. Para limitar o afluxo de alunos ao ensino secundário, instituiu-se exame de admissão pelo Estado, limitando o número de instituições, de classes e de alunos. A entrada nas universidades se faz só pelo exame de “*maturità*” ou “*licenza liceale*”, coroamento dos estudos feitos no liceu. O liceu clássico, preferido pela burguesia, era de cultura essencialmente literária, artística e histórica, tendente, antes de tudo, à exaltação da tradição nacional, evidenciando o papel da latinidade romana no desenvolvimento da civilização humana, definida pelas três épocas da Roma antiga, da Roma cristã, e da Roma do “*Risorgimento*”.

Este também foi um aspecto relevante da reforma do ensino médio, pois, na concepção de Gentile, não se podia formar um Estado nacional sem uma educação nacional, sobretudo nos cursos destinados a formar a elite dirigente, como o liceu classico e os colégios militares, que eram administrados pelo ministério da Educação.

Embora a instilação da ideologia nacionalista fosse particularmente importante nos estudos clássicos, ela perpassa todos os cursos menores através de a “*Opera Nazionale Balilla*,”¹⁶¹ com o intuito de transformada a escola numa instituição cultural capaz de socializar e difundir modelos de comportamento fascista.¹⁶² Nos “Balilla Avanguardistas”, os estudantes, ainda, enquadravam-se nas legiões universitárias da disciplina militar fascista, voltadas à preparação militar superior, tendo por finalidade substituir os “*Fascios Juvenis de Combate*”. O “*Sábado Fascista*” tinha por finalidade a educação física e o esporte, a preparação militar, a formação moral através de cultos ao Duce, concentrações, desfiles, conferencias e, sobretudo pela participação nas grandes festas dos regime, das quais brotavam poderosas emoções coletivas.¹⁶³

A participação nas festas do regime era incorporada à escola através do seu calendário, objetivando enquadrar a jovem geração no processo de ritualização da vida pública, nas datas comemorativas, com desfiles militares e manifestações populares, que apelavam aos

¹⁶¹ Ver HUBERT, René. *História da Pedagogia*, pp. 154-155.

¹⁶² ISNENGI, M. *Intellettualli militanti e intellettualli funzionari*, pp. 172- 173.

¹⁶³ Para ver como esse processo de fascitização fora realizado pelos fascistas, tendo como ponto de partida a Reforma de Gentile consultar a seguinte autora: BETTI, Carmen. *L'opera Nazionale Balilla e l'educazione fascista*, 1984.

sentimentos patrióticos da massa em favor da recuperação do Estado em crise e da expansão do regime fascista. Essa estratégia da ritualização da vida pública¹⁶⁴, que esteve presente no movimento desde suas origens, teve o apogeu no fim da década de 20 e na metade da década de 30, um período fundamental para a construção do Estado.¹⁶⁵

Desta forma, a escola, em todos os graus, do primário à universidade, tornou-se cada vez mais instrumento de fascistização da juventude italiana, tendo por preocupação amoldar a consciência moral e formar os sentimentos políticos do italiano do século XX, fazendo dele um homem novo, todo integrado numa comunidade nacional cristalizada em torno da grande idéia histórica do primado jurídico e espiritual de Roma soberana; donde, os valores fundamentais que lhes são inculcados: admiração das grandezas nacionais, patriotismo, senso do Estado, respeito da autoridade, da hierarquia sob todas as formas, disciplina, devotamento, espírito de sacrifício e, acima de tudo, fidelidade total e obediência absoluta à pessoa do Chefe supremo, o Duce.

Resumindo, podemos dizer que a reforma revela alguns aspectos centrais: primeiro, o da aristocracia da cultura e o autoritarismo do Estado, visando a formação da classe dirigente e o fortalecimento do Estado totalitário; em segundo lugar o aprimoramento do processo de integração entre a emergente sociedade italiana do pós-guerra e os novos rumos econômicos, e, em fim, a uniformização e a adequação aos intentos de “fascistização”¹⁶⁶ da juventude.

¹⁶⁴ Os meios de comunicação, tais como: imprensa, rádio e o cinema que difundiam os mitos e os estereótipos fascistas. “O controle dos meios de comunicação de massas foi instrumento essencial para a difusão dos mitos e dos estereótipos fascistas. Esse controle foi exercido em primeiro lugar sobre a imprensa, e não se limitou à simples. (...) O rádio também teria importância fundamental nas intenções do regime, pois era o instrumento ideal para propagar junto às camadas populares iletradas e frequentemente analfabetas os avanços da Itália fascista. Os primeiros programas começaram em 1924, e já em 1928 a difusão via rádio tornou-se monopólio estatal.(...) O cinema não conheceu uma verdadeira fascistização, a não ser pela autocensura em alguns assuntos, mas foi, igualmente, instrumento eficaz de propaganda, através da obrigatoriedade de se projetarem nas salas, antes do filme, os chamados cinejornais”. TRENTO, Angelo. *Facismo Italiano*, pp. 47–49. Ver, ainda, sobre a propaganda fascista e os caminhos utilizados para a tomada do poder. PALLA, Marco. *A Itália Fascista*, pp. 60–76.

¹⁶⁵ LENHARO, A.. Nazismo – “O triunfo da vontade”, pp- 39-41.

¹⁶⁶ GENOVESI, G.. Appendice II: storia della scuola nell'Italia del XX secolo. In: *Storia dell'educazione*. Op. cit., p.333.

3. FILOSOFIA E ESTADO NO PENSAMENTO DE GIOVANNI GENTILE

A difusão do pensamento de Hegel, na Itália, está inerentemente relacionada ao contexto das transformações políticas e sócio-económicas em curso na Europa a partir do setecento e que estão presentes no debate político emergente na sociedade italiana. Diante dos problemas postos pela nova sociedade, juntamente com o desenvolvimento das teorias científicas, o hegelianismo assume uma atitude crítica em relação às filosofias da transcendência, entrelaçando-se com um problema específico: a questão nacional.¹⁶⁷ Nas palavras de Croce: “em todas as revoluções do século XIX e em especial na de 1848 (...) todas as facções participaram variamente da escola hegeliana”.¹⁶⁸

A inserção do pensamento de Hegel na Itália tem seu ponto de irradiação na universidade de Nápoles, onde atuavam Augusto Vera (1813 – 1885) e Bertrando Spaventa (1817 – 1883), intelectuais chave na formação da cultura moderna italiana e primeiros representantes do “neo-idealismo” hegeliano no país.¹⁶⁹

Embora Vera fosse responsável pela divulgação do pensamento de Hegel¹⁷⁰ nos textos “Introdução à filosofia de Hegel” e “Ensaio sobre a filosofia hegeliana”, onde polemiza com a corrente positivista italiana,¹⁷¹ foi Spaventa o fundador da Escola neo-hegeliana de Nápoles, donde haviam de sair pensadores como Benedetto Croce, Giovanni Gentile e Ugo Spirito.

¹⁶⁷ MAIOCCHI, Roberto. Il ruolo delle scienze nello sviluppo industriale italiano. In MICHELI, Gianni (Org.) *Scienza e tecnica nella cultura società dal Rinascimento a oggi*. Storia d'Italia, pp. 865-927.

¹⁶⁸ CROCE, B.. *O que é vivo e o que é morto na filosofia de Hegel*, p. 58.

¹⁶⁹ Ver sobre esses pensadores e os aspectos fundamentais de sua filosofia em mais detalhes: GENTILE, G.. *Le origini della filosofia contemporanea in Italia*. I Neokantiani e gli hegeliani. Vol. III.

¹⁷⁰ Idem., p. 273 segs e principalmente pp. 383 – 387, onde Gentile aponta para as características gerais da filosofia de Vera.

Spaventa, teólogo por formação, após ter passado por uma grande crise religiosa, que veio afasta-lo da fé transcendental, tinha se dedicado aos estudos da filosofia moderna, chegando à conclusão de que seus primeiros germes também procediam da Itália, com os pensadores do Renascimento, mas que seus frutos foram amadurecer fora da Itália, com Kant, Spinoza e Hegel.¹⁷²

A sua grande contribuição está em sua particular apropriação do pensamento de Hegel, a partir da distinção entre Idéia–Natureza–Espírito, pois entendia que nisto estava a deficiência do pensamento hegeliano. Para Spaventa, Hegel não havia conquistado efetivamente a perfeita identidade e mediação entre o Eu e Não–Eu, por não ter reduzido completamente o real à consciência.

O pensamento de Hegel, atraiu, também, Donato Jaia (1839–1914), que teve como aluno Gentile na Escola Normal de Pisa, fazendo-lhe conhecer o pensamento de Spaventa, ponto de partida do atualismo gentiliano.

Giovanni Gentile repensou e interpretou o idealismo e a filosofia política de Hegel, através de seu “atualismo”, tendo como fonte principal o pensamento de Spaventa. Sendo assim, ao analisar o “hegelianismo” de Gentile, teremos como preocupação identificar qual é a apropriação que ele faz do idealismo hegeliano, limitado-nos estritamente a examinar o aspecto que se refere à sua noção de Estado ético e à justificativa do regime fascista.

¹⁷¹ Para ver sobre a corrente positivista, na Itália, consultar: CARIN, Eugenio. *Cronache di filosofia italiana: 1900-1960*, pp. 1-20.

¹⁷² SPAVENTA, B. (Cura Gentile, G.) *La filosofia italiana: nelle sue relazioni con la filosofia europea*, p. ix, seg. ver, também, pp. 45 – 86.

3. 1. ATUALISMO DE GIOVANNI GENTILE E ESTADO

Giovanni Gentile¹⁷³ começou como interno na “Escola Normal Superior de Pisa”, onde defendeu a tese “Rosmini e Gioberti”, seu primeiro trabalho teórico relevante, publicado em 1889¹⁷⁴ na revista “A crítica”, fundada em Nápoles por Croce, no ano de 1903. Nesse período deu continuidade ao pensamento de Spaventa, que seria o ponto de partida do seu “atualismo”¹⁷⁵. Em Palermo escreveu vários textos, dentre os quais, o “Sumário de Pedagogia como ciência filosófica”, onde tomou posição no interior de um debate já histórico sobre o processo pedagógico, desenvolvendo a tese da “autoridade do mestre e a dos alunos, isto é, a autonomia didática”.¹⁷⁶

Em 1916, publicou “A teoria Geral do Espírito como Ato Puro”, voltando-se para a análise da política.¹⁷⁷ Mas é sobretudo nos anos vinte que vai se firmando seu neo-idealismo, contrapondo-se às principais correntes filosóficas (positivismo, marxismo, pragmatismo...) então presentes no país: à medida que sua reflexão estende-se aos problemas políticos e pedagógicos, contribui para o debate em curso entre os intelectuais empenhados em uma reação contra o positivismo, dando continuidade à escola filosófica idealista de Nápoles.¹⁷⁸

¹⁷³ GIOVANNI, Piero Di. *Kant ed hegel in Italia: alle origini del neoidealismo*, pp. 45 – 54.

¹⁷⁴ RENDA & OPERTI. *Dizionario Storico della Letteratura Italiana*, p. 509.

¹⁷⁵ ALBERTONI, Ettore A.. *Storia delle doutrine politiche in Italia*, p. 364.

¹⁷⁶ RENDA & OPERTI, Op. cit., p. 509.

¹⁷⁷ ALBERTONI, Ettore A.. Op. cit., p. 363- 372.

¹⁷⁸ Tanto Croce como Gentile tiveram um papel relevante para a cultura italiana nos anos que precederam a primeira guerra. Isto se dá pelo fato que ambos foram os iniciadores de uma nova leitura da realidade italiana, na perspectiva da filosofia idealista. Ambos são da geração descendente da escola hegeliana de Nápoles. Como esclarecem ABBAGNANO & VISALBERGHI “En la segunda mitad del siglo XIX la doctrina hegeliana tuvo en la Universidad de Nápoles su centro de estudios y difusión en Italia. La abrazaron Augusto Vera (1813-1885), com tendencias teistas y catolicizantes, y Bertrando Spaventa (1817-1883), quien se esforzó por eleborarla en sentido immanentista, es decir, poniendo desde el principio a la conciencia como el supuesto fundamental del proceso dialético. En la segunda mitad del siglo XIX se adherieron al hegelismo a más de los filósofos, muchos literatos, historiadores, juristas y médicos, todos los cuales lo utilizaron como instrumento polémico contra el positivismo. Sin embargo, ninguno de ellos supo añadir al pensamiento del filósofo alemán”. ABBAGNANO & VISALBERGHI. *Historia de la pedagogía*, p. 597

O cerne da filosofia de Gentile é seu “atualismo”¹⁷⁹, isto é, uma reelaboração da dialética hegeliana, introduzida, como vimos acima, no debate intelectual italiano por Bertrando Spaventa, principal referência para o grupo dos neo-hegelianos.¹⁸⁰

Em seu texto *“Reforma da Dialética Hegeliana”*, Gentile estabelece uma distinção entre duas dialéticas. A primeira seria a antiga, de tipo platônico, que pode ser definida, a seu ver, da seguinte forma:

A dialética do pensado, pode-se dizer, é a dialética da morte; a dialética do pensar, ao contrário, é a dialética da vida. Com efeito, o pressuposto fundamental da primeira é a realidade ou verdade toda, determinada ab aeterno, de modo a não ser mais concebível nova determinação, como determinação atual da realidade (recorde-se que, no mundo platônico das Idéias, tudo está determinado desde sempre e para sempre). O progresso da ciências (e, em geral, toda a vida do mundo), em tal pressuposto, não pode ser senão o sonho vão de sombra: dissipação aparente de vã aparência sem

¹⁷⁹ Sobre o “atualismo” filosófico de Gentile há quem seja contrário a esta afirmação. Marcuse ao referir-se ao “Hegelianismo’ fascista”, esclarece: “O idealismo italiano, porém, só era hegeliano enquanto se limitava a expor a filosofia de Hegel. Spaventa e, sobretudo Croce, contribuíram essencialmente para nova compreensão do sistema de Hegel. A Lógica e a Estética de Croce foram tentativas de um genuíno renascimento do pensamento hegeliano. Em contraste, a exploração política em torno de Hegel abdicou dos interesses fundamentais da sua filosofia. Além disto, quanto mais para o fascismo se inclinava o idealismo italiano, mais se desviava ele do hegelianismo, mesmo no terreno da filosofia teórica. As obras filosóficas principais de Gentile são uma lógica e uma filosofia do espírito. Todavia ele escrevesse também uma Riforma della Dialettica hegeliana, em que proclamava o espírito a única realidade, sua filosofia, quando julgada pelo conteúdo, e não pela linguagem, nada tem a ver com Hegel”. HERBERT, Marcuse. *Razão e Revolução*, p. 363. Ver, também, LOMBARDI, Franco. *Crise do nosso tempo*, pp. 100- 1

¹⁸⁰ “Spaventa fué durante muchos años docente en la Universidad de Nápoles y tuvo como colega a un hegeliano de fama europea, Augusto Vera. Pero el uno ni siquiera advirtió la proximidad del outro; su estrutura intelectual era muy distinta: por una parte el jovem hegeliano que vivificava com su vida nueva y ardiente al pensamiento de Hegel; de la outra, el viejo hegeliano, recuerdo de un pasado glorioso, pleno de mítica adoración hacia su Hegel, al que llamada el Cristo de la filosofía y para quien la vida de todo un siglo no era nada, o era sólo una serie de erros de los cuales es necesario librarse. Aquí estamos todavía entre los epígnos; allá comienza una nueva filosofía”. RUGGIERO, G.. *A filosofia Contemporanea*, p. 305.

*consistência e seu significado no imutável palco do mundo em um teatro deserto. (...)*¹⁸¹

A segunda, é a dialética moderna, isto é, do pensar, a atividade do pensamento que pensa.

*Ao contrário, 'a dialética [...] do pensar não conhece mundo que seja, que seria um pensado; não supõe realidade para além do conhecimento e da qual caberia a ele se apossar; porque sabe, como demonstrou Kant, que tudo o que se pode pensar da realidade (pensável, os conceitos da experiência) pressupõe o próprio ato do pensar. E, por isso, vê nesse ato a raiz de tudo. De modo que tudo o que existe, existe em virtude do pensar, assim não é mais esforço póstumo e vão, que intervenha quando não há mais nada a fazer no mundo, mas sim é a própria cosmogonia. Na nova dialética, pois, a história do pensamento torna-se o processo do real e o processo do real não é mais concebível senão como a história do pensamento. O homem antigo sentia-se melancolicamente dividido da realidade e de Deus: o homem moderno sente Deus em si e celebra no poder do espírito a divindade do mundo.*¹⁸²

Embora, a seu ver, a dialética moderna fosse uma realização de Hegel, Gentile reconhece, nela, remanescentes da velha dialética, concluindo que ela ainda não alcançou sua perfeição. Em sua ótica, na distinção operada por Hegel entre a “filosofia da natureza e a filosofia do espírito na esfera da ciência pura”, a “lógica” a “natureza”, constitui momentos anteriores e preparatórios do espírito, mantendo-se aí a idéia de uma verdade definitiva. Ao chegar a esta constatação, afirma que a superação cabal da “dialética do pensado”, ainda presente em Hegel, consiste em torná-la um puro ato do pensar.¹⁸³ Sendo assim, sua crítica a Hegel está no fato de que o filósofo alemão pressupõe o ser como anterior ao pensamento. Em contraste, em sua ótica, o ser

¹⁸¹ GENTILE, G.. La riforma della dialética hegeliana e la rinascita dell'idealismo. In *Opere Filosofiche Antologia*: a cura di E. Garin, p. 324.

¹⁸² Idem., p. 325.

¹⁸³ Idem., p. 325-334.

é um produto do pensamento, ou melhor, tudo consiste no ato de pensar do eu, ou seja, “o pensamento em ato é o sujeito transcendental”. É no pensamento, que, como vimos acima, vive e age o espírito divino, que é ato puro e se manifesta no homem. “O pensamento é absoluta imanência,”¹⁸⁴ e como tudo é imanente no pensamento como ato, este só existe em ato.¹⁸⁵

O seu “atualismo”, desta forma, se caracteriza pela convicção de que nenhuma realidade é tal senão no ato em que é pensada como realidade, e de que todos os valores podem ser concebidos no pensamento, pois esse tem o domínio sobre todas as coisas. Nesta perspectiva Gentile visa modificar o princípio hegeliano do pensamento pensante, centrando-o em uma “personalidade que pensa”, isto é, visa substituir radicalmente o pensamento pensado com o pensamento em ato, ou seja, a dialética do pensado pela dialética moderna, isto é, a dialética do pensar.

Em seu texto, “*Gênese e estrutura da Sociedade*”, onde Gentile aponta como se dá a superação da oposição entre indivíduo e Estado, podemos descobrir os pontos de contato entre seu “atualismo” e a crítica ao liberalismo atomista, na medida em que, a partir do “atualismo”, que mostra a total supremacia da vontade e do pensamento sobre o dado (natureza), identifica o apogeu do Espírito “em ato” com o Estado, negando qualquer oposição entre instância universal encarnada no Estado e indivíduo.

Explicitando, o texto afirma que “*o indivíduo não é (...) um objeto do pensamento, mas um ser natural*”,¹⁸⁶ que supera sua naturalidade, e torna-se pensamento (espiritual), apenas reconhecendo-se no outro, como ser social. Neste sentido, o indivíduo, base da sociedade, a funda na medida em que se torna um membro consciente do organismo social: “não é a sociedade que contém o indivíduo, mas é ao contrário, o indivíduo que contém, ou melhor, que realiza-se no ato da autoconsciência, na sociedade”.¹⁸⁷

¹⁸⁴ Idem., p. 319.

¹⁸⁵ Idem., pp. 320 – 321.

¹⁸⁶ GENTILE, G. *Genesi e struttura della società*, P. 40

¹⁸⁷ Idem., P. 41.

A realização da essência social do indivíduo se faz pela eliminação de suas particularidades, universalizando-se no interior da relação com o outro, promovendo a unificação da estrutura social. Mas estrutura social, para Gentile, não é uma substância independente do Estado, pois a única sociedade possível é o Estado, lugar onde se realiza a integração dos indivíduos uns nos outros. Nas palavras de Cerroni, ao citar Gentile, “*o Estado não é inter homines, como aparece, mas in interiore homine: não é nada de material, mas uma realidade espiritual que é enquanto vale; e vale na consciência do cidadão. O qual não reconhece fora de si a sociedade; de que é parte, senão enquanto a instaura dentro de si mesmo, como parte da sua vida moral.*”¹⁸⁸ Continua: “*Visto nessa sua espiritual intimidade, o Estado é a nossa própria vontade, mas livre de sua natural particularidade e sujeita a uma lei que é a sua própria natureza espiritual; a uma lei que a determina universalmente, transformado-a em lei.*”¹⁸⁹

Diz Cerroni que, diante da situação em que se encontrava o Estado liberal, Gentile “quer, portanto, superar, na fundamentação do Estado transcendental, a grosseira particularidade da ‘societas inter homines,’ objetivando a unificação ética do indivíduo com o Estado”¹⁹⁰. Esta realização é exposta por Gentile sob a fórmula de Estado ético.

Em seu texto “*Fundamentos da filosofia do direito*”, Gentile, ao referir-se ao artigo “Direito e política”, escrito em 1930, enfatiza que o Estado converteu-se no único sujeito que cria e recria toda a realidade. O que aponta no texto é a redução da sua teoria do Estado do *inter homines* para o *in interiore homine*.

Todo o indivíduo atua politicamente, é um homem de Estado, e leva no coração o Estado, e é o Estado. Cada um a sua maneira, mas também todos concorrendo para um Estado comum, em virtude da universalidade que é

¹⁸⁸ CERRONI, U.. *Teoria política e socialismo*, p.203.

¹⁸⁹ Idem, p. 203.

¹⁹⁰ Idem, 203.

*própria de sua personalidade mesma [...]. Por isso o Estado não é inter homines, mas in interiore homine".*¹⁹¹

Na compreensão de Cerroni, o Estado de Gentile tornava-se a sublimação ética do indivíduo e o indivíduo a articulação concreta e viva do Estado.¹⁹² Sendo assim, o ponto de partida da filosofia política de Gentile é a dissolução do indivíduo no Estado, visando a superação das antinomias da moderna política, principalmente no que se refere à contraposição indivíduo–Estado, uma vez que o princípio do qual movia e se deduzia o Estado era o indivíduo.¹⁹³

Como vimos, Gentile, ao articular o indivíduo no Estado e vice-versa, realiza uma conexão com o seu “*atualismo*” filosófico, onde a política é a realização de uma vontade universal como vontade do Estado. O Estado é a vontade de um conjunto de indivíduos que se sente nação, e cuja atividade se expressa no Estado. “*Toda a substância do Estado se esgota na vontade com que o mesmo se realiza ou, melhor dito, em todo aquele complexo de ações que são a política do Estado*”.¹⁹⁴

Gentile, ao apontar os supostos limites do “idealismo” hegeliano, chega à supressão de qualquer “autonomia” do indivíduo em relação ao Estado, visto como fundamento exclusivo de sua vontade:

*O Estado é nós, e tudo que somos, e sentimos. Organiza uma lei fundamental de unidade para as pessoas (...) todos os defeitos do Estado não podem ser outra coisa diferente de nossos defeitos. (...) a pessoa que se rebelou contra o Estado, é egoísta pelo fato que ignora o bem, o bem de todo o mundo; é um autocrata em potencial.*¹⁹⁵

¹⁹¹ GENTILE, G.. *I fondamenti della filosofia del diritto*, p.129.

¹⁹² CERRONI, U.. Op. cit., p. 201.

¹⁹³ GENTILE, G.. *I fondamenti della filosofia del diritto*, p. 103.

¹⁹⁴ Idem .,p. 128

¹⁹⁵ GENTILE, G.. Per la scuola primaria di Stato. In: *Educazione e scuola laica*. P. 163

Com esta “operação filosófica”, Gentile não só atacava a política do governo liberal do pós-guerra, mas também os fundamentos do Estado liberal, resultado da soma dos interesses privados. Esvaziando a dimensão particular do indivíduo e construindo-o numa unidade “espiritual” total com o universal encarnado no Estado, Gentile mostrava as conexões entre seu “atualismo” e sua concepção de Estado ético, caracterizada por uma confiança no poder absoluto do “*pensamento*” e da “*vontade*” e pela convicção de que “nenhuma realidade é tal senão no ato em que é pensada como realidade”, sendo que todos os valores podem ser concebidos no pensamento, pois esse tem o domínio sobre todas as coisas. É esta total absorção do ser à lei do Espírito que acompanhou a construção do itinerário da filosofia política de Gentile para o fascismo, fundamentando-o pela concepção de um Estado que fosse uma criação permanente de uma vontade coletiva infinita, que nada tenha a limitá-la: uma verdadeira “divindade” todo poderosa.

Gentile, em seu livro “Origens e Doutrina do Fascismo”, acentuava quais eram as funções do “Estado ético” e suas origens. Especificamente no capítulo “A doutrina do Estado”, fundamenta a política fascista, que, a seu ver, “gira em torno do conceito do Estado nacional”.¹⁹⁶ Embora haja pontos de contato entre a doutrina nacionalista e o Estado proposto pelo fascismo, Gentile aponta para as diferenças entre ambos.

Ambas as doutrinas colocam o Estado como o fundamento de cada valor e direito dos indivíduos que deste fazem parte. O Estado, para um como para o outro, não é o resultado, mas o princípio. Mas o nacionalismo inverte a relação posta entre Estado e indivíduo pelo liberalismo individualista e pelo próprio socialismo; e, concebido o Estado como um princípio, compreende o indivíduo como um resultado, que tem no Estado o seu antecedente que o limita e o determina, suprimindo-lhe a liberdade, ou condenando-o sobre um terreno, no qual ele nasce, deve viver e deve morrer. Para o fascismo, ao

¹⁹⁶ GENTILE, G.. La dottrina dello Stato. In: *Origini e dottrina del fascismo*, p.44

*contrário, Estado e indivíduo são o mesmo, ou melhor são termos inseparáveis duma síntese necessária.*¹⁹⁷

O texto aponta para uma questão de extrema relevância, no que é pertinente à relação entre Estado e indivíduos: compreendida tal relação como uma síntese, na qual o Estado é o momento superior e a fonte da moralidade e da ação de cada um, Gentile reconhecia na política estatal fascista a realização do Estado ético, à medida que nessa política nada existia e tinha valor fora do Estado, negando assim a independência do indivíduo, base da concepção política liberal. Ao comentar Gentile esclarece Tannenbaum:

*O fascismo reafirma o Estado como a verdadeira realidade do indivíduo (...) para o fascismo tudo se encontra no Estado, e nada de humano e espiritual existe, e muito menos tem valor fora do Estado. Com este sentimento, o fascismo é totalitário, e o Estado fascista, que é a síntese e unidade de todos os valores, interpreta, desenvolve e desvela a potencialidade completa da vida e do povo em sua totalidade. Assim o Estado fascista é um Estado ético porque só ele cria possíveis realizações dos autênticos valores humanos. A nação como Estado é uma realidade ética que existe e vive enquanto se desenvolve.*¹⁹⁸

Gentile encontrava, no Estado ético e espiritual, a única alternativa e solução para as contradições do Estado contemporâneo.¹⁹⁹ Sendo assim, sua filosofia política se desdobra em um programa que visa capturar a tradição hegeliana, ou seja, as exigências de um Estado que não se contraponha aos indivíduos, mas que os integre em si acima de todos os interesses individuais e grupais. Gentile apropria-se de Hegel para negar o liberalismo clássico, que contrapunha o indivíduo no Estado, defendendo um “liberalismo” onde a liberdade era considerada do ponto de vista da inserção do indivíduo no Estado, ou melhor, onde o indivíduo se

¹⁹⁷ Idem., p. 44-45

¹⁹⁸ TANNENBAUM, *La experiencia fascista: Sociedad y cultura en Italia*, p. 109.

¹⁹⁹ Cf. Idem., pp. 103-109.

integrasse voluntariamente no Estado. Esta concepção era, também, é a de Mussolini, citado por Schilling:

O Estado, como o fascismo o encara e concretiza, é uma realidade espiritual e ética, pois incorpora a organização política, jurídica e econômica, e esta organização é, em seu nascimento e desenvolvimento, uma expressão do espírito. O Estado é fiador da segurança interna e externa, mas é também guardião e portador do espírito do povo, do modo em que se formou no curso dos séculos na língua, nos costumes e na crença. (...) É o Estado que, a partir da curta duração da vida individual, exprime a consciência imanente da Nação. É o Estado que incute nos cidadãos as virtudes cívicas, que lhes dá a consciência de sua missão, que os conduz à unidade. Equilibra os seus interesses na justiça. Transmite as conquistas obtidas nas artes, no direito, na comunidade humana. Eleva o homem até a mais alta expressão humana do poder. Transmite aos séculos os nomes daqueles que morreram por sua integridade ou por suas leis. Mostra como exemplo e indica como modelo para as próximas gerações os comandantes que o engrandeceram e os gênios que fizeram brilhar a sua glória.²⁰⁰

Sendo assim, o centro do pensamento político de Gentile era a liberdade do indivíduo e da comunidade na força e na vontade soberana do Estado. Consequentemente, a relação social suprema estava inteiramente fora do indivíduo, estava exaltada na encarnação duma hierarquia humana, que se tornava portadora dos valores éticos, curiosamente mesmo quando atua pela coerção. É esta autoridade “espiritual”, exercida com toda forma de “persuasão”, ou seja, pelo “sermão” ou pelo “cacete”, que liderará iniciativas contra “particulares” e organizações “parciais”, objetivando assim, o “restabelecimento” da sociedade em crise e a união “orgânica” entre o indivíduo e o Estado.

Resumindo, da fusão entre “atualismo” e filosofia política resulta uma negação da autonomia do indivíduo, tendo por finalidade a exaltação do Estado como fundamento prático

²⁰⁰ SCHILLING, Kurt. *História da Idéias sociais*, p 353

do indivíduo, através da fixação de valores morais, políticos, etc... via vários aparatos persuasivos e coercitivos, deixando fora qualquer possível antagonismo político.

Esta preocupação em obter o consenso também pela força era também de Mussolini, como pode ser constatado em sua declaração de 1923, onde afirma que queria governar, se fosse possível, com o maior consenso e cuidado. Porém, esperava que esse consenso se formasse, se alimentasse e se fortalecesse, com o maior acúmulo de forças disponíveis, podendo suceder, por ventura, que a força pudesse encontrar o consenso, e em todo caso, se faltasse o consenso, estaria a força.²⁰¹

Em outro texto, “*O Estado Fascista como Democrático*”,²⁰² Gentile irá afirmar ser o Estado uma criação espiritual, “*que se realiza no espírito e não é um pressuposto.*”²⁰³ Ao realizar-se no espírito é “democrático” porque atua na consciência e na vontade do indivíduo e não é uma força que se impõe do alto.²⁰⁴ Enfatiza, ainda, que o Estado “democrático” é “popular”, já que ele se forma e existe em todos os indivíduos, e portanto, sua formação está e atua na consciência da massa. Essa atuação, no fascismo, está presente em todas as suas instituições de propaganda, na educação e na “força”, que apontam para o ideário político e moral colocado em relevo pelo Duce, expressando o pensamento e o desejo da massa.²⁰⁵ Este Estado democrático emerge da inovadora reforma social que envolve todo o povo, instituindo o regime sindical corporativo, visando substituir o velho Estado liberal, que é baseado na exclusão política das massas.²⁰⁶

Desta forma, o Estado Ético Gentiliano não só supera os antagonismos que articulam o Estado liberal, mas integra as massas trabalhadoras à vida política e à cultura da

²⁰¹ MUSSOLINI, B. *Scritti e discorsi*. Vol II, pp. 81–82.

²⁰² GENTILE, G.. Stato Fascista come Stato Democratico. In: *Origini e Dottrina del Fascismo*, p. 48–49.

²⁰³ Idem., p. 48.

²⁰⁴ GENTILE, G.. Stato Fascista come Stato Democratico. In: *Origini e Dottrina del Fascismo*, p. 48.

²⁰⁵ Idem., p. 49.

²⁰⁶ BRESSO, Paola. II fascismo. In: *Politica e istituzioni in Italia dall'unità al fascismo*, p. 192.

nação.

No ensaio “*Trabalho e Cultura*” (1922), depois retomado com mais intensidade e vigor em “*Gênese e estrutura da sociedade*”, Gentile irá salientar, com efeito, a doutrina do humanismo no trabalho, apontando para²⁰⁷ uma síntese entre ciência e técnica. Dizendo:

*Ao humanismo da cultura, que foi desde logo uma etapa gloriosa na libertação do homem, sucede hoje e sucederá amanhã o humanismo do trabalho.*²⁰⁸

Este “novo” humanismo do trabalho, que estivesse em sintonia com essa nova realidade do mundo moderno, deveria ser realizado por um Estado corporativo, que integrasse os trabalhadores à construção da cultura nacional. Desta forma, Gentile legitimava, também, a grande reforma social que o fascismo estava realizando,²⁰⁹ que passava pela criação das corporações sindicais, tendo o trabalho como eixo central.

Esta reforma, foi efetuada em Bolonha em 24 de janeiro de 1922, com as seguintes características:

O trabalho é o resultado dos esforços voltados harmoniosamente a criar, aperfeiçoar, e aumentar o bem estar material, moral, espiritual do homem;

A nação entendida como síntese superior de todos os valores materiais e espirituais da estirpe esta acima dos indivíduos, e das categorias e das classe.

Os interesses e os indivíduos da categoria e das classes obtém legitimidade desde que sejam contidos no quadro do superior interesse nacional:

²⁰⁷ GENTILE, G.. *Genesi e struttura della società*, p 42.

²⁰⁸ *idem.*, 43.

²⁰⁹ Cf. GENTILE, G.. *Lo Stato corporativo*. In: *Origini e Dottrina del Fascismo*, pp. 51.

*A organização sindical, isto é, o instrumento de defesa e de conquista do trabalho contra todas as forças de parasitismo deve tender a desenvolver no organismo o sentido da consciente inserção da atividade sindical, na complicada rede da realização social, propagando a compreensão de que além da classe há uma Pátria e uma sociedade.*²¹⁰

Com este organismo sindical o Estado corporativo visava unir o indivíduo ao Estado, afim de efetuar o “humanismo do trabalho”, através de corporações profissionais responsáveis por fazer a ligação entre o interesse coletivo, encarnado no Estado ético, e os interesses de classes emergentes da nova situação social e econômica. Sendo assim, o trabalho era o passaporte do indivíduo para unir-se ao Estado.

Ao procurar fundamento filosófico para as reformas em curso no âmbito político e social, Gentile constrói um fio condutor que irá permitir a compreensão da relação entre a concepção filosófica de Estado ético e a política fascista. Tal relação já estava presente em 1914, quando, em sua conferência sobre “A filosofia da guerra”, Gentile apontava para a superação da vida empírica do povo no interior da existência perene e “divina” do Estado,²¹¹ considerando a guerra como “*um momento igual à realidade universal, uma concreta forma de vida, um drama... divino..., um esforço em que tudo é obrigado, ... um ato absoluto*”,²¹² onde realiza-se de forma plena a integração entre o indivíduo e o todo, entre o cidadão e o Estado: “*A guerra portanto é o nosso ato absoluto, o nosso dever supremo, o nosso único interesse.*”²¹³ Nesta integração, o indivíduo oferecia ao Estado sua vontade, sua vida e sua morte.²¹⁴ Gentile evidenciava que o Estado exprime o “espírito”, decidindo pela vida e pela morte, aclamando-o como o grande feitor de uma sociedade nacional e pacificada.

²¹⁰ Partido Nacional Fascista. *Le origini e lo svilvyppo del – Fascismo*. Dall’ intervento alla Marcia sv Roma, pp. 179–180.

²¹¹ apud. BORGHI, L.. *Educazione e autorità e autorità nell’Italia moderna*, p. 175-6.

²¹² idem., p. 176.

²¹³ Idem., p. 176.

²¹⁴ Idem., p. 176.

A partir de 1919, seu pensamento tornou-se , cada vez mais, uma justificativa ideológica da política estatal fascista. Após afirmar que a filosofia não tem outro objeto se não a história e a vida do Estado, e que “o encontro do Estado com a filosofia é encontro necessário com a natureza ética do Estado”,²¹⁵ Gentile critica o Estado liberal dizendo: “o Estado liberal não dirige o desenvolvimento material e espiritual da coletividade, mas se limita a registrar os seus resultados; no Estado fascista há uma consciência, uma vontade, sendo assim, chama-se ‘Estado Ético’.”²¹⁶

Em suas palavras:

*(...); o fascismo reafirma o Estado como realidade verdadeira do individuo. E se a liberdade deve ser atributo do homem real, e não aquele abstrato espantinho em que pensava o liberalismo individualista, o fascismo é pela liberdade.*²¹⁷

Gentile sustenta que essa concepção totalizadora do Estado fascista garantia a integração do homem no Estado,²¹⁸ construindo uma radical “solução” frente à tragédia anárquica que se encontrava na raiz do Estado liberal em decomposição.

Podemos dizer que o Estado ético, sob estes aspectos acima, figurava uma espécie de gerenciador da sociedade italiana em crise, apontando “soluções” para estancar o conflito. Na verdade essas “soluções” conservam as relações de trabalho e de propriedade da sociedade capitalista, garantidas pelo “Estado ético”, no qual o trabalhador entra enquanto unidade espiritual, encontrando sua “liberdade”,²¹⁹ no trabalho devotado à construção do Estado. Assim, esclarece Cerroni:

²¹⁵ GENTILE, G.. *Genesi e struttura della società*, p. 95.

²¹⁶ GENTILE, G.. *Fascismo*. In: *Enciclopedia Italiana*, Vol. XIV.

²¹⁷ *Idem.*, Vol. XIV.

²¹⁸ GENTILE, G.. *I fondamenti della filosofia del diritto*, p. 111.

²¹⁹ GENTILE, G.. *I fondamenti della filosofia del diritto*, pp. 131-132.

*O Estado gentiliano do trabalho reconhece a humanidade dos trabalhadores só na medida em que eles se 'depurem' da relação de sujeição à natureza (a que, nota-se, são forçados precisamente pela propriedade privada, que Gentile exalta!), espiritualizando-a, ou seja, referindo-a à suprema vontade do Estado ético dominado pela propriedade privada. Enquanto trabalhadores, devem libertar-se do seu particularismo e, quando tiverem-se elevado até à eticidade do Estado, terão perdido a sua característica específica de trabalhadores, embora continuando o seu trabalho.*²²⁰

Como vimos, a adesão de Gentile aos ideais fascistas passa por sua crítica ao Estado liberal. Essa crítica ao liberalismo clássico está ligada à peculiaridade de sua interpretação da natureza e significado do liberalismo moderno, o qual tinha, para ele, duas idéias matrizes. Uma, a visão individualista, racionalista e materialista vinda do século XVIII, que se fundamenta na filosofia iluminista; a outra, formada na Itália e na Alemanha. A primeira se baseava sobre o princípio do homem como indivíduo particular, reconhecendo seus direitos naturais de indivíduo à igualdade e à liberdade. A segunda, que Gentile chamava de verdadeiro "liberalismo", considerava legítima só a liberdade que atua no espírito universal, esta liberdade que não pertence ao indivíduo como particular, mas é organizada pelo e no Estado.

²²⁰ CERRONI, Op. cit., p. 207-8.

3. 2. *Notas sobre o Pensamento político de Hegel e de Fichte*

As raízes do pensamento político de Gentile na vertente liberal alemã podem ser examinadas na apropriação que ele faz de dois pensadores fundamentais na construção da concepção moderna do Estado: Hegel e Fichte. Para entendermos melhor os caminhos que percorre Gentile abrimos uma referência extremamente sumária a alguns aspectos das idéias desses autores sobre o Estado Moderno, emersas no contexto histórico político de formação da nação alemã. Essa referência será baseada em alguns comentadores, tais como Marcuse, Losurdo e Bobbio, entendendo serem relevantes para o nosso propósito.

Segundo Marcuse²²¹, a construção do Estado Moderno no pensamento de Hegel está inerentemente ligada à emergência da sociedade moderna, particularmente, à Revolução Francesa e ao fim do período napoleônico, quando ocorre a eliminação da maioria dos vestígios do feudalismo na Alemanha, para a qual Hegel defendia uma nova forma de organização social erguida sobre o princípio da razão. Para ele, no mundo moderno o indivíduo particular se emancipa, toma consciência de si e se universaliza²²² no interior de uma ordem jurídica fundada sobre a sua autonomia racional, onde a liberdade supera a forma individualista que resulta em uma competitividade destrutiva. Assim, Hegel vê no Estado a única instância capaz de unificar a sociedade e proporcionar sua liberdade concreta, pois ele (Estado) é um todo que subsiste na e através da mais extrema atomização das partes, reconciliando os interesses conflitantes dos membros da sociedade.

Tendo em vista que os conflitos insolúveis entre os interesses particulares são a base da sociedade moderna, a constatação de Hegel, segundo Marcuse, é que os mecanismos dessa sociedade não produzem interesse comum, isto é, que o universal está em oposição ao particular, vendo no Estado a possibilidade de reconciliação entre interesse particular e “bem comum”. Esclarece Marcuse: “...ao elevar o Estado acima da sociedade, Hegel seguia o mesmo modelo: dava ao Estado o papel principal, porque via os efeitos inevitáveis dos antagonismos

²²¹ MARCUSE, H. *Razão e Revolução*, pp.159 –204.

²²² *Idem.*, p. 160

dentro da sociedade moderna. Os interesses individuais em competição eram incapazes de gerar um sistema que pudesse garantir a continuidade do todo, e sendo assim, a eles se deveria sobrepor uma autoridade que não pudesse ser discutida. As relações do governo com o povo foram retiradas da esfera do contrato e transformadas em 'uma unidade substancial original'. O indivíduo arca basicamente com a relação de dever para com o Estado, e seu direito está a isto subordinado. O Estado soberano toma a forma de um Estado disciplinador".²²³

Para Losurdo, também, o ponto de partida de Hegel é o nascimento do mundo moderno, que está marcado pela separação entre o direito público e o direito privado, analisada na “Filosofia do Direito”, onde, na compreensão de Losurdo, Hegel irá ocupar-se com o “conceito de direito e de sua realização,”²²⁴ em contrapartida ao funcionamento da sociedade feudal.

Do ponto de vista de Hegel, o nascimento do mundo moderno é marcado pela progressiva separação entre a esfera do direito público e a esfera do direito privado'(e, neste sentido, pela progressiva restrição do âmbito de aplicação e de validade do instituto do contrato).

Eis de que modo a Filosofia da história descreve o funcionamento da sociedade feudal: no seu âmago existe uma espécie de contrato entre vassalo e feudatário, com os dois contraentes prometendo e trocando, um, obediência e fidelidade, e o outro, proteção e segurança. Nesse estágio de desenvolvimento da sociedade está ausente uma organização objetiva do direito para a manutenção da ordem e a administração da justiça; não existem, propriamente, cargos públicos. E eis no mundo moderno a primeira e fundamental restrição da esfera do contrato: as obrigações' legais e a

²²³ *idem.*, pp. 163-164

²²⁴ LOSURDO, Domenico. *Hegel e la libertà dei moderni*, p. 42.

*proteção da lei têm um caráter universal, não são objeto de troca no âmbito de um contrato entre particulares”.*²²⁵

Na análise de Losurdo, a “*Filosofia do Direito*” deve ser entendida no contexto da situação da Alemanha, visando criticar a ação dos príncipes alemães nos assuntos públicos, estatais e constitucionais.²²⁶ Sendo assim, a discussão de Hegel, no que se refere à liberdade política, centra-se na condição de sua realização, subordinada à supressão dos privilégios dos príncipes e da aristocracia, e à construção de uma nova forma de Estado, síntese entre a cidade ética antiga e o Estado moderno.²²⁷ Na interpretação de Losurdo, o Estado hegeliano não só retém em si os aspectos fundamentais do Estado moderno, onde é constitutiva a garantia dos direitos individuais, mas também, supera seus fundamentos individualistas, assumindo para si a defesa dos direitos sociais e do “bem público”.

*O Estado se constitui como comunidade ética na medida em que não se preocupa apenas com a segurança da propriedade, mas também, (...) com a garantia da sustentação, do “bem estar” dos indivíduos, do “direito do trabalho” e mesmo do “direito à vida”, na medida em que reconhece cada cidadão como titular de direitos inalienáveis,” (...).*²²⁸

Hegel resgata a dimensão ética da liberdade, pela qual o indivíduo membro do Estado se submete voluntariamente e racionalmente à lei que encarna o bem comum. No contexto indicado acima por Losurdo, a “*Filosofia do Direito*” aponta para a liberdade moderna do indivíduo no Estado, sendo que esse Estado deveria estar centrado na idéia moral objetiva, como esclarece o próprio Hegel:

²²⁵ Idem., p. 100.

²²⁶ Idem., pp.50- 51.

²²⁷ Idem., p 51.

²²⁸ idem., 106.

O Estado é a realidade em ato da Idéia moral objetiva, o espírito como vontade substancial revelada, clara para si mesma, que se conhece e se pensa, e realiza o que sabe e porque sabe.

No costume tem o Estado a sua existência imediata, na consciência de si, no saber e na atividade do indivíduo, tem a sua existência mediata, enquanto o indivíduo obtém a sua liberdade substancial ligando-se ao Estado como à sua essência, como ao fim e ao produto da sua atividade.²²⁹

Nesta ótica, Hegel advoga uma forma de organização onde o maior dever dos indivíduos é o de ser membro do Estado, em oposição àquelas onde as relações políticas ganham a forma do direito privado e não do público, isto é, onde a coisa pública é tratada como se fosse a propriedade daqueles que detêm o poder econômico e político, não constituindo, propriamente falando, um Estado. Para Hegel o Estado, nessa conjuntura, deveria ser uma realidade em ato de vontade substancial.

O Estado, como realidade em ato da vontade substancial, realidade que esta adquire na consciência particular de si universalizada, é o racional em si e para si: esta unidade substancial é um fim próprio absoluto, imóvel, nele a liberdade obtém o seu valor supremo, e assim este último fim possui um direito soberano perante os indivíduos que em serem membros do Estado têm o seu mais elevado dever.²³⁰

Nesse sentido, o Estado é o lugar em que se concretiza a natureza ética, na medida que não é apenas o guardião da sociedade civil, como na concepção liberal, mas se constrói sobre a adesão consciente de cada membro ao universal.

Quando se confunde o Estado com a sociedade civil, destinando-o à segurança e proteção da propriedade e da liberdade pessoais, o interesse dos

²²⁹ HEGEL, *Princípios da Filosofia do direito*, § 257.

²³⁰ *Idem.*, § 258.

indivíduos enquanto tais é o fim supremo para que se reúnem, do que resulta ser facultativo ser membro de um Estado. Ora, é muito diferente a sua relação com o indivíduo. Se o Estado é o espírito objetivo, então só como membro é que o indivíduo tem objetividade, verdade e moralidade. A associação como tal é o verdadeiro conteúdo e o verdadeiro fim, e o destino dos indivíduos está em participarem numa vida coletiva; quaisquer outras satisfações, atividades e modalidades de comportamento têm o seu ponto de partida e o seu resultado neste ato substancial e universal. Considerada abstratamente, a racionalidade consiste essencialmente na íntima unidade do universal e do indivíduo e, quanto ao conteúdo no caso concreto de que aqui se trata, na unidade entre a liberdade objetiva, isto é, entre a vontade substancial e a liberdade.²³¹

Por isso, para Hegel, o Estado era a instância essencial para a salvaguarda da unidade social, e da liberdade individual, unificando os indivíduos em si e para si, proporcionando a “liberdade concreta”, preservando os direitos da pessoa e da propriedade nos sistemas da família e da sociedade civil.

É o Estado a realidade em ato da liberdade concreta. Ora, a liberdade concreta consiste em a individualidade pessoal, com os seus particulares, de tal modo possuir o seu pleno desenvolvimento e o reconhecimento dos seus direitos para si (nos sistemas de família e da sociedade civil) que, em parte, se integram por si mesmos no interesse universal e, em parte, consciente e voluntariamente se reconhecem como seu particular espírito substancial e para ele agem como seu último fim. Daí provém que nem o universal tem valor e é realizado sem o interesse, a consciência e a vontade particulares, nem os indivíduos vivem como pessoas privadas unicamente orientadas pelo seu interesse e sem relação com a vontade universal; deste fim são conscientes em sua atividade individual. O princípio dos Estados modernos tem esta imensa força e profundidade: permitirem que o espírito da

²³¹ *Idem.*, § 258

*subjetividade chegue até a extrema autonomia da particularidade pessoal ao mesmo tempo que o reconduz à unidade substancial, assim mantendo esta unidade no seu próprio princípio.*²³²

Nesse sentido, Hegel afirma que a base do Estado está na “vontade universal” e não no contrato tal como é concebido pelos contratualistas.²³³

*No exame deste conceito, teve Rousseau o mérito de estabelecer, como fundamento do Estado, um princípio que, não só na sua forma (como, por exemplo, o instinto social, a autoridade divina) mas também no seu conteúdo, pertence ao pensamento, é, até, o pensamento, pois é a vontade. Mas ao conceber a vontade apenas na forma definida da vontade individual (o que mais tarde Fichte também faz), e a vontade geral não como o racional em si e para si da vontade que resulta das vontades individuais quando conscientes, a associação dos indivíduos no Estado torna-se um contrato, cujo fundamento é, então, a vontade arbitrária, a opinião e uma adesão expressa e facultativa dos indivíduos, de onde resultam as conseqüências puramente conceituais que destroem aquele- divino que em si e para si existe das absolutas autoridades e majestades do Estado.*²³⁴

Se Losurdo acentua, na concepção hegeliana de Estado, o aspecto progressista de superação dos fundamentos individualistas da concepção liberal clássica, por outro lado, Bobbio acentua seu caráter autoritário e organicista, mostrando a profunda diferença entre o ideal hegeliano de Estado e o constitucionalismo moderno. Com efeito, em sua interpretação, Hegel confronta o conceito de Estado à realidade histórico-política alemã, mostrando que as determinações propriamente estatais estão ausentes da sua Constituição. Segundo Bobbio, para Hegel, “a Constituição não é uma lei ou um conjunto de normas jurídicas, com a linguagem da teoria jurídica moderna, diríamos que Hegel tem uma concepção “institucional” da Constituição.

²³² Idem, .§ 260

²³³ Cf. LOSURDO, Domenico, Op. Cit., p. 71

²³⁴ Hegel, § 258.

Da concepção da Constituição como lei suprema deriva a teoria política do constitucionalismo: não há nada mais alheio ao pensamento político de Hegel do que o ideal do constitucionalismo, isto é, do Estado limitado pelo direito ou, em outros termos, do Estado fundado na rule of law, no sentido anglo-saxão da expressão".²³⁵

Desta forma, a Constituição, no pensamento de Hegel, estaria relacionada com a concepção orgânica do Estado, em contrapartida à teoria atomista dos jusnaturalistas. Para Hegel, o Estado seria uma união e não uma associação, um organismo vivo e não um produto artificial, uma totalidade e não um agregado, um todo superior e anterior a suas partes, e não uma soma de partes independentes entre si. Assim sendo a Constituição estaria aí definida como "organização do Estado".²³⁶

A constituição política é, em primeiro lugar, a organização do Estado e o processo da sua vida orgânica em relação consigo mesmo. Nesse processo distingue o Estado os seus elementos no interior de si mesmo e os desenvolve em existência fixa.

*Em segundo lugar, o Estado é enquanto individualidade, uma unidade exclusiva que tem, por conseguinte, um procedimento em relação a outros. Volta para o exterior o seu organismo diferenciado e nesta determinação situa no interior de si mesmo os seus termos diferenciados na idealidade que lhes é própria.*²³⁷

Nesta ótica, a constituição é considerada por Hegel como um substrato histórico, ou seja, historicamente determinado, sobre o qual surge um Estado, encarnação de um povo, jamais de um conjunto disperso de indivíduos, mas uma "totalidade ética". Em outras palavras, a Constituição seria a estrutura através da qual um povo se torna Estado. O que caracteriza a Constituição assim entendida é a distribuição das partes no todo, ou seja, a

²³⁵ BOBBIO, Norberto. *Estudos sobre Hegel*, p. 97

²³⁶ *idem*, p. 98.

²³⁷ HEGEL, *Princípios da Filosofia do direito*, § 271.

atribuição às várias partes de uma função específica na busca do fim coletivo. Portanto, a Constituição, como organização do todo, é a forma específica em que as várias partes que compõem um povo são chamadas a cooperar, ainda que desigualmente, para um único fim, que é o fim superior do Estado, diferente do fim dos indivíduos singulares.²³⁸ Nas palavras de Roberto Romano “*Hegel definiu o Estado como `organismo, isto é, desenvolvimento da idéia segundo o processo de diferenciação de seus diversos momentos`”*.²³⁹

Estas diferentes interpretações da natureza “ética” do Estado hegeliano tem em comum o reconhecimento que há nele a crítica tanto do contrato de vassalagem vindo do feudalismo, quanto da concepção contratualista do liberalismo moderno, opondo-lhe uma organização política onde a liberdade do indivíduo, ou seja, a livre posse de sua pessoa e de seus bens se reconciliam com os fins gerais.

A semelhança de Hegel, Johann Gottlieb Fichte (1762–1814), também, apontava, em uma primeira fase de seu pensamento, para a realização da liberdade e da igualdade no Estado, concebendo-as como “direitos naturais”.

Em seu texto, “*Fundamentos do Direito Natural*”, Fichte frizava que, embora tais direitos estivessem fundados na natureza, não assumiam nenhum significado efetivo, enquanto tais, porque o homem é realmente titular dos direitos somente quando vive em comunidade com os outros.²⁴⁰

Sendo parte de uma comunidade, o homem limita sua liberdade com o reconhecimento da liberdade do outro, para que todos possam exercê-la igualmente. Assim nasce o direito positivo. Esse era fundamental para viabilizar a cada homem a liberdade que fosse concretamente possível numa sociedade.

²³⁸ Ver BOBBIO, Norberto. *Estudos sobre Hegel*, pp. 99ss

²³⁹ ROMANO, Roberto. *Corpo e Cristal: Marx Romântico*, p. 116.

²⁴⁰ FICHTE, Johann Gottlieb. (Org. Nicolao Merker). *Lo Stato di tutto il popolo*, p. 38-43

Tal liberdade concreta seria garantida por um livre contrato,²⁴¹ que atribuisse ao Estado funções de legislação, de justiça, de governo, e de administração, possibilitando a cada um a liberdade da pessoa e da propriedade. Nesse sentido, o Estado seria uma instituição que deveria zelar pela segurança e liberdade externa de seus membros, mediante o emprego da força, garantindo os corpos e as vidas, a propriedade e o direito ao trabalho. Sendo assim, o Estado nasce de um contrato social, do consenso das vontades individuais. Para além, destas funções de “policia” da propriedade, deveria, também, cuidar para que não existisse miséria nem ociosidade, nem que para isso tivesse que limitar o direito, e até mesmo, se necessário fosse, a liberdade dos negócios, do comércio.²⁴²

Essas concepções, acima, resumidas do texto, “*Fundamentos do direito natural*”, nos remetem fundamentalmente a uma concepção liberal de Estado embora apontem, também, para a necessidade de um Estado forte, capaz de delimitar os direitos individuais em prol do interesse geral.

Mais tarde (1813) nos “*Discursos à Nação Alemã*” e “*A Teoria do Estado*”, onde Fichte respondia a situações novas, com a derrota prussiana após Iena, a concepção liberal cede lugar ao ideário de um Estado fortemente intervencionista, voltado a criar uma cultura e uma educação nacional.

Objetivando mostrar que todas as condições haviam sido reunidas para assegurar ao povo alemão o renascimento e a grandeza a que fazia jus, com a única condição de que se proporcionasse uma educação capaz de formar-lhe o conveniente caráter,²⁴³ Fichte critica a velha educação, por ter atingido apenas uma parte do homem, ou seja, sua memória, sua imaginação, sua inteligência, mas jamais a vontade profunda.

A educação antiga só guiou a criança pela esperança ou pelo receio de resultados materiais. Numa palavra, nunca foi, nem podia ser, “a arte de

²⁴¹ Idem. Pp. 194 – 198.

²⁴² Idem. , pp. 224–275.

²⁴³ CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*, pp. 230–231.

formar homens". Em especial, porque só era concedida a uma ínfima minoria, por isso mesmo chamada de classes cultas.²⁴⁴

A nova educação, ao contrário, deveria estender-se a todos, sem exceção, de sorte que a cultura não fosse patrimônio de uma classe privilegiada, mas de toda a nação. Por essa educação, cada um seria conduzido ao bem pela adesão interior, suprimindo todas as diferenças que poderiam resultar dos diferentes graus de cultura. Seria a educação nacional e universal.²⁴⁵

A educação nova, ao contrário, dirige-se-á à grande maioria, ao povo. Educação não "popular", mas "nacional". Será a arte de formar homens. Penetrará até à raiz real da vida psíquica e física. Fará da cultura não um bem qualquer, exterior ao homem, mas um elemento constitutivo do próprio homem. Desenvolverá verdadeiramente no aluno a atividade do espírito criador, ao mesmo tempo que as aptidões corporais e a destreza para os trabalhos manuais. Nele criará uma vontade em que se poderá ter a mais tranqüila confiança: ele se comprazerá na verdade e no bem, considerados em si mesmos. Dar-lhe-á o verdadeiro sentido religioso, ensinando-o a "considerar e respeitar sua própria vida, e "qualquer outra vida espiritual, como um eterno anel na cadeia da revelação da vida divina". E todas estas noções, religiosas, morais, intelectuais, longe de permanecerem "frias e mortas", haverão de achar, a cada instante, sua expressão na vida real do aluno. Cada um dos seus conhecimentos se tornará vivo, desde que a vida "o requeira".²⁴⁶

Com essa preocupação, o filósofo aduz, nos "*Discursos*", os princípios gerais, filosóficos e antropológicos, da educação nova, em contra posição à educação antiga. Dizia:

²⁴⁴ Apud. CHEVALLIER, Jean-Jacques. p. 232.

²⁴⁵ FICHTE.. *Lo Stato di tutto il popolo*, PP. 296-297.

²⁴⁶ Apud. CHEVALLIER, Jean-Jacques. p. 232.

O meio indicado era uma educação nacional dos alemães, totalmente nova, e que até agora jamais existiu em qualquer outra nação. Veja-se, então como essa nova educação já foi caracterizada no discurso para diferenciá-la da educação usualmente praticada até o presente: dizíamos que esta última nada mais fazia além de exortar à boa ordem e à moralidade, mas que tais exortações permaneciam estéreis na vida efetiva, que se formou segundo princípios totalmente diferentes, completamente inacessíveis a esta educação; e que, por oposição a esta última, a nova educação deveria poder formar e determinar por meio de regras, de modo seguro e infalível, os movimentos e sentimentos vitais efetivos de seus alunos²⁴⁷

Segundo Fichte, a nova educação deveria ser voltada à criação de uma nova nação alemã, sendo que a execução desse plano caberia ao Estado²⁴⁸, que deveria colher as crianças nas famílias, até mesmo pela violência, para fazer delas cidadãos.

Quem, pois, senão o Estado, pode por em prática tal novo plano de educação(...) O Estado, porque os pais resistirão e será preciso exercer certa violência, ao menos para educar a primeira geração: depois, tendo a nova educação produzido os seus primeiros frutos, não mais haverá resistência. O Estado, porque se precisará de imensos recursos para enfrentar imensas despesas. Mas pode existir mais vantajoso investimento? O Estado lucrará gerações formadas no amor da coletividade, no labor, na disciplina moral; recuperará suas despesas iniciais ",ao cêntuplo".²⁴⁹

Em seus “*Discursos*” posteriores detalha as medidas necessária para que o Estado assuma e organize essa nova função que é sua.²⁵⁰ O décimo quarto²⁵¹ e último

²⁴⁷ Discurso à Nação Alemã. In: VINCENTI, Luc. *Educação e liberdade: Kant e Fichte*, p. 102

²⁴⁸ Ver: FICHTE, Johann Gottlieb. (cura di Nicola Merker). *Lo Stato di tutto il popolo*, pp. 300 – 304.

²⁴⁹ Apud CHEVALLIER, Op. cit., p 233

²⁵⁰ FICHTE, Johann Gottlieb, *Los caracteres de la edad contemporánea*, pp.151 – 172.

²⁵¹ Idem., pp.173 – 181.

“*Discurso*”²⁵² mais não faz senão resumir a doutrina do Estado e o apelo apaixonado ao povo alemão para que a torne efetiva essa nova realidade estatal.

Este brevíssimo e resumido comentário sobre alguns aspectos da filosofia política de Hegel e de Fichte, remete-nos à seguinte indagação: *o que é o Estado ético para Gentile?*, como este está relacionado com Hegel e Fichte? Nas palavras de Buci-Glucksmann: o Estado ético gentiliano é “*Nada mais que o alicerce do Estado fascista, essa criação inteiramente espiritual, verdadeira antítese da concepção socialista e da concepção liberal.*”²⁵³ Com efeito, Gentile, ao delimitar suas diferenças em relação à concepção de Estado liberal, e ao apontar para o Estado enquanto meio ético de realizar a liberdade do indivíduo, o reafirma como a verdadeira realidade do indivíduo, isto é, tudo se encontra no Estado, e nada de humano ou espiritual tem valor fora do Estado. Neste sentido, o Estado ético fascista é totalitário, pois interpreta, desenvolve e atribui manifestações completas à vida do povo em sua totalidade. Reassume todas as formas de vida moral e espiritual do homem. É a forma e a norma interior, e a disciplina de todas as pessoas; penetra na vontade como na inteligência. Inspiração central da humana personalidade vivente na comunidade civil, desce no profundo e se acolhe no coração do homem de ação como do de pensamento, do artista como do cientista: *anima dell’anima.*²⁵⁴

*O Estado está dentro de nós mesmos: vive e deve viver e crescer grandemente e eleva-se sempre em dignidade e consciência de si e dos outros seus deveres e dos grandes fins ao qual é chamado, na nossa vontade, no nosso pensamento, na nossa posição. Se desenvolve o indivíduo, e se desenvolve o Estado; se consolida e caracteriza o indivíduo, e dentro disso se consolida a estrutura, a força e a eficiência do Estado.*²⁵⁵

Diante desse quadro, podemos hipotizar, à luz dos comentadores de Hegel, aqui

²⁵² Idem., pp. 205 – 216.

²⁵³ BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. Op. cit. p. 345.

²⁵⁴ GENTILE, G.. Fascismo. in: *Enciclopédia Italiana*. Vol. XIV.

²⁵⁵ GENTILE, G.. La dottrina dello Stato. In: *Origini e dottrina del fascismo*, p. 47.

selecionados, que o Estado Ético de Gentile não pode ser totalmente identificado ao de Hegel. Segundo Marcuse, o Estado hegeliano assumia, diante dos antagonismos sociais oriundos da emergência da sociedade moderna, um papel de reconciliador dos interesses conflitantes dos membros da sociedade.

No que se refere à apropriação que Gentile faz de Hegel, Marcuse indica que a filosofia hegeliana, na Itália, teve um papel importante ²⁵⁶ no movimento de unificação nacional, no fortalecimento da economia e do Estado nacionalistas, contra os “*competidores imperialistas*”. ²⁵⁷ “*O fato de que a ideologia do jovem Estado nacional tivesse buscado o apoio da filosofia hegeliana pode ser explicado pelo desenvolvimento histórico particular da Itália*” ²⁵⁸ (...), acrescenta que “*o idealismo italiano, só era hegeliano enquanto se limitava a expor a filosofia de Hegel. E mais, “Em contraste, a exploração política em torno de Hegel, abdicou dos interesses fundamentais da sua filosofia. Além disto, quanto mais o fascismo se inclinava o idealismo italiano, mais se afastava hegelianismo, mesmo no terreno da filosofia teórica.*” ²⁵⁹ Analisando a “Reforma da Dialética Hegeliana” Marcuse conclui que o “atualismo” gentiliano,

²⁵⁶ Ao citar Sergio Panuncio, teórico oficial do fascismo, Marcuse afirma, que está posição era uma posição, ideológica contra a fraqueza do liberalismo italiano. Sergio Panuncio (...) mostrara que desde Mazzini a filosofia política italiana fora predominantemente antiliberal e antiindividualista. Esta filosofia encontrara em Hegel uma demonstração do Estado com ela compatível, na consideração daquele como uma substância independente, existindo vis-à-vis dos mesquinhos interesses da classe média. Panuncio endossa a distinção hegeliana entre Estado e sociedade civil e com ela as observações sobre a corporação, dizendo que “tinham razão aqueles autores que relacionavam, tantos aspectos do Estado fascista com o Estado orgânico de Hegel”. *idem.*, pp.362-363.

²⁵⁷ MARCUSE, H. *Op. cit.* Pp.362.

²⁵⁸ Na sua primeira fase, o nacionalismo italiano teve de lutar contra a Igreja católica que considerava as aspirações italianas lesivas aos interesses do Vaticano. As tendências protestantes do idealismo alemão forneciam armas suficientes para a justificação de uma autoridade secular na luta com a Igreja. Além disso, o ingresso da Itália entre as potências imperialistas criara uma economia nacional extremamente atrasada e uma classe média dividida em numerosos grupos competitivos dificilmente capaz de enfrentar os crescentes antagonismos que acompanhariam sua adaptação à moderna expansão industrial. (...) O estado teria de afirmar seu interesse imperialista contra a oposição constante da classe média. Portanto, ele teria ainda de instituir o que outros estados nacionais já haviam realizado: uma burocracia eficiente, uma administração centralizada, uma indústria socializada, e uma preparação militar completa contra o inimigo externo e interno. Este papel positivo do Estado fez o neo-idealismo inclinar-se para a posição hegeliana”. *Idem.*, p.362.

²⁵⁹ *idem.*, p. 363.

quando julgado pelo conteúdo e não pela linguagem, nada tem a ver com a dialética hegeliana.²⁶⁰

As obras de Gentile e aos pronunciamentos posteriores da filosofia fascista se aplica uma importante verdade nenhum dos dois pode ser tratado em nível filosófico. A compreensão e o conhecimento fazem parte do curso da prática política, não por motivos racionais, mas porque nenhuma verdade é reconhecida fora da prática. Não mais se declara que a filosofia deva sustentar sua verdade em oposição a uma prática social falsa, nem se admite que a filosofia concorde com tal prática apenas se esta estiver dirigida para a realização da razão. Gentile proclamou que a prática, não importando que forma ela pudesse assumir, era a verdade como tal. Segundo ele, a única realidade é o, ato do pensamento. Nega-se qualquer aceitação de um mundo natural e histórico separado e exterior a este ato. O objeto é, pois, "dissolvido" no sujeito, e qualquer oposição entre pensar e fazer, ou entre o espírito e a realidade, se torna sem sentido. Porque, o pensar (que é "fazer", ação real) é, ipso facto, a verdade.²⁶¹

Em outras palavras, ao frisar que o atualismo dissolve toda a tensão entre “verdade e fato”, entre “pensamento e realidade”, o frankfurtiano identifica uma oposição frontal entre aquele e o idealismo hegeliano já que Gentile afirma a identidade absoluta entre os dois termos dissolvendo assim todo poder crítico e negativo da razão em relação aos fatos e tornando o pensamento mero legitimador da vontade em ato de fato.

Já Bobbio, embora acentue o caráter autoritário e organicista do Estado hegeliano e de sua concepção de constituição, reconhece que a sociedade civil e a família constituem instâncias autônomas, mantendo sua independência na articulação com o Estado. Ao contrario, Gentile suprime estas instâncias e as absorve no Estado. Sendo assim, na compreensão de Bobbio, a apropriação que Gentile faz de Hegel resulta na construção de um “Estado” entendido como único Sujeito que cria e recria em seu âmago toda a realidade e como única

²⁶⁰ idem., p. 363.

²⁶¹ Idem., p.363.

forma de autoconsciência, repudiando todas as distinções entre Estado e família e entre Estado e sociedade civil, e, portanto, toda e qualquer pluralidade de princípios e direitos individuais. “A força de unificar, de simplificar, de reduzir ao único Estado, toda a determinação histórica, fornece um lastro filosófico à fórmula de Mussolini: *‘Todo é no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado’*.”²⁶²

Enfim, a interpretação em chave nitidamente progressista de Losurdo identifica no Estado hegeliano um alargamento dos direitos do liberalismo. Desta forma, nada mais indevido, dessa interpretação, do que uma apropriação da filosofia política de Hegel - ao ver de Losurdo matriz principal do ideário socialista do século XIX -, para justificar o Estado fascista.

Apesar de Gentile fazer derivar explicitamente sua noção de Estado ético do pensamento do Hegel, sua concepção parece mais próxima das idéias de Fichte, pensador que também teve forte influência na formação do neo-idealismo italiano. Considerando o caráter extremamente incipiente de nossa abordagem dos textos de Fichte, finalizamos lançando algumas hipóteses gerais em torno de uma possível aproximação a serem confirmadas em estudos posteriores.

Nos *“Discursos à Nação Alemã* e em *“A teoria do Estado”* identificamos um nacionalismo exacerbado, centrado no Estado e na educação. O Estado, em sua concepção, configura-se como um querer executante, em que se objetiva a unificação e organização de todas as “partes” da sociedade, com vistas ao crescimento da nação. No interior deste Estado, a nova educação, fator primordial de articulação dos membros, deveria se dirigir a todos, sem distinção de classe, teria como fim atingir o âmago da vontade, conduzido-a para adesão voluntária aos interesses da grande nação alemã.

Como vimos, o Estado preconizado por Gentile teria como objetivo superar os antagonismos que caracterizam o Estado liberal, integrando o “povo” à vida política e à cultura da nação, tornando-se a única “realidade verdadeira” do indivíduo. Para ele também, a construção da grande nação italiana, dependia de uma organização que englobasse todos e que tivesse entre

²⁶² BOBBIO, Norberto. *Perfil Ideológico del'900*, p. 160.

seus primeiros fins a criação de uma vontade coletiva, idêntica ao poder estatal.

Pelo que podemos constatar na leitura dos “princípios da Filosofia do Direito” e dos intérpretes selecionados, em nenhum momento o Estado orgânico de Hegel chega à dissolução cabal da existência da família e da sociedade civil, integrando em si o pluralismo de direitos e princípios de origem liberal. Além disso, a construção deste Estado funda-se numa adesão racional de cada indivíduo a uma lei universal, expressa na constituição. Por outro lado, o Estado gentiliano, como o dos “Discursos” de Fichte parece estar construindo seu caráter orgânico sobre a destruição dos valores individuais e políticos próprios ao liberalismo, unificando-se em torno do ideário da vontade coletiva do “povo”, construída pelo reconhecimento de sua identidade cultural e nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos este trabalho, tínhamos como preocupação central compreender melhor o sentido da reforma educacional proposta por Giovanni Gentile nos primórdios do regime fascista, seja a partir do contexto histórico em que ela foi formulada, seja no interior das concepções políticas e pedagógicas que a embasaram.

Ao longo do trabalho, procuramos, em primeiro lugar, abordar alguns aspectos da crise econômica, social e política que se alastrou pela Europa após a Primeira Guerra Mundial, focalizando a ascensão do fascismo na Itália. O sumário levantamento histórico dos rumos da política italiana no imediato pós-guerra nos mostrou que os governos liberais tentaram manter-se em pé dentro da situação de crise, ampliando suas alianças partidárias e mudando as diretrizes da política econômica, sem obter resultados concretos. O movimento fascista, emerso no bojo da crise, se fortaleceu à medida que tanto os partidos tradicionais quanto os novos falhavam em apontar soluções no âmbito das instituições democráticas .

Desde seu início, o movimento fascista se distinguiu por seu apelo aos sentimentos nacionalistas e revanchistas das massas, propondo a criação de um “Estado Novo”, que fosse capaz de unificar o povo italiano em torno dos valores “autenticamente nacionais”, e de organizar solidariamente os vários setores sociais na missão de reconstruir o país.

A integração harmoniosa dos indivíduos e classes sociais no interior do Estado, entendido como encarnação da vontade coletiva da nação, constitui, também um dos objetivos principais da reforma educacional de Gentile. Com efeito, a análise do conjunto de decretos, leis e circulares que compõem a reforma, em concomitância com os textos teóricos onde o filósofo expõe idéias concepções políticas e pedagógicas, mostram que a escola era concebida, por um

lado, como um instrumento para fortalecer o poder institucional e a influencia ideológica do Estado, e, por outro lado, como um meio de articular a divisão social do trabalho, construindo as bases da cooperação entre as classes.

A constatação dos estreitos vínculos entre as concepções políticas e pedagógicas de Gentile e o ideário fascista nos levaram a investigar as raízes filosóficas de sua noção de “Estado ético”, fundamental para compreender sua crítica ao Estado Liberal e sua adesão à proposta fascista.

O exame dos textos onde Gentile explicita seus conceitos filosóficos mostram sua filiação à escola neo-idealista de Nápoles, através da qual teve acesso ao pensamento político de Hegel e Fichte, base conceitual para a construção de sua crítica ao liberalismo clássico. Ao identificar no “liberalismo alemão” a superação dos fundamentos individualistas das organizações políticas modernas em direção a uma forma estatal onde a liberdade configura-se como adesão voluntária ao interesse geral, Gentile encontrava na noção de Estado de Hegel o lastro filosófico para a proposta de subordinação total dos indivíduos aos fins estatais.

Na última parte de nosso trabalho, a abordagem, ainda que apenas exploratória das concepções políticas de Hegel e Fichte parecem indicar uma maior proximidade da teoria gentiliana com as concepções presentes nos “Discursos” à Nação Alemã” de Fichte do que propriamente como a teoria estatal de Hegel. com efeito, enquanto os aspectos organicistas e totalizantes do Estado hegeliano não exclui a preservação das “liberdades do liberalismo”, o Estado proposto por Fichte nos “Discursos” ergue-se sobre a aniquilação dos valores individuais, dissolvidos numa vontade coletiva construída sobre o reconhecimento da identidade cultural e nacional do “povo”.

A importância da educação na formação desta identidade constitui, também, um aspecto fundamental para ambos os pensadores. De fato, Fichte preconizava um processo educativo que englobasse todos os cidadãos, independentemente de sua classe, na construção da nação alemã; da mesma forma, como vimos, Gentile justifica o suposto caráter democrático de sua reforma educacional argumentando que todos os italianos entrarão na escola, não só porque esta é acessível a todos mas, sobre tudo, porque o processo pedagógico tem como missão

constituir a vontade coletiva. Nesta missão encontra-se a verdadeira essência da educação, em oposição a promovida pelo Estado liberal, voltado a estimular a independência individual e a competição entre os alunos.

BIBLIOGRAFIA

OBRA DE GIOVANNI GENTILE

1. *Educazione e scuola laica*. 3. ed. , Firenze: Vallecch Editore, 1927
2. *Genesi e struttura della società*. Firenze: G. C. Sansoni, 1946.
3. *I fondamenti della filosofia del diritto*. 3^a. ed. , Firenze: G. C. Sansoni-Ed. , 1937.
4. *La nova scuola media*. Firenze: 1925.
5. *La riforma dell'educazione, discorsi ai maestri di Trieste*. 3^a. ed. Milano: fratelli Treves Editori, 1928.
6. *Origini e dottrina del fascismo*. 3^a. ed., Roma: 1934.
7. *Scuola e filosofia*. Sandron: Palermo, 1908.
8. Sommario de pedagogia como ciência filosofica. In : *Educazione e scuola laica*. 3. ed., Firenze: Vallecchi Editore, 1927
9. Teoria genarale dello spirito come atto puro. 6^a. ed., Firenze: G. C. Sansoni 1944.
10. *Opera Filosofiche*. Italia, Garzanti, 1991. (Org. por Eugenio Garin)
11. *Fondamenti della filosofia del diritto edaltri scritti*. Roma: Alberti, 1923.
12. *Guerra e fede*. Napoli, 1919.
13. *Il problema scolastico del dopoguerra*. Napoli, 1920.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. ABBAGNANO, N. Y A. VISALBERGHI. *Historia de la pedagogía*. 10 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
2. AGAZZINI, Dario. L' Amministrazione della Scuola. In: *La Scuola Italiana dall'Unità ai nostri giorni*. 3. Ed. Firenze: La Nuova Italia, 1993.
3. ALBERTONI, Ettore. *Storia delle Politiche in Italia*. Milano: Arnaldo Mondadori editore, 1985.
4. ALEMIDA, Angela Mendes. *A Republica de Weimar e a ascensão do nazismo*. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (coleção tudo e história, 58)
5. AMBROSOLI, Luigi. La Scuola secondaria. In: CIVES, G.. (cura) *La Scuola italiana dall' Unità ai nostri gioni*. Firenze: La Nuova Italia, 1993.
6. BEAUD, M.. *História do Capitalismo—de 1500 aos nossos dias*. São Paulo: Brasilense, 1987.
7. BELLAMY, R.. *Liberalismo e Sociedade moderna*. São Paulo: Unesp, 1992.
8. BELLUCCI & CILIBERTO. *La Scuola e la pedagogia del fascismo*. Torino: Loescher Editore, 1978.
9. BEZZA, B.. Gli aspetti normativi nelle relazioni industriali del periodo belico (1915–18). In: PROCACCI & ANGELI. (cura) *In Italia durante la Prima Guerra Mondiale*. Milano: Franco Angeli editore, 1983.
10. BIONDI & BORSOTTI. *Cultura e fascismo: Letteratura, arti e spettacolo di un Ventennio*. Firenze: Ponte Alle Grazie, 1996.
11. BOBBIO, N.. *Perfil ideológico del' 900*. 4ª. ed. Italia: Garzanti, 1996.
12. BOBBIO, Norberto. *Dal fascismo alla democrazia.: I regimi, le ideologie, le figure e le culture politiche*. Milano: Baldini & Castoli,. 1997. (Org. por Michelangelo Bovera).
13. BORGHI, L.. *Educazione e autorità nell'Italia moderna*. Firenze: La nuova Italia 1975.
14. BRESSO, P.. CEREJA, F. & GARIGLIO, B.. (cura) Programma dei Fasci di combattimento. In: *Politica e istituzioni in italia dall'unità al fascismo*. Torino: IL segnalibro, 1989.
15. BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci et L' État. Por une Théorie matérialiste de la philosophie*. Paris: Fayard, 1975.

16. BURNS, Edward Mcnall. *História da civilização ocidental*. Vol. II 22ª. ed. Porto Alegre: Globo, 1976.
17. CARVALHO, Platão E.. *Necolonialismo: a expansão imperialista do Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (coleção - Tudo é História, 146)
18. CATARSI, Emzo & GENOVESI, Genovesi. (Orgs.) *Educazione e socialismo*. In cento anni di storia d'Italia. Corso Editore: Ferrara, 1992.
19. CERRONI, U.. *Teoria política e Socialismo*. Portugal: Europa – América, 1976.
20. CHABOD, F.. *L'Italia contemporanea (1918–1919)*. Torino: Einaudi, 1961.
21. CHÂTELET & KOUCHNER. *As concepções políticas do século XX*. História do Pensamento Político. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
22. CHEVALLIER, Jean – Jacques. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990.
23. CIVES, Giacomo. (cura) *La scuola italiana dall' unità ai nostri giorni*. 3. Ed. Firenze, La
24. COGGIOLA, Osvaldo. (Org.) *A revolução de Outubro sob o olhar na História*. São Paulo, Scritts, 1997.
25. CROCE, B.. *Le riforme degli esami e la sistematizzazione delle scuola medie*. Firenze, 1921.
26. CROCE, Benedetto. *O que é vivo e o que é morto na filosofia de Hegel*. Coimbra: Impresa Universidade, 1933.
27. DIAS, Edmundo Fernandes (et alii). *O Outro Gramsci*. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 1996.
28. DIAS, Edmundo Fernandes. *Democracia Operária*. Vol. II. Campinas: Ed. UNICAMP, 1987. Tese de Doutorado.
29. FELICE, Renzo. *Explicar o Fascismo*.
30. FICHTE (Org. por Nicola Merker) *Lo Stato di tutto il ppolo*. Roma: Riuniti, 1978.
31. ____ (Org. por Vittorio Enzo Alfieri) *La missione del dotto*. Milano: Mursia, 1997.
32. ____, *Los caracteres de la edad contemporánea*. Madri Biblioteca de la Revista de Occidente, 1976.
33. FURET, François. *O passado de uma ilusão – ensaios sobre a idéia comunista no século XX*. São Paulo: Siciliano, 1995.

34. GALLI, Giorgio. *I partiti politici italiani*. Milano: Rizzoli, 1991.
35. GARIN, Eugenio. *Cronache di filosofia italiana. Vol I - 1900 - 1960*. Roma: Bari, Laterza, 1977.
36. GENOVESI, Giovanni. Cenni di storia della scuola nell'Italia del XX secolo. In: *Storia dell'educazione*. Bassi: Editore ferrara, 1994
37. GENTILE, Emílio & FELICE, Renzo. *A Itália de Mussolini e a Origem do Fascismo*. São Paulo: Icone, 1988.
38. GIANNARELLI, Roberto. *La scuola media*. Nel suo ordinamento amministrativo e didattico. 2ªed. Firenze: Felice le Monnier, 1939.
39. GIOVANNI, Piero Di. *Kant ed Hegel in Italia: Alle origini del neoidealismo*. Roma - Bari: Laterza, 1996.
40. GOBETTI, Piero. *La rivoluzione liberale*. Torino: Einaudi, 1995.
41. GRAMSCI & BORDIGA, Amadeo. *Conselhos de Fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
42. GRAMSCI, A.. *Escritos Políticos (1917-1933)*
43. _____. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
44. _____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
45. _____. *Quaderni del Carcere*. Roma: Riuniti, 1975. Organizado por Valentino Gerratana.
46. _____. *Scritti Politici*. Roma, Riuniti, 1967. Organizado e prefaciado por Paolo
47. _____. *Socialismo e fascismo - L'Ordine Nuovo 1921 - 1922*. 7ª. ed. Torino: Einaudi, 1978.
48. _____. *La Formazione Dell'Uomo*. Roma: Riuniti, 1967. Textos pedagógicos organizados e escolhidos por G. Urbani.
49. _____. *Antologia*, 12ª ed., Espanha: século XXI, 1992. Seleção, tradução e notas de Manuel Sacristan.
50. _____. *Cronache Torinesi. (1913-1917)*. Roma, Einaudi, 1980. Organizado por Sergio Caprioglio

51. GRISONI, Dominique e MAGGIORE, Robert. *Ler Gramsci*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1974.
52. HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndios. A filosofia do Espírito. (1830)*. Vol. III. São Paulo: Loyola, 1996
53. _____. *Hegel Scritti storici e politici*. Roma – Bari: Laterza, 1997. (Org. por LOSURDO, Domenico)
54. _____. *Princípios da Filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fonte, 1997.
55. HOBBSAWM, *A Era dos Impérios: 1875 – 1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
56. _____. (Org.). *História do Marxismo IV*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
57. _____. *Era dos Extremos*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
58. HUBERMAN, Leo. *Da Riqueza do Homem*. 20ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
59. HUBERT, René. *História da Pedagogia*. 3ªed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
60. ISNENGHI, M. *Intellettualli militanti e intellettualli funzionari*. Torino: Giulio Einaudi editore, 1979.
61. JOLL, James. *As Idéias de Gramsci*. São Paulo, Cultrix, 1979.
62. KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
63. KÜHNL, Reinhard. *Liberalismo y fascismo dos formas de dominio burgues*. Barcelona: Fontanella, 1978.
64. LENHARO, Alcir. *Nazismo: “O triunfo da vontade”*. 3ª ed. São Paulo, Ática, 1991. (Série Princípios).
65. LIMOEIRO CARDOSO, Miriam. *Ideologia e desenvolvimento - Brasil: JK-JQ*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.
66. LOMBARDI, Franco. *Crise do nosso tempo*. São Paulo: E.P. U, 1989
67. LOMBARDI, Franco. *Las Ideas Pedagógicas de Gramsci*. Barcelona: A. Redondo editor. 1972.
68. LOSSURDO, Domenico. *Hegel e la libertà dei moderni*. Roma, Riuniti, 1992.

69. MANACORDA, M. G. *História da Educação. Da antigüidade aos nossos dias*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.
70. MAZZINI, G. *Dei doveri dell'uomo fede e avvenire*. Milano: Mursia, 1965. (Org. Paolo Rossi)
71. MERKER, Nicolao. (Org.) *Storia della Filosofia. La società industriale moderna. Vol. III*. Roma: Riuniti, 1982.
72. MICHEL, Henri. *Os Fascismos*. Lisboa: Dom Quixote, 1977.
73. MOSCA & BOUTTHOUL. *História das doutrinas políticas. Desde a antigüidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
74. MUSSOLINI, B. *Scritti e discorsi. Vol II*.
75. MUSSOLINI, *Le fscisme . doctrine instituion*. 5ª ed. Paris: Denoöl et Steele, 1933.
76. NERO DEL, Vittorio. *La Scuola elementare nell' Italia fascista*. Dalle circolari Ministeriali 1922- 1943. Roma: Armando Editore, 1988
77. OLDRINI, Guido. *Napoli e i suoi filosofi: Protagonisti, prospettive, problemi del pensiero dell'Otoocento*. Milano: FrancoAngeli, 1990.
78. PALLA, Marco. *A Itália Fascista*. São Paulo: Ática, 1996.
79. PARIS, Robert. *As origens do Fascismo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
80. PICCIONI, Laura, *Ideloogia e filosofia del neoidealismo italiano*. Italia: Università degli studi di Urbino, 1983.
81. POL DI, Redi sante. *Scuola, educazione e lotta di classe*. In: "Il Grido del Popolo" (1892-1915). In: *I Problemi della Pedagogia*. Milanese, Marzorati editore, 4-5, Anno XXXV, 1989.
81. PONCE, Anibal, *Educação e Luta de Classes*. 11ª ed. São Paulo: Cortez, Editora Autores Associados, 1991.
82. POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e Ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
83. RAGAZZINI, D. *L' amministrazione della scuola*. In: *La Scuola italiana dall'Unita ai nostri giorni*. 3. Ed. Firenze: La Nuova Italia, 1993.
84. RAVAGLIOLI, Fabrizio. *Educazione Occidentale. Storia, problemi e documenti. Ottocento e Novecento. Vol. III*. Roma: Armando Editore, 1995.

85. RÉMOND, René. *O século XX – de 1914 aos nossos dias*. São Paulo, Cultrix, 1999.
86. RENDA & OPERTI. *Dizionario Storico della Letteratura Italiana*. Torino: G. B. Paravia & C., s/d.
87. ROCACCI, G. (org.) Stato e Classe Operaia in *Italia Durante la Prima Guerra Mondiale*. Milano: Franco Angeli. Ed. 1983.
88. ROMANO, Roberto. *Corpo e Cristal: Marx Romântico*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.
89. ROSSI, Pietro (org.) *Gramsci e la Cultura Contemporanea*. Roma: Riuniti, 1975.
90. RUGGIERO, G. *A filosofia Contemporanea*. Buenos Aires: Atalaya, 1946.
91. SALVATORELLI, Luigi. *Sommario della Storia d'Italia*. Roma: Riuniti, 1974.
92. SALVEMINI Gaetano. (Org. Roberto Vivarelli) *Le Origini del fascismo in Italia*. Lezioni de Harvard. Milano: Feltrinelli. 1975.
93. SCHILLING, Kurt. *História das Idéias Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
94. SPAVENTA, B. (Cura Gentile, G.) *La filosofia italiana: nelle sue relazioni con la filosofia europea*. Bari: Gius. Laterza & Figli., 1909.
95. SPRIANO, P. *L'occupazione delle fabbriche*. Torino: Einaudi, 1964.
96. SPRIANO, Paolo. *Storia di Torino Operaia e Socialista. Da Amicis a Gramsci*. 4ª ed., Torino: Einaudi, 1972.
97. SPRIANO, Paolo. *Storia del Partito Comunista Italiano. Da Bordiga a Gramsci*. 2ª ed. Torino: Einaudi. 1972.
98. STACCONE, Giuseppe. *Gramsci. 100 Anos Revolução e Política*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes. 1993.
99. STRUZO, L. *Riforma statale e indirizzi politici*. Firenze: Vallecchi Editore, 1923.
100. _____. *Scritti politici*. Milano: Feltrinelli, 1982
101. TANNENBAUM, Edward R. *La experiencia fascista: sociedade y cultura en Italia (1922-1945)*. Madrid: Alianza Editorial, 1975.
102. TOGLIATTI, P. *Lições sobre o fascismo*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.

103. TOMASI, Tina. *L' idea laica nell' Italia (1870-1970)*. Contemporanea. Firenze: La Nuova Italia, 1971.
104. TRENTO, Angelo. *Fascismo Italiano*. São Paulo: Ática, 1986. (Serie Princípios)
105. URBANI, G. (Org.) *Egemonia e pedagogia nel pensiero di Antonio Gramsci*. In: GRAMSCI, A. *La formazione dell'uomo*. 2ªed. Roma: Riuniti, 1974.
106. VILARI, R. (cura) *IL sud nella storia d'Italia*. Roma: Laterza, 1984.
107. VINCENTI, Luc. *Educação e liberdade: Kant e Fichte*. São Paulo: Unesp, 1994.
108. VINCIGUERRA, M. *I partiti italiani. Dal 1848 – 1955*. Roma: Cappelli Editore, 1955.
109. VITTORIA, A. Scuola e apparati educativi del fascismo. In: *Studi Storici*. V. I. Rivista Trimestrale Dell' Istituto Gramsci, 1979.

ANEXO N° 1

Programma dei Fasci di combattimento (1919)

Italiani!

Ecco il programma nazionale di un movimento sanamente italiano.

Rivoluzionario, perché antidogmatico e antidemagogico; fortemente innovatore perché antipregiudizievole.

Noi poniamo la valorizzazione della guerra rivoluzionaria al di sopra di tutto e di tutti.

Gli altri problemi: burocrazia, amministrativi, giuridici, scolastici, coloniali, ecc. li tratteremo quando avremo creato la classe dirigente.

Per il problema politico

Suffragio universale a scrutinio di lista regionale, con rappresentanza proporzionale, voto ed eleggibilità per le donne.

Il minimo di età per gli elettori abbassato ai 18 anni; quello per i Deputati abbassato ai 25 anni.

L'abolizione del Senato.

La convocazione di una Assemblea Nazionale per la durata di tre anni, il cui primo compito sia quello di stabilire la forma di costituzione dello Stato.

La formazione di Consigli Nazionali tecnici del lavoro, dell'industria, dei trasporti, dell'igiene sociale, delle comunicazioni ecc. eletti dalle corporazioni professionali o di mestiere, con poteri legislativi, e col diritto di eleggere un Commissario Generale con poteri di Ministro.

Per il problema sociale:

NOI VOGLIAMO:

La sollecita promulgazione di una Legge dello Stato che sancisca per tutti i lavoratori la giornata legale di otto ore di lavoro.

I minimi di paga.

La partecipazione dei rappresentanti dei lavoratori al funzionamento tecnico dell'industria.

L'affidamento alle stesse organizzazioni proletarie (che ne siano degne moralmente e tecnicamente) della gestione di industrie o servizi pubblici.

La rapida e completa sistemazione dei ferrovieri e di tutte le industrie dei trasporti.

Una necessaria modificazione del progetto di legge di assicurazione sull'invalidità e suda vecchiaia, abbassando il limite di età proposto attualmente a 65 anni, a 55 anni.

Per il problema militare:

NOI VOGLIAMO:

L'istituzione di una milizia Nazionale, con brevi periodi d'istruzione e compito esclusivamente difensivo.

La nazionalizzazione di tutte le Fabbriche di Armi e di esplosivi.

Una politica estera nazionale intesa a valorizzare nelle competizioni pa-

cifiche della civiltà, la nazione italiana nel mondo.

Per il problema finanziario:

NOI VOGLIAMO:

Una forte imposta straordinaria sul capitale a carattere progressivo, che abbia la forma di vera ESPROPRIAZIONE PARZIALE di tutte le ricchezze.

Il sequestro di tutti i beni delle Congregazioni religiose e l'abolizione di tutte le mense Vescovili, che costituiscono una enorme passività per la Nazione, e un privilegio di pochi.

La revisione di tutti i contratti di forniture di guerra, ed il sequestro dell'85% dei profitti di guerra.

ANEXO N° 2

PROGRAMMA DEL PPI.

Integrità della famiglia Difesa di essa contro tutte le forme di dissoluzione e di corrompimento Tutela della moralità pubblica, assistenza e protezione dell'infanzia, ricerca della paternità.

Libertà d'insegnamento in ogni grado Riforma scolastica Lotta contro l'analfabetismo Educazione e cultura popolare, diffusione dell'istruzione professionale.

Riconoscimento giuridico e libertà dell'organizzazione di classe nell'unità sindacale, rappresentanza di classe, senza esclusioni di parte negli organi pubblici del lavoro presso il Comune, la Provincia e lo Stato.

Legislazione sociale nazionale e internazionale che garantisca il pieno diritto al lavoro e ne regoli la durata, la mercede e l'igiene Sviluppo del probivirato e dell'arbitrato per i conflitti anche collettivi del lavoro industriale e agricolo Sviluppo della cooperazione Assicurazioni per la malattia, per la vecchiaia e invalidità e per la disoccupazione Incremento e difesa della piccola proprietà rurale e costituzione del bene di famiglia.

Organizzazione di tutte le capacità produttive della Nazione con l'utilizzazione delle forze idroelettriche e minerarie, con l'industrializzazione dei servizi generali e locali. Sviluppo dell'agricoltura, colonizzazione interna del latifondo coltura estensiva. Regolamento dei corsi d'acqua. Bonifiche sistemazione dei bacini idranti Viabilità agraria Incremento della marina mercantile Risoluzione nazionale del problema del Mezzogiorno e di quello delle terre riconquistate e delle provincie redente.

Libertà ed autonomia degli Enti pubblici locali Riconoscimento delle funzioni proprie del Comune, della Provincia e della Regione in relazione alle tradizioni della Nazione e alle necessità di sviluppo della vita locale Riforma della burocrazia Largo decentramento

amministrativo ottenuto anche a mezzo della collaborazione degli organismi industriali agricoli e commerciali del capitale e del lavoro.

Riorganizzazione della beneficenza e dell'assistenza pubblica verso forme di previdenza sociale
 Rispetto della libertà delle iniziative e delle istituzioni private di beneficenza e di assistenza
 Provvedimenti generali per intensificare la lotta contro la tubercolosi e la malaria
 Sviluppo e miglioramento dell'assistenza alle famiglie colpite dalla guerra, orfani vedove e mutilati.

Libertà ed indipendenza della Chiesa nella piena esplicazione della sua missione spirituale
 Libertà e rispetto della coscienza cristiana considerata come fondamento e presidio della vita della Nazione, delle libertà popolari e delle ascendenti conquiste della civiltà nel mondo.

Riforma tributaria generale e locale, sulle basi della imposta progressiva globale con l'esenzione delle quote minime.

Riforma elettorale politica con il collegio plurinomiale a larga base, con rappresentanza proporzionale
 Voto femminile. Senato collettivo con prevalente rappresentanza dei corpi della Nazione (corpi Accademici, Comune, Provincia, classi organizzate).

Difesa nazionale. Tutela e messa in valore della emigrazione italiana. Sfere di influenza per lo sviluppo commerciale del paese. Politica coloniale in rapporto agli interessi della Nazione e ispirata ad un programma di progressivo incivilimento.

Società delle Nazioni con i corollari derivanti da una organizzazione giuridica della vita internazionale: arbitrato, abolizione dei trattati segreti e della coscrizione obbligatoria, disarmo universale.

Roma, 18 gennaio 1919.

La Commissione Provvisoria.

ANEXOS N° 3 – APELLOS

APELLO N°1

A tutti gli uomini liberi e forti, che in questa grave ora sentono alto il dovere di cooperare ai fini Supremi della Patria, senza pregiudizi nè preconcetti, facciamo appello perchè uniti insieme propugnino nella loro interezza gli ideali di giustizia e di libertà: E mentre i rappresentanti delle Nazioni vincitrici si riuniscono per preparare le basi di una pace giusta e durevole, i partiti politici di ogni paese debbono contribuire a rafforzare quelle tendenze e quei principii che varranno ad allontanare ogni pericolo di nuove guerre, a dare un assetto stabile alle Nazioni, ad attuare gli ideali di, giustizia sociale e migliorare le condizioni generali del lavoro, a sviluppare le energie spirituali e materiali di tutti i paesi uniti nel vincolo solenne della “Società delle Nazioni”.

E come non è giusto compromettere i vantaggi della vittoria conquistata con immensi sacrifici fatti per la difesa dei diritti dei popoli e per le più elevate idealità civili, così è imprescindibile dovere di sane democrazie e di Governi popolari trovare il reale equilibrio dei diritti nazionali con i supremi interessi internazionali e le perenni ragioni del pacifico progresso della società.

Perciò sosteniamo il programma politico-morale, patrimonio delle genti cristiane, ricordato prima da parola augusta e oggi propugnato da Wilson come elemento fondamentale del futuro assetto mondiale, e rigettiamo gli imperialismi che creano i popoli dominatori e maturano le violente riscosse; perciò domandiamo che la Società delle Nazioni riconosca le giuste aspirazioni nazionali, affretti l'avvento del disarmo universale, abolisca il segreto (dei trattati, attui la libertà dei mari, propugni, nei rapporti internazionali, la legislazione sociale, la uguaglianza del lavoro, la libertà religiosa contro ogni oppressione di setta, abbia la forza della sanzione e i mezzi per la tutela dei diritti dei popoli deboli contro le tendenze sopraffattrici dei forti.

Al migliore avvenire della nostra Italia – sicura nei suoi confini e nei mari che la circondano – che per virtù dei suoi figli, nei sacrifici della guerra ha, con la vittoria, compiuta la sua unità e rinsaldato la coscienza nazionale, dedichiamo ogni nostra attività con fervore d'entusiasmi e con fermezza di illuminati propositi.

Ad uno Stato accentratore tendente a limitare e regolare ogni potere organico e ogni attività civica e individuale, vogliamo sul terreno costituzionale sostituire uno Stato veramente lopolare, che riconosca i limiti della sua attività, che rispetti i nuclei e gli organismi naturali – la famiglia, le classi, i Comuni – che rispetti la personalità individuale e incoraggi le iniziative private. E perchè lo Stato sia la più sincera espressione del volere popolare, domandiamo la riforma dell'Istituto Parlamentare sulla base della rappresentanza proporzionale non escluso il voto delle donne, e il Senato elettivo, come rappresentanza direttiva degli organismi nazionali, accademici, amministrativi e sindacali, vogliamo la riforma della burocrazia, e degli ordinamenti giudiziari e la semplificazione della legislazione, invociamo il riconoscimento giuridico delle classi, l'autonomia comunale, la riforma degli Enti Provinciali e il più largo decentramento nelle unità regionali.

Ma sarebbero vane queste riforme senza il contenuto se non reclamassimo, come anima della nuova Società, il vero senso di libertà rispondente alla maturità civile del nostro popolo e, al più alto sviluppo, delle sue energie: libertà religiosa non solo agli individui ma anche alla Chiesa, per la esplicazione della sua missione spirituale nel mondo; libertà di insegnamento senza monopoli statali; libertà alle organizzazioni di classe, senza preferenze e privilegi di parte, libertà comunale e locale secondo le gloriose tradizioni italiane.

Questo ideale di libertà non tende a disorganizzare lo Stato ma è essenzialmente organico nel rinnovamento delle energie e delle attività che debbono trovare al centro la coordinazione, la valorizzazione, la difesa e lo sviluppo progressivo. Energie che debbono comporsi a nuclei vitali che potranno fermare o modificare le correnti disgregatrici, le agitazioni promosse a nome di una sistematica lotta di classe e della rivoluzione anarchica, e attingere dall'anima popolare gli elementi di conservazione e di progresso, dando valore all'autorità come forza ed esponente insieme della sovranità popolare • della collaborazione sociale.

Le necessarie e urgenti riforme nel campo della previdenza e della assistenza sociale nella legislazione del lavoro, nella formazione e tutela della piccola proprietà devono tendere alla elevazione delle classi lavoratrici - mentre l'incremento delle forze economiche del Paese, l'aumento della produzione, la salda ed equa sistemazione dei regimi doganali, la riforma tributaria, lo sviluppo della marina mercantile, la soluzione del problema del Mezzogiorno, la colonizzazione interna del latifondo, la riorganizzazione scolastica e la lotta contro l'analfabetismo varranno a far superare la crisi del dopoguerra e a tesoreggiare i frutti legittimi e auspicati della vil orla.

Ci presentiamo nella vita politica con la nostra bandiera morale e sociale, ispirandoci ai saldi principii del Cristianesimo che consacrò la grande missione civilizzatrice dell'Italia; missione che anche oggi, nel nuovo assetto dei popoli, deve riflettere di fronte ai tentativi di nuovi imperialismi, di fronte sconvolgimenti anarchici di grandi Imperi caduti, di fronte democrazie socialiste che tentano la materializzazione di ogni idealità, di fronte a vecchi liberalismi settari che nella forza dell'organismo statale centralizzato resistono alle nuove correnti affrancatrici.

A tutti'gli uomini moralmente liberi e socialmente evoluti, a quanti nell'amore alla Patria sanno congiungere il giusto senso dei diritti e degli interessi nazionali con un sano internazionalismo, a quanti apprezzano e rispettano le virtù morali del nostro popolo, a nome del Partito Popolare Italiano, facciamo appello e domandiamo l'adesione al nostro Programma.

Roma, li 18 gennaio 1919

La Commissione provvisoria

On.avv. GIOVANNI BERTTINI - avv. Giovanni Bertone - Stefano Cavazzoni -
ACCHILLE GRANDI - conte GIOVANNI LONGINOTTI - on. Avv. ANGELO MAURI - avv.
UMBERTO MERLIN - on.avvocato GIULIO RODINÒ - conte avv. CARLO SANTUCCI -
prof. D. LUIGI STURZO, segretario Politico.

APPELLO N°2

Alle sezioni e ai comitati del P.P.I.

Di fronte ad una propa ganda che, sfruttando le inevitabili difficoltà dell'ora, tende-a gettare la Nazione, attraverso a convulsioni demagogiche, in un disordine che potrebbe condurre solo a dittature di minoranze irresponsabili e tiranne e che avrebbe per immancabile effetto la rovina di ogni prosperità nazionale, il partito popolare italiano si rivolge a quanti sinceramente amano il bene della patria e del popolo, per invitarli ad adoperarsi alla formazione di quella salda ed illuminata coscienza civile che sappia preparare e maturare, nell'ordine, anche i pia arditi proãiessi e le pila profonde riforme sociali.

La guerra lia maturata una nuova coscienza e imposto la necessita di salutari trasformazioni; la economia generale deve riordinarsi su nuove basi; il popolo tutto deve iaggiungere la sua effettiva e reale partecipazione alla vita pubblica i diritti del lavoro debbono essere garantiti, il problema agrario deve essere risolto; il salario operaio deve essere trasformato e reso piã cristiano, la societã nazionale e intejrnazionale debbono, in una piã larga ed efficace applicazione dei principi di liberta e di giustizia, trovare un piú solido assetto.

Perchè tutto questo si ottenga, come è necessario che le classi lavoratrici mostrino di rifuggire da ogni importazione di violenza anarcoide; cosi le altre elassi debbono intendere il loro dovere; e perciò noi domandiamo al governo e al parlamento di muovere risolutamente incontro al popolo e di compiere subito quelle riforme che possono essere avviamento alla necessaria trasformãzione della nostra vila politica e sociale.

Noi vogliamo la rappresentanza proporzionale, non come fine a sè stessa, ma come la piú sincera espressione della volontà popolare, come mezzo di risanamento dell'ambiente politico e come indispensabile avviamento alle piú, larghe iriforme. Noi vogliamo la riforma del senato, il quale deve divenire la rappr sentanza dei corpi organici della nazione; provincie; e comuni, classi organizzate. Noi vogliamo che le classi organizzate abbiajão a costituirsi cor! funzioni di pubblica autorità, sulla base di libere associazioni professionãli, e che i corpi tecnici (del lavoro, dell'agricotura e industria, dell'istruzione, dei comuni) abbiano un

effettivo e reale potere deliberativo, nell'ambito delle loro specifiche competenze. Noi vogliamo il decentramento amministrativo nella regione, come forte elemento di vita locale e di più fecondo sviluppo dell'intera vita nazionale. E mentre auguriamo fervidamente che a Parigi siano riconosciute le nostre rivendicazioni nazionali, per raggiungere le quali tanto sangue fu versato, noi crediamo che sia veramente ed effettivamente costituita la società delle nazioni, perché all'infuori di ogni imperialismo, che sarebbe offesa alla coscienza dei popoli, col disarmo generale, colla pubblicità dei trattati, coll'arbitrato, sia stabilita la vera pace delle genti.

Tutto ciò noi vogliamo; tutto ciò vuole con noi il popolo italiano; e tutto ciò può e deve essere ottenuto senza che la nazione sia gettata nel disordine, dal quale deriverebbe l'arresto dello sviluppo delle sue forze produttive, l'esodo emigratorio dei suoi lavoratori, l'impoverimento delle nostre campagne, l'arenamento dei nostri commerci, a tutto vantaggio di altri popoli più tranquilli e più forti.

Alle forze vive e sane della nazione, ai poteri responsabili, il Partito Popolare Italiano rivolge questo suo appello, ben deciso o per parte sua, a svolgere la più energica azione, affinché questo programma sia attuato, per il bene del nostro paese.

Roma, li 12 aprile 1919

La DIREZIONE DEL PARTITO.

APPELLO N°3

Italiani!

I problemi dell'ora: ridare libertà alla scuola e riconoscere le classi; riformare la burocrazia, decentrare l'amministrazione; riordinare le finanze con democratico ardimento e avviare il paese, cui necessità impone di raccogliere in uno sforzo supremo di operosità, produttiva, a intense forme di attività agricola e commerciale affezionate sempre più il coltivatore alla terra, consentendo a lui e alla sua famiglia il massimo frutto di lavoro: rivedere i trattati e riprendere cordiali relazioni con tutti i popoli nel feattuare l'avviamento al disarmo universale questi più generali ed altri problemi rispondenti a giuste e schiette esigenze di numerosi gruppi

sociali e di vaste regioni, non possono trovare soluzioni adeguate nè prendere chiaro significato fuori di un quadro ampio e complesso.

Noi dobbiamo vivere il nostro programma, perchè diventi storia vissuta dal popolo nostro.

Altri assuma un brandello di verità con esclusivismi permciosi.; noi riaffermiamo la sintesi Famiglia e Patria; classe e società delle nazioni; autorità e libertà; individuo e collettività Soltanto neua vita Plena l'uomo vive della vita moiteplice ed una.

Bisogna guardare in alto.

Consacrare nel patrimonio religioso e morale, immutabile e sacro l'affermarsi dei nuovi istituti economici e sociali: ecco il nostro dissenso dai conservatori.

Vedere nel cristianesimo la fonte perenne di civiltà progressiva -ecco il nostro conflitto con la sonora e falsa verbosità delle democrazie antireligiose.

Chiarire, elevare, rafforzare la coscienza del popolo in rispondenza ai mutarsi degli istituti sociali: ecco il nostro contrasto con la rovinosa luttanza rivoluzionaria.

Volere la giustizia con tutta la passione della nostra anima: preparare e attuare le riforme sociali che a tutti – nella dignità del lavoro – consentano una vita più buona e più alta; raccogliere e consacrare il desiderio profondo di pace, che in ogni guisa il popolo irresistibilmente esprime, di pace che coroni i sacrifici vittoriosi degli italiani, nel conforto al dolore di famiglie innumerevoli e nel tributo di gratitudine a coloro che del sacrificio proprio portano il segno ammonitore: ecco il nostro programma.

Quando miserie e dolori, ignoranza e passioni, sete di giustizia e bramosia di vendetta, gonflano l'onda torbida del massimalismo comunista; quando incomposte audace, bieche avversioni, turbolenti minacce, trepide viltà dividono e raggruppano gli italiani in modi artificiosi e fallaci, noi progrediamo con fede sicura, con cuore che non vacilla, senza fretta e senza tregua a preparare e ad attuare, negli animi e nelle cose la Ricostruzione Sociale.

Qui incomincia la nostra battaglia.

Ottobre 1919

La Direzione del Partito

BERTONE-CAVZZONI-DEGNI-GRANDI-MILANI-MICHELI, Segretario
del Grupo Parlamentare – Sturzo, Segretario político.

APPELLO N°4

Ai comitati Provinciali e alle Sezioni del P.P.I.

Il Partito Popolare Italiano, lia proclamato fin dal suo sorgere che dopó la immane guerra, per impellenti cause economiche e per inelzanti ragioni psicologiche si imponeva oramai come ineluttabile una radicale trasformazione della struttuta economico-sociale della Nazione; e fin dal suo primo Congresso Nazionale, il PPIaveva invotato le riforme giuridiche e le provvidenze atte a favorire la trasformazione del salariato in un regime della produzione che meglio avvalorí la funzione superiore del lavoro. A tempo e ripèttamente abbiamo perciò invocata l'azione regol'atrice del Governo e l'attività arditamente innovatrice del Parlamento, affinché tale trasformazione venisse avviata e condottá 'con la guida e sotto la garanzia della legge e perchè lo Stato riconoscendo alle classi il diritto di rappresentanza e di gestione nella vita economica e preordinando l'organica costituzione entro la compagine nazionale, creasse per tale trasformázione un organismo legale il quale accogliesse gli impulsi dei vari interessi e li sapesse indirizzare al fine dellá giustizia sociale e dell'utilità generale.

Disgraziatamente i nostri moniti rimasero ascoltati. Mesi preziosi andarono perduti senza che lo Stato abbia previsto, preordinato, affrontato l'ineluttabile rivolgimento che oggi è oramai in corso, e trabocca di già al di là delle vecclúe dighe del vigente diritto pubblico e privato.

Il popolo italiano è però ancora in tempo a scegliere fra la rivoluzione che ci porti alla dittatura di classe e la legale trasformazione dei rapporti sociali, la quale crei le basi della nuova economia e per essa della nuova organizzazione sociale e, della nuova politica.

La grande maggioranza del popolo italiano non crede nel comunismo e pensa che non si debba giungere ad esperimenti, i quali pure essendo destinati a fallire, disgregano ancora più il nostro corpo sociale, immiseriscono le fonti della produzione e ci rendono schiavi dell'Estero, ma altresì che il dominio assoluto della economia individualista a base di salariato è finito. Nel momento, è indispensabile garantire e aumentare la produzione, urge far seguire alla rovinosa lotta fra la direzione delle imprese e la mano d'opera, una tregua sociale, in cui gli sforzi di tutti i fattori convergano ai fini della produzione.

A tale scopo, mentre affermiamo la nostra fiducia nel divenire della cooperazione, come soluzione capace di armonizzare nella produzione le esigenze dei vari fattori sotto l'impulso del lavoro, frattanto là dove la forma cooperativista per le presenti condizioni nei limiti stessi della sua natura non possa costituire l'attuale forma di gestione capitalistica, noi invociamo la soluzione sindacale, nel senso che ogni ramo della produzione industriale venga gestito con la collaborazione di tutti i fattori naturali della produzione, cioè dei dirigenti dell'industria, dei tecnici (ingegneri e impiegati) e della mano d'opera organizzati in sindacati e costituenti in ogni ramo della produzione una rappresentanza economica, la quale, pur salvaguardando la legittima funzione sociale della proprietà e del risparmio, e la disciplina indispensabile all'attività produttrice, statuisca, per tutti i fattori, la possibilità della partecipazione proporzionale ai rendimenti, specialmente mediante il controllo e l'azionariato del lavoro. Tale soluzione riteniamo rapidamente realizzabile mediante l'accordo degli organismi sindacali entro le linee generali di norme giuridiche da emanarsi dallo Stato. È questo un vecchio caposaldo del programma cristiano-sociale, ma siamo lieti che in questo momento vi ricorranza in parte anche i socialisti, facendo pur essi appello all'intervento dello Stato e del Parlamento. Essi proclamano di volere aprire così un varco verso il comunismo, ma noi siamo convinti che con ciò si creerà invece un organo della immanente solidarietà di tutti i fattori naturali della produzione. Per il caso particolare delle industrie siderurgiche e metallurgiche sentiamo di dover fare una speciale riserva.

Nessuna industria deve trovarsi in tali condizioni da dovere assicurarsi un'artificiale sviluppo mediante una rivalsa sull'erario pubblico; e bisogna precludere fin da principio la via a che il nuovo organo rappresentativo dell'industria diventi uno strumento di pressione e di sfruttamento degli'interessi generali.

Noi reclamiamo quindi che sotto il controllo dello Stato e la partecipazione degli industriali, degli ingegneri, dei tecnici e degli impiegati e delle maestranze, venga avviata una rapida inchiesta che esamini la consistenza degli investimenti siderurgici e metallurgici, le condizioni naturali del rendimento e del mercato, con riguardo anche alla concorrenza straniera, rilevando così per quale parte ancora il problema metallurgico sia rimasto problema di smobilitazione.

Ben sappiamo che altre più vaste riforme s'impongono oggi alla Nazione Italiana. In cima alle nostre preoccupazioni perchè più grave e più decisa sia la complessa riforma agraria, per la quale nel Congresso di Napoli e nel Consiglio Nazionale e parte in progetti concreti presentati al Parlamento, il Partito Popolare ha fissato la linea direttiva tendente a rendere più largamente partecipi i lavoratori dell'uso e della linea direttiva della proprietà della terra.

Urge che di pari passo con la rinnovata struttura economico-sociale proceda l'organica trasformazione dell'attuale sistema politico-amministrativo centralistico dello Stato.

Alla soluzione di questi e di altri gravi problemi il Partito Popolare vuole contribuire con tutte le sue forze. La prossima ripresa parlamentare deve segnare per ciò un deciso intervento legislativo.

Mà l'opera del Partito Popolare rimarrebbe vana se non vi concorressero tutte le energie sane e fattive della Nazione e se non si creassero nelle masse popolari le condizioni morali e psicologiche perchè le riforme vengano accolte ed attuate con fede sicura nell'avvenire e nella missione d'Italia.

Facciamo appello alla coscienza nazionale perchè, riscosso da sé il fatalismo suicida che pare l'abbia invasa, reagisca con tutta la forza della verità contro suggestioni della

propaganda rivoluzionaria e riaffermi altissimamente che il nostro Paese non uscirà dalla presente distretta se non con la tregua dei conflitti di interessi in nome dell' interesse comune e superiore con uno sforzo di riorganizzazione e se, abbandonata ogni violenza ed ogni pervertimento materialista, non verrà ristaurato il senso morale e cristiano della vita e l'autorità della legge, espressione superiore delle esigenze collettive di tutte le classi sociali.

16 settembre 1920.

IL Consiglio Nazionale

APPELLO N° 5

L'appello al Paese per le elezioni generali politiche ha un primo significato fondamentale: la riaffermazione che le forze vive di tutta la Nazione, nell'atto solenne costituzionale dei voto, negano la rivoluzione predicata alle folle in nome della dittatura economica e politica di una classe: negano il ' dominio della violenza che ha avuto qua e là bagliori di guerra civile.

L'evoluzione dallo stato di marasma verso una ripresa di coscienza nazionale non è ancora compiuta: la crisi della nostra politica estera, l'enorme disavanzo del bilancio statale, l'alto costo della vita, il profondo turbamento dei rapporti economici resero caotica e incerta la politica del dopo guerra.

La funzione dei partiti costituzionali non ha potuto avere sufficiente sviluppo nel fronteggiare la crisi e nell'avviare il Paese ad una progressiva ripresa di vita normale; perchè, incerti e divisi nella valutazione dei mali e dei rimedi, essi hanno formato accordi temporanei di Governo, prima con Nitti poi con Giolitti, senza una direttiva abbastanza concreta di rinnovamento e senza una intesa sostanziale per la soluzione dei problemi più urgenti.

Cib nonostante un grande passo è stato compiuto- Risolta la questione dei confini, superato il collasso della finanza statale, ripresa la fiducia nella resistenza contro le forze

disgregatrici della Nazione, oggi il Paese deve riprendere la sua via verso le piú audaci riforme, senza demagogie ma senza titubanze.

La funzione del Partito Popolare Italiano, sorto appena dopo il termine fortunato della guerra, ma all' inizio della profonda crisi attraversata, è stata in questo periodo di una importanza notevole alla vita italiana- Fu la sola voce orientatrice e indirizzata alle masse, stanche, disilluse, incitate a seguire la bandiera rossa della rivoluzione; il solo grido di protesta contro il monopolio che tutti i Governi d' Italia lasciarono ai socialisti nel campo del lavoro e della previdenza sociale: il solo sforzo organico per spezzare queste catene: la sola parola che parlasse insieme di diritti e di doveri, che si presentasse nella sua vera portata i valori morali della vita, che organizzasse i sindacati e le cooperative cristiane, orientandole verso un rinnovamento economico, che consentisse la invocata elevazione dei lavoratori nella civile collaborazione delle classi.

I tentativi del riconoscimento giuridico dei sindacati, dell'organamento delle forze rappresentative del proletariato, del partecipazionismo operaio, della graduale eliminazione del salariato agricolo, del miglioramento dei patti agrari verso un maggiore interessamento del lavoratore alla produzione, dello spezzamento del latifondo e della colonizzazione interna, per gli sforzi del Partito e delle Organizzazioni Confederali, hanno avuto sola portata iniziale, ed hanno dato luogo a contrasti che si sarebbero evitati, se il Parlamento avesse potuto sanzionare quel che è oramai nella coscienza di tutti e risponde ai migliori criteri di produzione economica e di equilibrio sociale.

È maturata oramai nella coscienza pubblica la necessità della riforma dell'organamento statale, sulla base di un largo decentramento fino alla costituzione amministrativa della Regione, che si riallaccia alle pure tradizioni italiane e che servirà a rafforzare lo Stato nelle sue vere funzioni politiche.

Dare tutta l'importanza ai valori morali della società, che in Italia hanno radici profonde nella coscienza cattolica delle popolazioni, è alto dovere sociale, di fronte specialmente agli egoismi materiali, elevati e sistema dal socialismo da un lato, e dall'altro dalle plutocrazie affaristiche e parassitarie, della vita economica, pubblica e privata.

Il problema scolastico è il primo è il più urgente: è un vero problema di libertà, esterna ed interna, delle scuole private e delle stesse scuole pubbliche- Affrontato sotto la particolare vista dell'Esame di Stato, deve essere risolto in tutta la sua estensione, rompendo un monopolio antinazionale e antimorale.

Il Partito Popolare Italiano si rappresenta al suffragio elettorale col suo programma e con la sua fisionomia. È stato partito di minoranza e di collaborazione: nulla ha da rinnegare nel suo passato e attende il giudizio del Corpo Elettorale per riprendere la sua via nel lavoro di rinnovamento organico del Paese, nella valorizzazione delle forze di ricostruzione contro le forze disgregatrici.

I fratelli popolari redenti si uniranno alla nostra falange popolare, portando insieme al vivo amore per la Patria il rinnovato ardore dei loro sacrifici e della loro attività, per l'idea e il programma cristiano-sociale, sul quale oggi si riapre la nostra seconda battaglia.

Roma, 7 aprile 1921

La Direzione del Partito Popolare Italiano

Colonnetti Gustavo – De Casperi Alcide – Pennati Alessandro – Seganti Giulio
– Uberti Giovanni – Viola Giovanni – Cavazzoni on. Stefano, Segretario del Gruppo
Parlamentare – Sturzo D. Luigi, Segretario politico del Partito.

APPELLO N°6

La situazione del Paese, estremamente delicata, impone ai Partiti un rigore di disciplina patria e uno spirito di abnegazione, quale nei più difficili momenti della nostra storia. Il fenomeno più saliente è il disprezzo della legge, la libera ed esaltata violazione del diritto nella sua espressione umana e nella tutela della libertà individuale e collettiva, la sovrapposizione violenta di un diritto economico e politico in elaborazione e in fermento, a quello stabilizzato e formale. La debolezza dello Stato accentratore fa sognare possibile, utile e razionale, l'azione

diretta, sia economico-sindacale, sia politica perfino organizzata in milizie, e cio in dispregio dell'azione legalitaria dello Stato nella sua funzione rappresentativa, legislativa e amministrativa.

Pertanto non è vano timore che siano in pericolo le istituzioni dello Stato italiano, mentre è venuto meno il rispetto allo Statuto, come ragione viva della nostra costituzione, ed è discussa la Monarchia, come sintesi di rappresentanza, come forza unitaria e come funzione giuridica; anche perchè il Governo è portato a tollerare ogni atto di sedizione e ogni violenta rappresaglia di fazioni, nella insufficienza dei suoi mezzi e nella poca rispondenza dei suoi organi più delicati nel campo della difesa del diritto e dell'ordine.

Il fenomeno è così grave che non può risolversi, semplicemente con metodi di Governo e con effimere combinazioni parlamentari; esso rappresenta uno stato psicologico generale, al quale hanno contribuito molte delle cause che, durante ed dopo la guerra, hanno depresso i valori morali del nostro popolo, hanno ridotto in crisi di fallimento la nostra economia, ed hanno alimentato una nostra politica estera fatta di contraddizioni e di svalutazioni, pure essendo noi stati necessari e validi fattori della vittoria dell'Inghilterra nel conflitto mondiale,

La nostra situazione economica deve preoccupare tanto più in quanto la incertezza della situazione interna e il turbamento prodotto da uno stato antilegale impediscono che si torni al ritmo normale della produzione e dei commerci, fanno diminuire la fiducia all'interno e all'esterno, e tolgono alle rappresentanze statali la possibilità di contribuire efficacemente e con precise direttive alla ripresa economica. Tanto più occorre fiducia e autoconfidenza nello Stato, quanto le altre cause di crisi, dipendenti dalla mancata pace europea, dall'eccesso di barriere doganali, dalle limitazioni e dai divieti di immigrazione paralizzano le nostre forze esuberanti, che hanno bisogno di lavoro, di attività e di sviluppo. Mezzi necessari ed urgenti perchè tale fiducia nello Stato ritorni sono il risanamento finanziario del bilancio e la sicurezza per l'impiego di capitali anche esteri, e per la formazione dei risparmi attraverso il lavoro. Questo deve volersi, e ottenere con ogni sacrificio, di salvezza del Paese.

In queste condizioni oggi s'invocano le elezioni generali ripresa della vita normale, con la politica democratica seguita che oggi manca completamente quell'atmosfera di libertà, quale l'atto di sovranità popolare deve essere compiuto se potesse garantirsi il corpo

elettorale da ogni forma di coazione-morale e fisica, e nel rispetto della legge proporzionale, che assicura l'effettiva rappresentanza delle forze operanti nel Paese, nessuno potrebbe opporsi ad un nuovo appello che avesse la sua espressione politica nella restaurazione finanziaria dello Stato ed economica del Paese, e nel rinsaldamento delle istituzioni costituzionali; nelle quali dovrebbero decidersi a vivere quelle nuove forze della Nazione, che sappiano a tempo rinunciare a velleità insurrezionali e ad organizzazioni armate. Ogni altro risultato elettorale, basato sopra la violenza e la dittatura, toglierebbe alla futura rappresentanza nazionale la fonte della sua autorità e la ragion d'essere della sua esistenza.

Ma quali, esse siano le future sorti elettorali, non è oggi né sarà domani possibile che i partiti, anche conservatori, non si preoccupino sul serio delle condizioni sociali della massa lavoratrice. Essa non può essere sfruttata politicamente imponendo alle organizzazioni di classe un colore di bandiera che dia diritto alla vita, esiste un susseguente diritto al lavoro senza limitazioni politiche e senza monopoli di sindacati e di partiti.

Per di più, il problema sindacale è anche un problema di organizzazione statale e di pacificazione sociale: non si può ritornare indietro e credere di poter governare senza assorbire nella vita dello Stato le categorie delle classi lavoratrici e, senza mantenere saldo il regime democratico, non nella forma organica e accentratrice di ieri, ma nella forma organizzata e decentrata di domani. Per questo, mentre si deve combattere il pregiudizio fatale all'Italia di una dittatura economica e politica del proletariato che avvelenò ieri la massa operaria, si deve anche combattere la pretesa di oligarchie dominatrici attraverso gli interessi economici e violenze politiche.

In questo momento e nel terribile contrasto che tormenta il nostro Paese, il Partito Popolare Italiano è anzitutto una solida riserva morale, quale vien data da una concezione cristiana della vita, non solo individuale ma anche collettiva; per essa il diritto è etico, la giustizia è anche amore, il concetto del bene e del male ha le sue profonde radici nella coscienza personale, per cui è fondamentale principio individuale e sociale che non possa farsi il male perché ne venga il bene.

Ma il Partito Popolare Italiano è sostanzialmente organizzazione politica che

vive dentro l'orbita delle istituzioni, che svolge la sua attività, anche quella trasformatrice delle leggi e degli istituti, nella legalità delle forme e dei metodi; che vuole contribuire a rinsaldare l'autorità dello Stato e a rinvigorire le funzioni essenziali politiche e finanziarie, sfrondando quelle attribuite nel campo economico ed amministrativo e semplificandone gli organi. In questa attività il Partito Popolare Italiano non può né deve attenuare la sua caratteristica democratica, dalla quale ha escluso ed esclude ogni portatore demagogico, perchè esso si basa sopra una ragione di solidarietà tra tutte le classi e di elevazione morale dei lavoratori, quali nel concetto di democrazia cristiana è perseguito in tutte le nazioni da partiti affini al nostro, che traggono ispirazioni programmatiche dalla scuola cristiano-sociale.

Le ragioni e gli atteggiamenti del nostro Partito quali furono fissati nell'appello dei 18 gennaio 1919, lanciato ai Liberi e ai Forti, integri rimangono, attraverso le alterne vicende della nostra attività, le ragioni e gli atteggiamenti di oggi, mentre mutate le posizioni dei Partiti, non sono mutati i termini del problema che travaglia la nostra politica; di fronte al monopolismo in dissoluzione dello Stato democratico alle dittature tentate ieri e ritentate oggi dai vari partiti, il concetto di Libertà, quale è da noi voluto e perseguito, nel campo scolastico, amministrativo, economico e politico, è ancora il termine della nostra grande e diuturna battaglia.

I nostri amici, le organizzazioni affini, a noi legate dalla stessa concezione programmatica, che oggi, soffrono sotto la pressione degli avvenimenti (che turbano non solo la vita politica, ma anche la vita familiare sacra nei suoi affetti e nei suoi dolori) debbono sapere che di dolori e di sacrifici, anche ignoti, è fatta la redenzione della nostra Patria.

Nell'ora grigia del tormento politico, come nelle vicende delle battaglie pubbliche, non si può né si deve disertare il posto di combattimento che abbiamo scelto per convinzione di coscienza, non si può né si deve rinunciare a quel complesso e ideale e programmatico del nostro partito.

Questo abbiamo fatto noi quando, quasi soli, e nel campo sindacale per i primi, abbiamo sostenuto l'impeto del movimento bolscevico, che culminò negli scioperi del gennaio e febbraio 1920 e nella susseguente crisi ministeriale; questo è stato il compito difficile degli uomini nostri messi a collaborare nei Governi, per disciplina parlamentare e per necessità di vita delle

Istituzioni, anche quando l'interesse di parte chiamava a starne fuori questo è stato lo sforzo di un partito giovane che ha avuto fin dal primo giorno un delicato e aspro posto di combattimento e di responsabilità. E anche oggi a questo nostro supremo dovere, dal campo parlamentare a quello amministrativo e organizzativo, rispondiamo con ogni sforzo, con piena unità e con la maggiore saldezza, per contribuire al ritorno di quella pace interna, che tutti debbono volere con una urgente necessità di risolvere l'aspra crisi del momento, perchè essa è base della sicurezza dello Stato, mezzo necessario per tentare e conseguire il risorgimento economico e politico, e per rivalutare più amato e rispettato all' Estero il nome dell'Italia.

Roma, 20 ottobre 1922

Il Consiglio Nazionale del Partito Popolare Italiano

ANEXO n°4

*La riforma della scuola media*²⁶³

VITTORIO EMANUELE III, ecc.

In virtù della delegazione dei poteri conferita al Nostro Governo con la legge 3 dicembre 1922, n°1601; Udito il Consiglio dei Ministri; Sulla proposta del Nostro Ministro, Segretario di Stato per la Pubblica Istruzione, di concerto con il Ministro delle Finanze; Abbiamo decretato e decretiamo:

TITOLO I.

DELL' ISTRUZIONE MEDIA.

CAPO 1°

Delle scuole in genere e dello stato dei presidi e dei professori.

Art1- Gli istituti medi di istruzione sono di primo e di secondo grado. Sono di primo grado: la scuola complementare, il ginnasio, il corso inferiore dell' istituto tecnico, il corso inferiore dell'istituto magistrale; sono di secondo grado: il liceo, il corso superiore dell' istituto tecnico, il corso superiore dell' istituto magistrale, il liceo scientifico, il liceo femminile.

Art2- Nessuna nuova scuola media, eccettuata la scuola complementare, può essere istituita se non per legge, salvo il caso di trasformazioni o di regificazioni e salvo, per quanto riguarda gli istituti magistrali, il disposto di cui all' art58 del presente decreto, per i licei scientifici il disposto dell'art64, e per i licei femminili il disposto dell'art69.

Art3- I professori degli istituti medi sono nominati per concorso, secondo

²⁶³ BELLUCCI & CILIBERTO. Op. cit., pp 223-250

l'ordine della graduatoria; ma nella assegnazione della sede si tiene conto, anzitutto, delle riconosciute esigenze di famiglia.

Art4- I concorsi hanno luogo per titoli e per esami, sia per accedere alle cattedre delle sedi di primaria importanza (concorsi speciali) sia per accedere a quelle delle sedi di secondaria importanza (concorsi generali). Tuttavia per effetto di concorso speciale si potrà accedere altresì alle cattedre delle sedi di secondaria importanza. Il regolamento stabilisce quali siano le sedi di primaria importanza.

Art5- Ai concorsi sono ammessi i cittadini italiani e gli italiani non regnicoli provvisti del legale titolo di studio e degli altri requisiti richiesti dal regolamento. Per decreto reale verranno indicati i titoli necessari per l'ammissione ai concorsi secondo le varie discipline o gruppi di discipline.

Art6- Il vincitore di concorso che abbia ottenuto ed accettato la nomina assume il titolo di professore straordinario. Il professore straordinario è promosso professore ordinario dopo un periodo triennale di prova.

Qualora la prova non sia favorevole il professore straordinario è dispensato dal servizio alla fine del triennio od anche prima.

Il professore straordinario che per effetto di concorso passi da istituto di primo ad istituto di secondo grado, o da istituto ad un altro tipo diverso dello stesso grado, o da un insegnamento all'altro di uno stesso istituto, o dal corso inferiore del ginnasio al corso superiore del ginnasio stesso, completa nel nuovo istituto o nel nuovo insegnamento o nel corso superiore del ginnasio il periodo triennale di prova.

Il professore ordinario, nei casi contemplati dal precedente comma, conserva titolo di ordinario e, agli effetti dello stipendio, la propria anzianità; ma il suo passaggio diventa definitivo dopo un anno di prova.

Art7- La nomina ed i passaggi, di cui all'articolo precedente, decorrono dal 1° ottobre.

Art8- I professori straordinari ed ordinari sono distribuiti per i vari tipi di istituti e per le varie discipline nei ruoli A, B, C, giusta l'annessa tabella n1.

Art9- Ai professori straordinari ed ordinari sono dovuti gli stipendi di cui all'annessa tabella n2Ad essi inoltre é corrisposta un'indennità di studio, non computabile agli effetti della pensione, nella misura stabilita dalla tabella stessa.

Il professore consegue, dalla promozione ad ordinario, quattro aumenti quadriennali di stipendio e due aumenti quinquennali.

Il professore ordinario, giudicato di merito distinto, consegue l'aumento di stipendio con l'anticipazione di un anno.

La qualifica di merito distinto non può attribuirsi anno per anno, per ciascuna disciplina o gruppo di discipline in ciascun tipo e grado di istituti, ad un numero di professori superiore ad un decimo di coloro che si trovino nella identica condizione di anzianità.

Art10- Il professore che abbia ottenuto due aumenti anticipati di stipendio per merito distinto entra a far parte del rispettivo Ruolo d'onore di cui all'annessa tabella n3, con stipendio determinato in base alla propria anzianità, oltre l' indennità di studio.

Il professore appartenente al ruolo d'onore, al quale sia inflitta una punizione più grave che la censura, sarà restituito al ruolo comune e vi avrà il posto e lo stipendio che avrebbe ottenuto se non ne fosse mai uscito.

Art11- I professori hanno obbligo di impartire gli insegnamenti stabiliti per ciascun tipo e grado di istituti nelle classi indicate dalle rispettive tabelle.

Salvo i casi indicati nelle dette tabelle, il professore non può impartire altri insegnamenti né presso il proprio istituto di istruzione media pubblici o privati.

È vietato di impartire lezioni private per più di un' ora al giorno e agli alunni del proprio istituto.

Anche delle professioni libere consentite dalle leggi può essere vietato l'esercizio, se il professore vi si dedichi così da essere distratto dallo studio della propria disciplina o in modo sconveniente alla dignità sua e della scuola.

Art12- A capo di ogni istituto è un preside che ne ha il governo insieme con il collegio dei professori.

I presidi sono scelti dal ministro tra i professori ordinari provvisti di laurea con almeno un quadriennio di anzianità di ordinario. Dalla scelta sono escluse le donne.

I presidi sono distribuiti in due ruoli: appartengono al II ruolo i presidi di ginnasio isolato e di scuola complementare; tutti gli altri presidi appartengono al I ruolo.

È consentito il passaggio dall'uno all'altro ruolo secondo le norme che saranno dettate dal regolamento.

I presidi possono, su domanda o d'autorità, essere restituiti nel ruolo di insegnanti al quale appartenevano all'atto della nomina a presidi.

Art13- Il preside ha lo stipendio e gli aumenti periodici di cui all'annessa tabella n.4.

Al preside che ritorni al ruolo di origine, sia per domanda sia d'autorità, verrà attribuito lo stipendio che avrebbe conseguito se fosse sempre rimasto nel ruolo stesso.

Art14- I presidi dei licei-ginnasi, degli istituti tecnici e degli istituti magistrali sono dispensati dall'insegnamento. Sono inoltre dispensati dall'insegnamento i presidi degli altri istituti la cui popolazione scolastica sia da un biennio superiore ai 250 alunni. Il preside con insegnamento ha per la sua disciplina lo stesso orario d'obbligo d'un professore.

Ai presidi è fatto divieto di insegnare in altri istituti, di impartire lezioni private e di esercitare qualunque professione libera.

Art15- Ai presidi è data, oltre lo stipendio, una speciale indennità di carica che

varia a seconda della popolazione scolastica, come é stabilito nell'annessa tabella n5.

Art16- Con l'ufficio di professore o di preside negli istituti medi governativi é incompatibile qualunque altro ufficio di ruolo alla dipendenza dello Stato o di enti morali.

Art17- I trasferimenti dei professori e dei presidi sono disposti su domanda o per ragioni di servizio. Nel disporre, su domanda, i trasferimenti dei professori il ministro avrà riguardo al merito e alle riconosciute esigenze di famiglia e, a parità di condizioni, all'anzianità di ruolo[...]

Art18- Si fa luogo al trasferimento per ragioni di servizio di un professore o di un preside quando l'ulteriore sua permanenza nell'istituto o nella sede possa recare pregiudizio alla scuola, o quando, trattandosi di un preside, la sua opera sia particolarmente necessaria altrove.

Art19- Contro i trasferimenti é ammesso ricorso al ministro, il quale decide, inteso il parere della apposita commissione consultiva esistente presso il ministero. Tale decisione ha il carattere di provvedimento definitivo.

Art20- I professori ed i presidi sono collocati a riposo dal 1° ottobre dell'anno in cui compiono settanta anni. Il ministro, inteso il parere della commissione di cui all'art19, può dispensare i professori ed i presidi dal servizio, in qualunque tempo, quando li riconosca non più idonei fisicamente, intellettualmente o moralmente a prestare opera proficua alla scuola.

Art21- Ai presidi ed ai professori si applicano le stesse norme che agli impiegati civili rispetto all'aspettativa ed ai congedi quando sieno chiesti per comprovati motivi di salute. Fra il 1° marzo e il 31 luglio non può essere concessa l'aspettativa per motivi di famiglia con scadenza anteriore al 30 settembre. Egualmente avrà termine col 30 settembre, qualunque ne sia l'inizio, l'aspettativa per motivi di famiglia per un periodo di tempo superiore ai tre mesi. I congedi per motivi di famiglia non possono oltrepassare nel corso dell'anno scolastico la durata complessiva di quindici giorni.

Art22- Ai professori e ai presidi possono essere inflitte, secondo la gravità delle

mancanze, le seguenti punizioni disciplinaria

- 1) l'ammonizione;
- 2) la censura;
- 3) la sospensione dallo stipendio fino ad un mese;
- 4) la sospensione dallo stipendio e dall'ufficio fino ad un mese;
- 5) la sospensione dall'ufficio e dallo stipendio da oltre un mese a un anno;
- 6) la destituzione dall'ufficio senza perdita del diritto a pensione o ad assegni;
- 7) la destituzione con perdita del diritto a pensione o ad assegni.

Il preside, al quale sia inflitta una punizione piú grave che la censura, é restituito, senz'altro, al ruolo a cui apparteneva all'atto della nomina.

Art23- Per tutte le mancanze ai doveri d'ufficio, che non siano tali da compromettere l'onore e la dignità dell'insegnante e del preside e non costituiscano grave insubordinazione, si applicano, secondo i casi, le punizioni di cui ai numeri 1, 2 e 3 del precedente articolo.

Per la recidiva nei fatti che abbiano dato luogo all'ammonizione si applica la censura, per la recidiva nei fatti che abbiano dato luogo alla censura si applica la sospensione di cui al n4 del precedente articolo. Per l'insubordinazione grave, per le abituali irregolarità di condotta e per i fatti che compromettano l'onore o la dignità si applicano, secondo la gravità dei casi e delle circostanze, le altre punizioni disciplinaria

Art24- Le punizioni di cui ai numeri 1 e 2 dell'art22 sono inflitte dai presidi o dai provveditori agli studi se si tratta di professori; dai provveditori agli studi se si tratta di presidi; la punizione di cui al n3 dal provveditore agli studi; tutte le punizioni, poi, dal ministro che, per quelle indicate ai numeri 5, 6 e 7, dovrà udire il parere della commissione indicata nell'art19. Contro la punizione di cui al n3, quando sia inflitta dal provveditore, é ammesso ricorso

al ministro, che decide, inteso il parere della commissione di cui all'art19.

Art25- I provveditori agli studi e i presidi potranno, in caso d'urgenza e per gravi motivi, interdire l'accesso alla scuola ai professori, salvo a riferirne immediatamente al ministro.

Art26- Ai presidi e ai professori é applicabile in materia disciplinare ogni altra disposizione vigente per gli impiegati civili dello Stato in quanto non sia in contrasto con le norme di cui al presente decreto.

Art27- Le supplenze ai posti di ruolo e gl'incarichi di insegnamento di qualunque specie sono conferiti dal preside, che sceglierà, tenendo conto, anzitutto, del servizio militare in reparti combattenti e dei risultati conseguiti in pubblici concorsi a cattedre di scuole medie.

Contro il conferimento delle supplenze e degli incarichi é ammesso il ricorso al provveditore agli studi, la cui decisione ha carattere definitivo[.I

In nessun caso l'orario del supplente e dell'incaricato puo superare le 24 ore settimanali di lezione.

Art28- Nessuna classe puè avere più di 35 alunni.

Il numero dei corsi completi e delle cattedre e conseguentemente il numero dei posti di ruolo é determinato ogni biennio in base alle norme stabilite per ciascun tipo di istituti, con decreto del ministro dell'Istruzione d'accordo con quello delle FinanzeLa ripartizione delle cattedre tra i vari istituti é disposta con decreto del ministro dell'Istruzione.

Art29- Presso ogni provveditorato agli studi é istituita una giunta per l'istruzione media, nominata con decreto reale, composta del provveditore agli studi, presidente, di un professore universitario o di altra persona di eminenti meriti letterari o scientifici, di due presidi di scuole medie e di un professore ordinario di istituto medio di secondo gradoI componenti di detta giunta durano in carica quattro anni e possono venire confermati.

Art30- Le scuole medie dei collegi militari sono governate dalle norme vigenti per i corrispondenti tipi di scuole dipendenti dal ministero dell'Istruzione.

Spettano ai comandanti dei collegi medesimi tutti i poteri deferiti ai presidi delle scuole medie.

Art31- Per l'insegnamento nei collegi militari il ministero dell'Istruzione mette a disposizione del ministero della Guerra i professori necessari aumentando di altrettanti posti i rispettivi ruoli.

Tali professori possono essere scelti soltanto fra gli insegnanti di ruolo che abbiano vinto un concorso speciale per quella materia e per quel grado di istituti per i quali sono messi a disposizione. Per tutta la durata dell'insegnamento presso i collegi militari, i professori di cui ai precedenti commi continuano ad essere sottoposti alle leggi e ai regolamenti per il personale delle scuole medie dipendenti dal ministero dell'Istruzione.

Art32- I professori e i presidi appartenenti alle scuole medie dipendenti dal ministero dell'Istruzione, che siano prescelti dal ministero degli Affari Esteri o da quello delle Colonie con il consenso del ministro dell'Istruzione, per le rispettive scuole, continueranno ad appartenere, per tutti gli effetti, ai ruoli di provenienza delle scuole medie del Regno, i quali saranno aumentati di altrettanti posti.

Art33- Ogni anno possono essere mandati in missione all'estero a perfezionarsi nelle lingue straniere venti insegnanti di ruolo, i quali godranno, oltre lo stipendio, di un'indennità di missione da determinarsi volta per volta di concerto con il ministero delle Finanze, avuto riguardo alle particolari circostanze di luogo e di tempo. La missione non può essere rinnovata per più di un anno.

CAPO 2°.

Dell'istruzione complementare.

Art34- L'istruzione complementare fa seguito a quella che s'impartisce nella

scuola elementare e la compie È data nella scuola complementares

Art35- La scuola complementare é di tre anni e, di regola, ha i seguenti insegnamenti: lingua italiana, storia e geografia; matematica, scienze naturali e computisteria; disegno; una lingua straniera; stenografia; calligrafia.

Inoltre, é materia d'esame la dattilografia.

Art36- Nessuna scuola complementare può avere un numero di classi superiore a ventiquattro.

Art37- È consentita la formazione di classi aggiunte non costituenti corso completo.

Una classe può essere sdoppiata soltanto se il numero dei suoi alunni sia superiore a quello indicato dall'art28.

Art38[...] Per ciascuna disciplina o gruppo di discipline costituenti unico insegnamento si provvede alla istituzione di una o più cattedre di ruolo, oltre quella del corso ordinario, in base al numero complessivo delle ore d'insegnamento impartite per quella disciplina o gruppo di discipline nell'istituto, da almeno un biennio, con le norme da stabilirsi nel regolamento, il quale sarà emanato su proposta del ministro dell'Istruzione di concerto con quello delle Finanze.

CAPO 3°.

Dell'istruzione classica.

Art39- L'istruzione classica ha per fine di preparare alle università ed agli istituti superiori È di due gradi: di primo grado nei ginnasi, di secondo nei licei.

Art40- Il ginnasio é di cinque anni: i primi tre costituiscono il corso inferiore, gli altri due quello superiore Nel corso inferiore si insegnano: lingua italiana, lingua latina, storia e geografia; matematica; una lingua straniera dal secondo anno Nel corso superiore si insegnano:

lingua italiana, lingua latina, lingua greca, storia e geografia; matematica; la stessa lingua straniera che nel corso inferiore

Art41- Alla cattedra delle materie letterarie nel corso superiore si accede soltanto mediante concorso.

Art42- Il liceo é di tre anni. Vi si insegnano: lettere italiane, latine e greche; filosofia, storia ed economia politica; matematica e fisica; scienze naturali, chimica e geografia; storia dell'arte.

Art43- Ogni liceo-ginnasio ha, di regola, un solo corso completo di classi.

In non più di un terzo dei liceo-ginnasi può essere istituito fino ad un quarto corso completo di classi per il ginnasio, fino ad un terzo corso completo di classi per il liceo.

È vietata l'istituzione di classi aggiunte oltre i corsi completi di cui ai precedenti commi.

Art44- [...] Ogni liceo-ginnasio o liceo isolato ha un macchinista in servizio dei gabinetti scientifici.

CAPO 4°.

Dell'istruzione tecnica.

Art45- L'istruzione tecnica ha per fine di preparare all'esercizio di alcune professioni. È impartita nell'istituto tecnico.

Art46- L'istituto tecnico é di otto anni. I primi quattro anni costituiscono il corso inferiore, gli ultimi quattro il corso superiore

Art47- Nel corso inferiore si insegnano: lingua italiana e latina, storia e geografia; matematica; disegno; una lingua straniera; stenografia. Inoltre, é materia d'esame la dattilografia.

Art48- Il corso superiore può essere costituito dalla sezione di commercio e di ragioneria e dalla sezione di agrimensura o da una sola delle dette sezioni.

Art49- La sezione di commercio e ragioneria prepara all'esercizio di uffici amministrativi e commerciali. Vi si insegnano: lettere italiane e storia; matematica e fisica; scienze naturali e geografia; due lingue straniere; computisteria e ragioneria; istituzioni di diritto; economia politica, scienza finanziaria e statistica; chimica merceologica; calligrafia.

Art50- La sezione di agrimensura prepara alla professione di geometra.

Vi si insegnano: lettere italiane e storia; matematica e fisica; scienze naturali e geografia; agraria, computisteria rurale, estimo e tecnologia rurale; costruzioni disegno di costruzioni; topografia e disegno topografico chimica; legislazione rurale; disegno.

Art51- Ogni istituto tecnico ha, di regola, un corso completo di classi per il primo quadriennio e per ciascuna sezione del quadriennio superiore.

In non più di un terzo degli istituti tecnici possono istituirsi fino a tre corsi completi per il primo quadriennio e per la sezione di commercio e ragioneria.

È vietata l'istituzione di classi aggiunte oltre i corsi completi.

CAPO 5°.

Dell'istruzione magistrale.

Art53- L'istruzione magistrale ha per fine di preparare gli insegnanti delle scuole elementari. È impartita negli istituti magistrali.

L'istituto magistrale è di sette anni; i primi quattro costituiscono il corso inferiore, gli altri tre quello superiore.

Art54- Nel corso inferiore si insegnano: lingua italiana, lingua latina dal secondo anno; storia e geografia; matematica; una lingua straniera; disegno; elementi di musica e canto corale; studio di uno strumento musicale.

Art55- Nel corso superiore si insegnano: lingua e lettere italiane; lingua e lettere latine e storia; filo- sofia e pedagogia; matematica e fisica; scienze naturali geografia ed igiene; disegno; elementi di musica e canto corale; studio di uno strumento musicale.

Art56- Ogni istituto magistrale ha per i primi quattro anni due corsi completi di classi; per gli altri tre un solo corso. In non più di 40 istituti può istituirsi un terzo corso completo nei primi quattro anni, un secondo corso completo negli altri tre.

Nelle sedi in cui esista un liceo femminile è consentita la formazione di un quarto corso completo nelle prime quattro classi dell'istituto magistrale e di un terzo corso completo per gli altri tre anni. È vietata l'istituzione di classi aggiunte oltre i corsi completi.

Art57- Ad ogni istituto magistrale è annesso un giardino d'infanzia o una Casa dei bambini.

Art58- Gli istituti magistrali sono elencati nell'annessa tabella n10. Le sedi dei detti istituti possono essere variate per decreto reale, ma non può essere aumentato il numero totale di essi.

CAPO 6°.

Dei licei scientifici.

Art60- I licei scientifici hanno per fine di sviluppare ed approfondire l'istruzione dei giovani che aspirino agli studi universitari nelle facoltà di Scienze e di Medicina e Chirurgia, con particolare riguardo alla cultura scientifica.

Art61- Il liceo scientifico è di quattro anni. Ogni liceo scientifico può avere fino a tre corsi. È vietata la formazione di classi aggiunte oltre ai corsi completi.

Art62- Nel liceo scientifico si insegnano: lettere italiane e latine; storia, filosofia ed economia politica; matematica e fisica; scienze naturali, chimica e geografia; una lingua e letteratura straniera; disegno.

Art64- All'istituzione dei regi licei scientifici può provvedersi con decreto reale da emanarsi su proposta del ministro dell'Istruzione di concerto con quello delle Finanze.

CAPO 7°.

Dei licei femminili.

Art65- I licei femminili hanno per fine d'impartire un complemento di cultura generale alle giovani nette che non aspirino né agli studi superiori né a conseguimento di un diploma professionale.

Art66- Il liceo femminile è di tre anni. Ogni liceo femminile non può avere più di due corsi completi. È vietata la formazione di classi aggiunte oltre i corsi completi.

Art67- Nel liceo femminile si insegnano: lingua e letteratura italiana e latina; storia e geografia; filosofia, diritto ed economia politica; due lingue straniere delle quali una obbligatoria e l'altra facoltativa; storia dell'arte; disegno; lavori femminili ed economia domestica; musica e canto; uno strumento musicale; danza [...]

Art69 È autorizzata l'istituzione per decreto reale di non oltre 20 regi licei femminili in tutto il Regno.

CAPO 8°.

Degli esami e degli studenti.

Art70- L'anno scolastico incomincia il 16 ottobre e finisce il 30 giugno: le lezioni hanno luogo in tutti i giorni meno quelli festivi ed altri dodici di vacanze.

Art71- Gli esami delle scuole medie sono di ammissione, idoneità, promozione, licenza, abilitazione e maturità. Con esame di ammissione si accede alla prima classe delle scuole medie di primo e di secondo grado e alla quarta classe del ginnasio. Con esame di idoneità si accedono alle classi, per cui non è prescritto esame di ammissione, gli alunni provenienti da scuola pubblica non pareggiata o da scuola privata paterna. Esami di promozione hanno luogo

soltanto nel caso previsto dall'art. 83 L'esame di licenza è sostenuto alla fine del corso di scuola complementare e di liceo femminile: nessun alunno può esserne esonerato.

L'esame di abilitazione è sostenuto alla fine del corso degli studi propri degli istituti magistrali degli istituti tecnici. Mediante l'esame di maturità si accede alle università e agli istituti superiori, salvo gli istituti superiori di magistero.

Art. 72- Un esame unico di ammissione dà accesso indistintamente al ginnasio, al corso inferiore dell'istituto tecnico ed al corso inferiore dell'istituto magistrale; un diverso esame di ammissione dà accesso alla scuola complementare. Agli esami di cui al precedente comma può presentarsi solo chi compia, nell'anno in corso, almeno il decimo anno di età.

Art. 73- Può presentarsi ad esame d'ammissione diverso da quello per la classe di scuola media di primo grado colui che abbia conseguito l'ammissione inferiore tanti anni prima quanti ne occorrono per il corso normale di studi. Il candidato all'esame di ammissione al liceo scientifico o al liceo femminile dovrà aver conseguito, almeno quattro anni prima, l'ammissione a scuola media di primo grado. L'alunno proveniente da scuola non governativa non pareggiata che abbia conseguito almeno cinque anni prima l'ammissione al ginnasio può aspirare all'ammissione al liceo senza aver conseguito l'ammissione alla quarta ginnasiale.

Art. 74- Può presentarsi all'esame di maturità chi abbia conseguito l'ammissione a scuola di secondo grado tanti anni prima quanti ne occorrono in questa parte il corso normale degli studi. Chi compie nell'anno in corso i 23 anni di età può presentarsi all'esame di maturità senza aver sostenuto alcun esame di ammissione.

Art. 75- L'intervallo fra due esami di ammissione o fra l'esame di ammissione alla scuola di secondo grado e quello di maturità o di licenza dal liceo femminile può essere abbreviato di un anno per ciascun grado di scuola se concorrono speciali condizioni di età o di profitto.

Art. 76- Alle classi, per le quali non è prescritto l'esame di ammissione, gli alunni delle scuole regie pareggiate accedono per promozione dalla classe immediatamente inferiore, in base al risultato di uno scrutinio collettivo al termine delle lezioni, salvo il disposto dell'art. 83; gli alunni provenienti da scuola pubblica non pareggiata, privata o paterna, accedono per esame di

idoneità, al quale possono presentarsi purché abbia no conseguito l'ammissione alla prima classe della scuola dello stesso grado di quella a cui aspirano tanti anni prima quanti ne occorrono per il corso normale degli studi.

Art77- Gli alunni di scuola complementare e di liceo femminile o pareggiati alla fine del terzo anno sostengono un esame di licenza, al quale sono ammessi altresì gli alunni provenienti da scuola pubblica non pareggiata, privata o paterna, che abbiano conseguito, da almeno tre anni, l'ammissione alla prima classe delle scuole stesse.

Art78- Gli esami hanno luogo dopo il 30 giugno. Le prove previste nell'art83 hanno luogo normalmente nei primi dieci giorni di ottobre.

Art79- Il risultato dell'esame si esprime con una classificazione in decimi per ciascuna materia o gruppo di materie affini.

Allo stesso modo si classificano il profitto e la condotta nel corso dell'anno.

Art80- Al termine di ciascun bimestre di scuola e al termine delle lezioni il Collegio dei professori delibera i voti di profitto e di condotta degli alunni.

Art81- Per ottenere l'ammissione, l'idoneità, la licenza, l'abilitazione e la maturità è necessario aver conseguito nel relativo esame voto non inferiore a sei decimi in ciascuna materia o in ciascun gruppo di materie affini.

Art82- La promozione è conferita agli alunni che nello scrutinio finale abbiano ottenuto voto non inferiore a sei decimi in ciascuna materia o complessivamente in ciascun gruppo di materie affini ed otto decimi in condotta.

Art83- Chi nello scrutinio finale per la promozione o in qualsiasi esame del luglio abbia conseguito meno di sei decimi in non più di due materie o gruppo di materie o non abbia potuto nel luglio cominciare compiere l'esame scritto o presentarsi all'orale, è ammesso a sostenere o ripetere le relative prove di esame nella sessione autunnale.

Art84- Una stessa classe di scuola governativa pareggiata può frequentarsi

soltanto per due anni.

Art85- I programmi degli esami sono determinati con lo stesso decreto reale che stabilirà gli orari d insegnamento.

Art86- Sono sedi degli esami di ammissione, di idoneità, di promozione e di licenza tutte le scuole regi o pareggiate.

Art87- Ogni commissione giudicatrice dell'esame di ammissione, di idoneità e di licenza é presieduta dal preside dell'istituto in cui l'esame ha luogo ed é composta:

1) per l'esame di ammissione: di professori di scuola del tipo e del grado a cui aspirano i candidati; di un maestro di scuola elementare pubblica per l'ammissione aHa scuola di primo grado; di un insegnante di scuola del tipo e del grado da cui i candidati provengono, per le altre ammissioni;

2) per l'esame di idoneità: di professori della classe a cui il candidato aspira;

3) per l'esame di licenza: di professori della scuola stessa.

I componenti le commissioni dell'esame di ammissione sono nominati dal provveditore agli studi, quelli dell'esame di idoneità e di licenza dal preside.

Art88- Sono sedi degli esami di abilitazione:

a) alle professioni cui prepara l'istituto tecnico, le città capoluogo di provincia;

b) all'insegnamento elementare le città in cui sono i provveditorati agli studi.

Art89- Ogni commissione giudicatrice dell'esame di abilitazione di cui aHa lettera a) del precedente articolo é composta: in maggioranza di professori degli istituti tecnici di altre provincie e di due persone che abbiano dato prova di notevole perizia nell'esercizio della professione, cui il candidato aspira Essa é presieduta dal professore pl'u anziano.

Ogni commissione giudicatrice dell'esame di abilitazione di cui aHa lettera b)

del precedente articolo é composta: in maggioranza di professor di istituto magistrale, d'un professore universitario che la presiede, e d'un direttore didattico.

Art90- Le commissioni, di cui al precedente articolo, sono nominate dal ministro proposta dei provveditori agli studi e debbono essere rinnovate ognianno, per intero.

Art91- Gli esami di maturità per i provenienti dal liceo classico hanno luogo in quaranta sedi che saranno indicate nel regolamento; gli esami di maturità per i provenienti dal liceo scientifico in non piú di venti sedi. In una stessa sede pub essere costituita pila d'una commissione.

Art92- Ogni commissione giudicatrice dell'esame di maturità é costituita:

- a). per almeno due terzi, di professori di scuola di secondo grado;
- b) per non piú di un terzo, di professori universitario liberi docenti.

Alla commissione cosí costituita si aggiunge un insegnante appartenente a scuola privata o persona estranea all'insegnamento.

Le commissioni di maturità sono nominate dal ministro. Nell'imminenza dell'esame, la sostituzione de commissari, che vengono a mancare per qualsiasi causa é disposta dal provveditore agli studi.

Ciascun commissario deve astenersi dal giudicare candidato che siano stati da esso privatamente o pub blicamente istruiti.

Art93- Sarà corrisposto un compenso nella misura e con le modalitá da stabilirsi per regolamento a componenti le commissioni giudicatrici di abilitazion e di maturità e ai maestri elementari facenti parte dell commissioni dell'esame di ammissione. Il regolament sarà emanato su proposta del ministro dell'Istruzione di concerto con quello delle Finanze. Ai commissari saranno inoltre rimborsate le spese di viaggio.

Art94- Il candidato agli esami di ammission a scuola di secondo grado o di

abilitazione o di maturità deve presentare la pagella dell'ultimo anno o, se provenga da scuola privata o paterna, un documento che attesti degli studi compiuti.

Sarà ogni anno pubblicato nel Bollettino ufficiale del ministero l'elenco degli istituti i quali, negli esami dei propri alunni, abbiano dato migliori risultati.

Art95- La promozione, l'idoneità, e l'ammissione valgono per proseguire gli studi in qualsiasi istituto governativo o paragonato.

Art96- Le tasse scolastiche sono quelle indicate nell'annessa tabella n.14.

Con decreto reale, su proposta dei ministri dell'Istruzione e delle Finanze, saranno stabilite le modalità per l'esonero totale o parziale dal pagamento delle tasse favore degli alunni bisognosi.

CAPO 9°

Del personale di segreteria, degli assistenti, dei macchinisti e bidelli.

Art97- Il personale di segreteria dei licei-ginnasi e degli istituti magistrali è a carico dello Stato, quello delle scuole complementari e dei licei femminili è a carico dei Comuni, quello dei licei scientifici e degli istituti tecnici a carico delle Provincie.

In deroga al precedente comma è a carico dello Stato il personale di segreteria delle scuole complementari della Basilicata e della Sardegna e degli istituti tecnici delle anzidette regioni e di Modica.

Gli assistenti e i macchinisti degli istituti tecnici e dei licei scientifici sono a carico delle Provincie, eccettuati quelli degli istituti tecnici della Basilicata e della Sardegna, i quali sono a carico dello Stato.

Sono inoltre a carico dello Stato gli assistenti degli istituti tecnici di Modica e di Udine.

Art98- Il ruolo dei segretari delle scuole medie è unico.

I segretari sono nominati in seguito a concorso, al quale possono partecipare cittadini italiani muniti del titolo di studio e degli altri requisiti stabiliti dal regolamento.

Ogni liceo-ginnasio e ogni istituto magistrale hanno un segretario di ruolo.

Presso i licei e i ginnasi isolati aventi da un biennio almeno 100 alunni, l'ufficio di segretario é affidato per incarico con l'annua retribuzione di lire mille.

Gli assistenti sono in numero di tre in ciascun istituto tecnico[...]

Art99- I macchinisti dei licei-ginnasi sono a carico dello Stato, eccettuati quelli dei licei-ginnasi del Sicilia che sono a carico dei Comuni.

Essi sono nominati con le stesse norme dei segretari, eccettoché per quanto riguarda i titoli attestanti la preparazione culturale e tecnica.

Art100- Il personale di servizio dei licei-ginnasi é a carico dello Stato, quello degli istituti magistrali dei licei femminili e delle scuole complementari a carico dei Comuni, quello dei licei scientifici e degli istituti tecnici a carico delle Provincie.

In deroga al precedente comma é a carico dei Comuni il personale di servizio dei licei-ginnasi della Sicilia, a carico dello Stato quello delle scuole complementari degli istituti magistrali della Basilicata e della Sardegna degli istituti tecnici delle anzidette regioni e di Modic

Art101.- Il personale di servizio a carico dello Stato é costituito dai bidelli, i quali attendono alla completa pulizia e alla custodia dei locali e adempiono qualunque altro incarico loro affidato dai presidi I...

Il regolamento stabilirà le modalità per la loro nomina e il loro licenziamento e le punizioni cui sono soggetti.

Art102- Ogni liceo-ginnasio, istituto magistrale ed istituto tecnico ha un numero di bidelli variabile, seconda della popolazione scolastica, da due a sei; ogni liceo o ginnasio isolato

o scuola complementare un numero di bidelli variabile, a seconda della popolazione scolastica, da uno a quattro.

Il numero complessivo dei posti di bidello sarà ogni anno stabilito con decreto del ministro dell'Istruzione d'accordo con quello delle Finanze.

CAPO 10°

Degli edifici Scolastici e dell'arredamento.

Art103- Le Provincie, per gli istituti tecnici e i licei scientifici, ed i Comuni, per ogni altro ordine di scuole medie, sono obbligati ad apprestare l'edificio scolastico e a mantenerlo in buono stato. Le une e gli altri sono obbligati, altresì, all'arredamento, all'illuminazione, al riscaldamento dell'edificio e ad ogni spesa d'ufficio, e, solo per ciò che riguarda gli istituti tecnici ed i licei scientifici, al materiale didattico e scientifico.

Al materiale didattico e scientifico di ogni altro ordine di scuole provvede lo Stato.

I Comuni hanno inoltre l'obbligo di provvedere alla custodia, all'illuminazione e al riscaldamento delle palestre e degli stadi di proprietà dell'Ente nazionale per l'educazione fisica.

Art104- Per la costruzione e il restauro degli edifici scolastici gli enti obbligati a termini dell'articolo precedente sono ammessi a godere dei maggiori benefici accordati dallo Stato ai Comuni per la costruzione degli edifici destinati alle scuole elementari.

CAPO 11°.

Degli istituti pareggiati.

Art105- Le scuole medie, ad eccezione degli istituti magistrali, mantenute da enti morali possono essere pareggiate alle regie per quanto riguarda il valore degli studi in esse compiuti.

Art106- La nomina, le promozioni e il licenziamento degli insegnanti di scuole medie pareggiate hanno luogo secondo le norme in vigore per le corrispondenti scuole governative.

Per la nomina, gli enti possono derogare dal concorso se gli insegnanti da nominare occupino già un posto ruolo per la stessa disciplina o gruppo di discipline in scuole regie o pareggiate dello stesso tipo e grado siano compresi in graduatorie di vincitori di concorso a tali cattedre in attesa di nomina.

Art107- Gli insegnanti di ruolo che passano da una ad altra scuola pareggiata dello stesso tipo e grado per chiamata conservano i diritti acquisiti.

Gli insegnanti di scuola pareggiata che passano a occupare una cattedra in una scuola regia cumulano, fino della pensione, col servizio governativo quello prestato alla dipendenza dell'ente che mantiene la scuola pareggiata. In tale caso la spesa della pensione sarà ripartita tra l'ente medesimo e lo Stato in conformità dell'art48 della legge 21 febbraio 1895, n70.

Art108- L'ufficio di preside di una scuola media pareggiata è conferito mediante concorso per titoli fra gli insegnanti ordinari della stessa scuola forniti di laurea ed aventi almeno sette anni di servizio di ruolo in scuole governative o pareggiate. Nei primi sette e successivi al pareggiamento l'ufficio direttivo è conferito, anno per anno, a titolo di supplenza ad uno degli insegnanti della scuola fornito di laurea.

L'ufficio di preside può essere conferito senza concorso a chi occupi lo stesso ufficio in altra scuola pareggiata dello stesso tipo e grado.

Art109- Ai presidi e agli insegnanti delle scuole medie pareggiate si applicano,

quanto alle punizioni, norme stabilite dagli artt22, 23, 24, 25 e 26 del presente decreto.

Art110- Il regolamento da emanarsi su propos del ministro dell'Istruzione di concerto con quello del Finanze determina, in caso di regificazione della scuola media pareggiata, le condizioni per l'assunzione in servizio dello Stato del personale direttivo ed insegnante della scuola stessa.

Art111- In caso di soppressione di una scuola media pareggiata, gli insegnanti di ruolo della scuola medesima hanno diritto di concorrere alle cattedre governative, per le quali posseggano il legale titolo di abilitazione, qualunque sia la loro età.

Art112- Agli insegnanti di scuole medie pareggiate che passino, per effetto di regificazione o di concorso, al servizio dello Stato, sono applicabili, per quanto si riferisce al periodo di prova, le norme stabilite dall'art6 del presente decreto.

Agli stessi e ai presidi è riconosciuto utile, agli effetti dello stipendio, il servizio di ruolo prestato nelle scuole pareggiate.

CAPO 12°.

Degli istituti privati.

Art113- È data facoltà ad ogni cittadino che abbia l'età di 30 anni compiuti ed i necessari requisiti morali di aprire al pubblico un istituto di istruzione media, con o senza convitto, purché siano osservate le seguenti condizioni:

1).che le persone cui saranno affidati i diversi insegnamenti abbiano rispettivamente i requisiti voluti per insegnare in una scuola media governativa, o titoli equipolenti;

2).che gli insegnamenti siano dati in conformità del programma in cui sarà stata

annunciata al pubblico l'apertura dell'istituto Modificazioni al sovraindicato programma debbono essere annunciate con eguale pubblicità;

3).che l'istituto sia sempre aperto al provveditore agli studi e ad ogni persona cui il ministro abbia dato speciale incarico di ispezionarlo;

4).che per l'educazione fisica si uniformi a quanto é stabilito per gli alunni delle scuole medie governative.

Art114- Chi vuole usare della facoltà di cui al precedente articolo deve farne domanda scritta al provveditore agli studi, tre mesi prima dell'inizio delle lezioni.

Alla domanda debbono essere annessi i programmi degli insegnamenti ed i nomi degl'insegnanti coi titoli di cui sono muniti, ed una pianta dei locali destinati all'istituto.

Il provveditore, riscontrata la regolarità dei documenti, deve accertarsi, con ogni mezzo, della idoneità dei locali ed assumere tutte le necessarie informazioni sulla moralità del richiedente.

Se entro due mesi dalla domanda non interviene per parte del provveditore un'opposizione motivata, ufficialmente notificata al richiedente, l'istituto può essere aperto, e, finché si mantiene nelle condizioni accennate all'articolo precedente, non può essere chiuso se non per cause gravi, in cui sia impegnata la conservazione dell'ordine morale e la tutela dei principi che governano l'ordine sociale pubblico dello Stato o la salute degli auievi.

Se però l'istituto non sarà aperto entro sei mesi dal giorno in cui può esserlo, a tenore di quest'articolo, la domanda sarà considerata come non avvenuta.

Art115- I motivi dell'opposizione all'apertura di un istituto possono essere sottoposti, sull'istanza del richiedente, al giudizio della giunta per l'istruzione media.

Al giudizio della stessa giunta devono essere sempre sottoposte le cause che possano rendere necessaria la chiusura di questi istituti.

In ogni caso, alla chiusura non si può far luogo se non per decreto ministeriale.

Art116- Nei casi d'urgenza il provveditore agli studi, riservate le guarentigie dell'articolo precedente, può far procedere alla chiusura temporanea di un istituto privato.

Art117- Gli istituti ed i corsi d'istruzione media che vengano aperti senza che si sia adempiuto alle prescrizioni degli artt113 e 114 sono, senz'altro, chiusi e coloro che li hanno aperti sono passibili di una multa estensibile dahe mille alle cinquemila lire In caso di recidiva, alla multa può essere aggiunta la detenzione da sei giorni a tre mesi.

Art146- Con altro decreto saranno dettate le norme transitorie per regolare il passaggio dal vecchio al nuovo ordinamento.

Ordiniamo, ecc.

Dato a Roma addì 6 maggio 1923.

VITTORIO EMANUELE

Visto, Il guardasigilli: OVIGLIO.

USSOLINI

E STEFANI

GENTILE.

(Regio Decreto 6 maggio 1923, n1054, relativo all'ordinamento della istruzione e dei convitti regionali [pubblicato nella Gazzetta Ufficiale, n129, del 2 giugno 1923])

ANEXO N° 5

Chiarimenti relativi all'orario

1) Alla Religione, che la legge considera fondamento e coronamento degli studi elementari si fa un posto notevole in molti insegnamenti, in quanto essa li investe necessariamente col suo spirito. Il programma di canto prescrive canti religiosi; quello di italiano offre frequenti occasioni per ricordare ed esaltare eroi della fede; quello di occupazioni intellettuali ricreative indica come elementi dei racconti del maestro anche motivi religiosi; né occorre dire quanta parte dell'insegnamento di storia sia dedicata a figure ed avvenimenti importanti per la cultura religiosa.

Perciò le ore speciali dedicate alla Religione non sono molte e devono essere destinate alla meditazione dei argomenti indicati nel programma speciale, i quali sono come il punto di concentrazione di tutti gli elementi di cultura religiosa sparsi nei vari insegnamenti.

2) Agli insegnamenti artistici è fatto un posto assai grande, perché si vuole che essi, sopra tutto il disegno e il canto, sieno considerati discipline fondamentali nelle scuole dei fanciulli. E se l'orario discende, da 5 ore settimanali, nella quarta e nella quinta classe, a 3 nella sesta e successive., è in considerazione del carattere artistico che hanno molte delle occupazioni di lavoro professionali, che formano il programma delle classi integrative di avviamento professionale.

3) L'orario di letture ed esercizi di lingua italiana, discende da 7 ore, via via a 6, a 5, a 4, a misura che cresce l'età dell'allievo perché l'Italiano non è materia "specifica" di studio, ma comprende tutti gli insegnamenti, tutti essendo occasione di arricchimento del lessico e di correzione linguistica, e la più parte di essi anche di esercizi scritti. Così ad esempio se la 4ª classe ha cinque sole ore speciali per l'italiano, ne ha però 2 di scienze fisiche e naturali e 3 di storia e geografia, che non verano nella classe precedente, e a queste ore la 5ª classe aggiunge un'ora di nozioni di diritto e di economia.

Nelle classi 2ª e 3ª sono state aggiunte due ore settimanali speciali, per esercizi

di ortografia.

4) Alle prime due classi elementari si é voluto mantenere un po' il carattere del giardino d'infanzia, assegnando loro un numero di ore, per occupazioni interettuah ricreative e giardinaggio, lavoro manuale, giochi eccquasi uguale a quello delle ore di studio vero e proprio.

5) Nelle prime tre classi le lezioni devono avere la durara massima di niezz'ora, compresi gli opportuni intervaw per il riposo.

(Ordinanza ministeriale 11 Novembre 1923, di applicazione dei R.D1° Ottobre 1923, n° 2195)